

ALBEANDRO PATRICIO ANTONIO MAGINGO

A CONTRIBUIÇÃO DO RAMO INDUSTRIAL PETROLÍFERO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA: PERIODO DE
1975-2007

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Fim de Curso (SE 362), como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Jose Guilherme Silva Vieira

CURITIBA

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALBEANDRO PATRICIO ANTONIO MAGINGO

A CONTRIBUIÇÃO DO RAMO INDUSTRIAL PETROLÍFERO NO
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA: PERIODO DE
1975-2007

Monografia aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no
Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais e Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:  Prof. Dr. Jose Guilherme Silva Vieira

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

 Prof. Dr. Fabio Doria Scatolin

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

 Prof. Dr. Mariano de Matos Macedo

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba,

Dedico este trabalho

Aos meus pais Constancia e Alberto e aos
meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quer agradecer a Deus pai pela vida, saúde e por tudo de bom e experiências que tem me proporcionado ao longo do tempo.

Aos meus pais Constancia Patricia F. A. Magingo e Alberto André Magingo, por todo o apoio, pela força e conselhos durante todos estes anos.

Ao meu irmão Anderson, pela paciência, apoio e incentivo em todos estes dias. Além dos meus irmãos que deles sinto muitas saudades Altricio e Darlune, devido a distancia que nos separa.

Ao meu orientador, pelas aulas e pela paciência, confiança, cobrança, disponibilidade, atenção e orientações para que eu pudesse alcançar meus objetivos no trabalho, além de todos os outros professores do qual fui aluno, que muito me incentivaram e apoiaram.

Aos meus familiares em geral, amigos e colegas que me acompanham todos os dias.

Há três espécies de cérebros: uns entendem por si próprios; os outros discernem o que os primeiros entendem; e os terceiros não entendem nem por si próprios nem pelos outros; os primeiros são excelentíssimos; os segundos excelentes; e os terceiros totalmente inúteis.

Nicolau Maquiavel

RESUMO

O petróleo é considerado como fonte de energia não renovável e principal matéria prima da indústria petroquímica. No entanto, o ramo industrial petrolífero dentro das economias mundiais tem influenciado no que diz respeito a criação de outras indústrias, como indústria-chave, criando empregos diretos e indiretos, e principalmente pelas receitas que fornece, através dos royalties do petróleo. Assim, o ramo industrial petrolífero tem forte influência dentro da economia angolana, devido a sua forte dependência. Isso se deve ao fator de que é o principal componente da balança comercial, principal gerador de receitas para o Orçamento Geral do Estado, com mais de 50%, e o responsável pela maior criação de emprego, depois do setor público. Além de ser o setor mais dinâmico dentro da economia e provedor de economias para o fomento de investimentos públicos para ampliação e construção de infra-estruturas básicas. Neste intuito foi realizadas pesquisas de literaturas, artigos publicados, teses e relatórios com a intenção de identificar o impacto do ramo industrial dentro da economia, baseando na sua influência e dependência. Portanto o trabalho está dividido em referências bibliográficas, criação da Sonangol E.P. e o ministério do petróleo, a influência do ramo industrial na economia e a sua dependência. Com relação as referências bibliográficas darei uma explícita idéia com base em teorias da economia do desenvolvimento regional e urbano, para poder explicar qual a influência da indústria petrolífera dentro da economia, quais seus principais efeitos diretos e indiretos, e a dependência da economia, pela indústria.

Palavras-chave: ramo industrial petrolífero, Sonangol E.P., Orçamento Geral do Estado, influência, dependência, receitas, royalties e despesas.

ABSTRACT

The oil is considered as non-renewable power plant and main substance cousin of the petrochemical industry. However, the petroliferous industrial branch inside of the world-wide economies has influenced in what the creation of other industries says respect, as industry-key, creating jobs indirect right-handers and, and mainly for the prescriptions that it supplies, through royalties of the oil. Thus, the petroliferous industrial branch has fort influences inside of the Angolan economy, had its strong dependence. This if must to the factor of that it is the main component of the trade balance, main prescription generator for the Master budget of the State, with more than 50%, and the responsible one for the biggest creation of job, after the sector publishes. Beyond being the sector most dynamic inside of the economy and supplier of economies for the promotion of public investments for magnifying and basic infrastructure construction. In this intention it was carried through research of literatures, published, teses articles and reports with the intention to identify the impact of the industrial branch inside of the economy, basing on its it influences and dependence. Therefore the work is divided in bibliographical references, creation of Sonangol E.P and the ministry of the oil, the influence of the industrial branch in the economy and its dependence. With relation the bibliographical references I will on the basis of give to an explicit idea theories of the economy of the regional and urban development, to be able to explain it inside influences it to which of the petroliferous industry of the economy, which its main effect indirect right-handers and, and the dependence of the economy, for the industry.

Key words: petroliferous industrial branch, Sonangol E.P., the state budget, it influences, dependence, revenue, royalties and expenditure.

LISTA DE SIGLAS

BBL	Bilhões de Barris por dia
BNA	Banco Nacional de Angola
EUA	Estados Unidos da America
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPSO	Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEEI	Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
MED	Ministério da Educação
MINFIN	Ministério das Finanças
MINPET	Ministério dos Petróleos
MINPLAN	Ministério do Planeamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
OPEP	Organização dos Países Exploradores de Petróleo
PEDR	Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG	Programa Geral do Governo
SONANGOL E.P.	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
US\$	Dólares Americanos

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CONFIGURAÇÃO DE UM POLO DE CRESCIMENTO. EFEITOS DA INDÚSTRIA MOTRIZ SOBRE A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E A DEMANDA / MERCADO.....	16
FIGURA 2 - INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM MILHÕES DE US\$.....	32
FIGURA 3 - IMPOSTOS PAGOS EM BILHÕES DE US\$.....	33
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO QUINQUENAL DOS PREÇOS MÉDIOS DE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO 2009.....	34
FIGURA 5 - TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO DOS SETORES (%).....	38
FIGURA 6 - ANÁLISE DO BALANÇO DE PAGAMENTO EM RAZÃO DAS RECEITAS, DESPESAS E SALDO GLOBAL EM % DO PIB.....	41
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO PIB ANGOLANO.....	42
FIGURA 8 - COMPARAÇÃO ENTRE A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO SETOR PETROLIFERO E NÃO PETROLIFERO DA ECONOMIA ANGOLANA.....	43
FIGURA 9 - COMPARAÇÃO ENTRE O PREÇO MÉDIO DO PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO E O PREÇO DO MERCADO INTERNACIONAL.....	44
FIGURA 10 – COMPARAÇÃO ENTRE O TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS EM % DO PIB ANGOLANO.....	45
FIGURA 11 – COMPARAÇÃO EVOLUTIVA DO PNB PER CAPITA E DO PIB PER CAPITA.....	46
FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO EM ANGOLA.....	47
FIGURA 13 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	47
FIGURA 14 – TAXA DE ABERTURA DA ECONOMIA EM %.....	53
FIGURA 15 – TOTAL DO INVESTIMENTO CHINES POR SETOR EM ANGOLA..	54
FIGURA 16 – EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR PETROLÍFERO EM COMPARAÇÃO AO TOTAL DE IMPOSTOS PAGOS PELAS EMPRESAS EM BILHÕES DE US\$.....	56
FIGURA 17 – EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO.....	57
FIGURA 18 – COMPARAÇÃO DO TOTAL EM US\$ DAS EXPORTAÇÕES DE REFINADOS COM AS IMPORTAÇÕES DE REFINADOS.....	58

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INVESTIMENTOS PUBLICOS E PRIVADO 2007-2008 EM MILHOES DE US\$.....	35
QUADRO 2 – ANALISE DO PNB PER CAPITA, PIB PER CAPITA E INDICE DE GINI.....	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	15
2.1 TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO.....	15
2.2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDOGENO.....	21
3 A EVOLUÇÃO DO SETOR PETROLÍFERO DE ANGOLA	26
4 INFLUENCIA DO RAMO INDUSTRIAL PETROLÍFERO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA	30
4.1 OS ROYALTIES DA INDUSTRIA PETROLIFERA ANGOLANA.....	32
4.2 POLITICAS GOVERNAMENTAIS PARA INDEPENDENCIA DA ECONOMIA..	36
4.3 ANALISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONOMICOS NO PERIODO DE 1975-2010.....	41
5 A DEPENDENCIA DA ECONOMIA DE ANGOLA A INDÚSTRIA PETROLIFERA	49
5.1 INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO AO POLO DE CRESCIMENTO.....	51
5.2 A DEPENDENCIA DA EXPORTAÇÃO DE ANGOLA AO RAMO INDUSTRIAL PETROLÍFERO.....	55
5.3 O PETRÓLEO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA.	59
6 CONCLUSÃO	62
REFERENCIAS	64
ANEXO	68

1. INTRODUÇÃO

O ramo industrial petrolífero apresenta forte influencia dentro da economia angolana, que começou suas explorações e pesquisas a partir de 1910 (MINPET, 2007). A forte influencia é devida principalmente pelos seus efeitos que traz a economia, com a criação e desenvolvimento de indústrias relacionadas ao setor, oportunidades empresariais e principalmente pela sua arrecadação, que compõe em Angola, mais da metade de todas as receitas provenientes do governo angolano, como será explicito nos capítulos seguintes.

Desde os primórdios o governo angolano, conjuntamente com a empresa estatal SONANGOL E.P., e outras empresas petrolíferas que operam nos blocos de exploração em Angola, vêm adotando medidas e políticas, para o desenvolvimento do setor, tanto através de pesquisas e no uso intensivo de tecnologia, quanto na ampliação de investimento no setor, fazendo com que está seja o principal gerador de empregos diretos e indiretos, além de promover e fomentar o desenvolvimento socioeconômico, com a ampliação das infraestruturas, educação e saúde.

Com tantos êxitos do ramo industrial petrolífero e a sua forte expansão dentro da economia, que em 2006 foi incluída como membro-pleno da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), além de ser considerada como uma das maiores exportadoras de petróleo do continente, conforme notícias do Angola Press (2006). Porém com grandes sucessos a economia angolana tem aproveitado dos frutos oriundos do ramo industrial petrolífero, tornando-se totalmente dependente e vulnerável. Dependente pelo sentido que a maioria das suas receitas que convertem-se em despesas de reconstrução de infra-estruturas, pagamento de pessoal, abono da dívida pública e externa, vêm dos royalties do petróleo. E a sua vulnerabilidade esta relacionada ao âmbito internacional, visto que a sua forte produção de barris de petróleo diário, de aproximadamente 1.600 milhões (MINPET, 2010), não é destinado somente para a economia nacional, e sim para competitividade no comércio internacional, fazendo com que o país seja fortemente dependente da demanda e das crises internacionais, como aconteceu em 2009 no auge da crise que no período, houve uma diminuição da arrecadação de receitas pelo governo, o que compõe o Orçamento Geral do Estado (OGE).

Este trabalho tem por finalidade, através de artigos, monografias, teses, teorias e publicações analisar e explicitar a criação e evolução da atividade petrolífera de Angola, com o objetivo principal de verificar quais os benefícios que o ramo traz para economia e sua dependência, além do principal fator, a vulnerabilidade economia, e se realmente tem beneficiado a sociedade como todo. E quais as formas ou modelos, que poderão ser adotadas ou que já foram implementadas pelo governo para o aumento e ampliação do desenvolvimento socioeconômico local no período de 1975 á 2007, contendo dados mais recentes, afim de atualização.

2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo será feito, o estudo teórico necessário à compreensão dos processos de crescimento industrial e dependência econômica, medidas de desenvolvimento e crescimento econômico, adotado pelo governo Angolano mediante abordagens socioeconômicas.

A região, como um espaço aberto, sofre influências do exterior, seja através da procura externa pelos seus produtos, seja devido às políticas econômicas dos governos hierarquicamente superiores. Dentre estudos realizados sobre a questão econômica regional, serão destacadas as principais teorias, relevando a Teoria da Unidade Econômica Dominante de Perroux, atualmente denominada Teoria dos Pólos de Crescimento e a teoria de desenvolvimento endógeno de Sergio Boisier.

2.1 TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO

Segundo Silva (2004), François Perroux teve reunidos os seus principais trabalhos numa coletânea denominada *L'Économie du XXème siècle* (1960), elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, após anos de refinamentos e mudanças passou a ser conhecida como Teoria dos Pólos de Crescimento.

[O pólo de crescimento] surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. (ANDRADE, 1987, *apud*, SILVA, 2004).

A principal função da indústria motriz¹ é gerar ou produzir economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias. De acordo com Tolosa (1972, *apud* SILVA, 2004), para Perroux, uma indústria motriz apresenta três características principais:

¹ Indústria motriz é um conjunto de empresas do mesmo ramo de atividade, que possui um efeito de encadeamento alto, capaz de provocar transformações estruturais na sociedade.

[...] em primeiro lugar possui grande porte, [...] deste modo, suas decisões tendem a causar um grande impacto na área. Segundo, a indústria motriz apresenta uma taxa de crescimento superior à média regional. [...] Finalmente, a indústria motriz caracteriza-se por uma forte interdependência técnica (linkages) com uma gama diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial. [...] A influência da indústria motriz pode ser basicamente dividida em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado. (TOLOSA, 1972, p. 196-197 *apud*, SILVA, 2004).

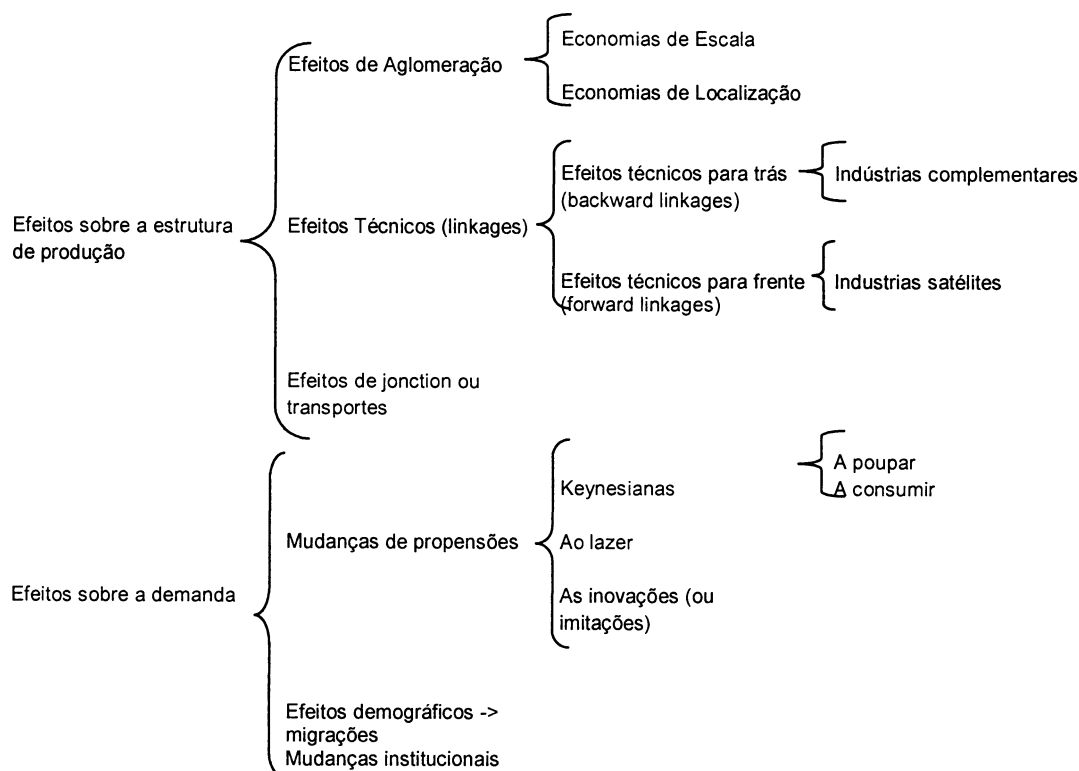


FIGURA 1 – CONFIGURAÇÃO DE UM POLO DE CRESCIMENTO. EFEITOS DA INDÚSTRIA MOTRIZ SOBRE A ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E A DEMANDA/MERCADO. FONTE: TOLOSA, 1972, p. 197, (*apud*, SILVA, 2004).

A indústria motriz com base na figura 1 atua para obter matérias-primas, atrair mão-de-obra e produzir. Funciona como agente de dinamização da vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração populacional, o que estimulará o desenvolvimento de atividades primárias fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e desenvolvendo a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno. Este complexo industrial apresenta como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes; aglomeração territorial. Como indústria-chave, entende-se aquela que provoca no conjunto geral um crescimento das vendas de outros

produtos superior ao crescimento de suas próprias vendas, sendo, quase sempre, uma indústria que produz matéria-prima, energia, transporte, etc. (SILVA, 2004).

Neste contexto, os efeitos técnicos para frente (*forward linkages*) são menos importantes que os efeitos técnicos para trás (*backward linkages*), pois, de acordo com Tolosa (1972, *apud*, Silva, 2004), as indústrias satélites utilizam o produto da indústria motriz sem submetê-lo a grandes transformações estruturais via processo produtivo, ou seja, o valor adicionado é mínimo. Há ainda os efeitos técnicos laterais, definidos por Boudeville em *Problems of regional economic planning* (1966), citado por Tolosa, como sendo aqueles associados a mudanças nos custos de mão-de-obra e na infra-estrutura, especialmente os investimentos públicos.

As inovações, no sentido de Joseph Alois Schumpeter, *The theory of economic development* (1934), desempenham relevante papel na Teoria dos Pólos de Crescimento, pois, segundo Perroux, a influência desestabilizante das indústrias motrizes gera ondas de inovações. Conforme Tolosa (1972, p. 199, *apud*, Silva, 2004), “[...] as indústrias motrizes são comumente indústrias novas (*industries nouvelles*), porém nada impede que mudanças tecnológicas ou de demanda causem a aceleração do crescimento de setores já implantados, de modo a torná-los motrizes [...]”.

Mas, o conceito de inovação adotado por Perroux (1978, *apud*, Silva, 2004), em sua análise sobre a formação dos complexos industriais, assume algumas nuances distintivas da abordagem de Schumpeter.

Este último [Schumpeter] fixou unilateralmente a sua atenção sobre o papel dos empresários privados e especialmente dos grandes empresários privados; mas os poderes públicos e as suas iniciativas, assim como as pequenas inovações de adaptação, não podem ser esquecidas. J. Schumpeter raciocina na base dum equilíbrio estacionário estável, cujo análogo na realidade seria fornecido pela contração cíclica num país de capitalismo; mas a análise a que se procede admite fundamentalmente que não existe situação real que traduza o equilíbrio estacionário estável e que não passa dum instrumento apto a assimilar e classificar as variações e instabilidades. (PERROUX, 1978, p. 105, *apud*, SILVA, 2004).

Perroux distingue os conceitos de crescimento e de desenvolvimento. Para ele, conforme Andrade (1987, p 59-60, *apud*, SILVA, 2004), “[...] o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real, global

[...]”. Assim, em sua formulação teórica, o pólo de crescimento não se identifica com o pólo de desenvolvimento.

O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência realmente seja exercida em toda sua dimensão, o pólo precisa dispor de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas, os meios de transporte e de comunicação, desempenham esta função possibilitando o crescimento dos pólos principais, pela formação do que Perroux chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento”.

Fundamentado nos enunciados de François Perroux e do seu aluno J. R. Boudeville, Andrade (1987, *apud*, Silva, 2004) admite que, quanto à escala, existem três tipos de pólos: o pólo-nação, o pólo região e o pólo-cidade, com o primeiro tipo podendo ser relacionado à teoria da economia dominante. Perroux admite uma importância apenas relativa às fronteiras entre países, classificando-os quanto ao tamanho e dinamismo de suas economias em dois grupos: os países-foco (ou centro) e os países-satélites (ou periferia), caracterizando-se uma relação de dominação dos primeiros sobre os segundos.

Aos conceitos de pólo e de região polarizada, existem outros conceitos relacionados, dentro da formulação teórica de Perroux, que são: eixo de desenvolvimento, nós de tráfego, zonas e pontos de desenvolvimento. Para Perroux, conforme Andrade (1987, p. 65, *apud*, Silva, 2004), “o pólo de desenvolvimento não existe como unidade isolada, mas [sim como unidade] ligada à sua região pelos canais por onde se propagam os preços, os fluxos e as antecipações de demanda”.

[...] o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de sua população só é obtido pela propagação consciente dos efeitos dos pólos de desenvolvimento. Esta propagação feita por um caminho que liga dois pólos dá origem ao que ele [Perroux] chama de eixo de desenvolvimento, salientando, porém que o eixo não é apenas uma estrada, um caminho e que, além disso, ligado à estrada, deve haver todo um conjunto de atividades complexas que indicam “orientações determinadas e duráveis de desenvolvimento territorial e dependem sobretudo da capacidade de investimento adicional”. Assim, os eixos pressupõem a presença de outros bens complementares, como energia, crédito e competência técnica. [...] Os nós de tráfego surgem nos pontos em que se cruzam dois eixos de desenvolvimento. [...] As zonas de desenvolvimento são o resultado da concentração geográfica das indústrias devido aos efeitos da complementação. [...] as zonas de desenvolvimento têm grande [...] influência sobre o país em que se situam de vez que, como salienta Perroux, as nações nada mais são que “pólos de desenvolvimento com seus meios de propagação” [grifo nosso]. [...] Complementando essas

noções, [...] a de pontos de desenvolvimento [corresponde ao] conjunto que engloba os pólos, simples ou complexos, as zonas de desenvolvimento e os eixos de desenvolvimento. Pólos, zonas e eixos em relação a área que os cerca. (ANDRADE, 1987, p. 65-67, *apud*, SILVA, 2004).

A área de influência de um pólo, a região polarizada, depende da intensidade de dois tipos opostos de forças, as que atuam no sentido de convergência para o pólo, as forças centrípetas, e as que agem no sentido de afastamento do pólo, as forças centrífugas. Assim, segundo Andrade;

[...] Para se formar e expandir a sua região, necessita o pólo de acelerar a sua força centrípeta, de atração, a fim de reduzir a ação das forças centrífugas. [...] o pólo terá a sua região mais ou menos extensa, conforme a quantidade e a qualidade dos equipamentos industriais e de serviços que possuir e a estrutura de transportes e comunicações de que dispuser. (ANDRADE, 1987, p.67, *apud*, SILVA, 2004).

Tolosa (1972, *apud*,Silva, 2004) menciona que, desde um ponto de vista funcional, J. Paelinck, *La théorie du développement regional polarisé* (1965), distingue quatro aspectos do mecanismo de polarização: técnico, de rendas, psicossocial e geográfico.

Um pólo de crescimento consiste em uma ou mais indústrias que, pelos seus fluxos de produto e de renda, induzem o crescimento das demais indústrias a elas ligadas tecnologicamente (polarização técnica) [inclui efeitos técnicos, linkages, e economias externas geradas pelas indústrias motrizes]; determinam a expansão do setor terciário por intermédio da renda gerada (polarização de renda) [expressa pelo multiplicador keynesiano, podendo incluir mudanças demográficas e de mão-de-obra – efeito lateral de Boudeville]; e produzem um aumento da renda regional devido à progressiva concentração de novas atividades numa dada área, sob a hipótese de que esta área possua os necessários fatores de produção (polarização psicológica e geográfica). (PAELINCK, *apud* TOLOSA, 1972, *apud* SILVA, 2004).

Andrade (1987, *apud*,Silva, 2004) destaca que o espaço econômico de um país não está necessariamente contido em seu espaço geográfico, podendo se restringir a uma parte do mesmo, ou até ultrapassá-lo, avançando em espaços geográficos de países fronteiriços. Depreende-se então, que existe uma hierarquia entre os pólos, abrangendo seis tipos: internacionais, nacionais, macrorregionais, regionais, sub-regionais e locais.

Esta hierarquia demonstra que os pólos não são unidades isoladas, dominando posições bem delimitadas no espaço; ao contrário, como ocorre

no universo com os astros, os pólos se organizam girando uns em torno dos outros, atraindo e sendo atraídos. Cada um tem em torno de si uma área de influência cujos limites estão ligados ao traçado das vias de transportes e de comunicações, exercendo maior força de atração nas áreas que lhes são próximas do que nas mais afastadas. Também cada pólo de maior categoria exerce influência na região polarizada tanto diretamente sobre suas várias partes, como indiretamente através dos seus pólos-satélites. (ANDRADE, 1987, p. 71, *apud*, SILVA, 2004).

Neste importante ponto de sua análise, Andrade destaca a classificação elaborada pelo geógrafo Michel Rochefort (A concepção geográfica da polarização regional, 1966), referente aos por ele denominados “centros de enquadramento terciário” ou “centros de polarização”, que leva em conta a importância e a área de influência dos mesmos, preocupando-se mais com a existência de determinados equipamentos que com a dinâmica, extensão e intensidade dos fluxos:

- a) locais – muito numerosos em cada região e dispo de área de atração confinada às suas imediações por estarem equipados apenas com comércio de gêneros alimentícios, escolas primárias, lojas de ferragens e armarinhos, médicos de clínica geral, farmácia, etc.;
- b) sub-regionais – apresentam um embrião de vida regional, estendendo sua área de atração sobre vários centros locais por estarem dotados de serviços de uso menos corrente, como médicos especializados e escolas secundárias;
- c) de pequena região – que constituem o “arcabouço de base da vida de relações” por estarem dotados de serviços bem diversificados, como comércio variado, equipamento bancário, consultores, equipamento cultural e artístico, etc.;
- d) de grande região – que, além dos serviços existentes nos centros precedentes, possuem Universidade, grande hospital dispo de todas as especialidades, teatro, consultorias, comércio de alto luxo, etc.;
- e) nacionais – que abrangem funções de direção com influência em todo o país, como a direção da administração dos serviços públicos, direção dos bancos de atuação nacional, etc. (ROCHEFORT, 1966, *apud* ANDRADE, 1987, p. 71, *apud*, SILVA 2004).

Considerando as diversas tipologias de pólos e de centros de polarização discriminadas acima, nas respectivas abordagens de Andrade e de Rochefort (citado por Andrade, *apud*, Silva, 2004), compartilha-se das críticas de Paelinck (1964, referido por Hansen, *apud*, Silva, 2004) e do próprio Hansen (1978), tomando-as como perfeitamente aplicáveis à similar situação da vasta abrangência tipológica que caracteriza o enquadramento teórico e metodológico do conceito de *cluster*.

O conceito de pólo de desenvolvimento tem sido freqüentemente mal compreendido. Ele tem sido confundido com as noções de indústria-chave, de indústria básica e de conjunto industrial; segue-se daí a concepção

errônea segundo a qual o pólo de desenvolvimento seria um monumento industrial erigido à glória da futura industrialização regional, uma garantia de crescimento econômico certo. Ou ainda alguns consideram como pólo de desenvolvimento qualquer estabelecimento ou empresa importante, de preferência industrial, que exerça efeitos benéficos sobre a área geográfica onde esteja localizada. (PAELINCK, 1965, *apud* HANSEN, 1978, p. 158-159, *apud*, SILVA, 2004). Ocorre grande confusão semântica porque os mesmos conceitos nominais são, por vezes, empregados no contexto de determinado espaço abstrato, não geográfico, outras vezes no contexto de certas áreas geográficas bem definidas e, ainda outras vezes, de uma maneira que confunde indiscriminadamente o espaço abstrato e o geográfico, no mesmo contexto. É natural que os estudiosos devam estar livres para definir os termos de seu raciocínio, contanto que prossiga empregando-se de maneira coerente e sistemática. [Idênticas críticas podem ser aplicadas ao uso dos conceitos de cadeia produtiva e de agrupamento ou cluster]. (HANSEN, 1978, p. 159, *apud*, SILVA, 2004).

2.2 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

Na década de 1980, surge uma nova concepção de desenvolvimento, cujo sucesso e crescimento de regiões industriais seriam devidos à sua dinâmica interna, denominada de teoria do desenvolvimento regional endógeno. O desenvolvimento regional endógeno, segundo Amaral Filho (1999, p. 2, *apud*, Feitosa, 2009), pode ser definido como:

“(...) um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional”.

Sengemberger e Pike (1999, *apud*, Feitosa, 2009) observam que esse tipo de desenvolvimento busca promover um compromisso das iniciativas empresariais com o desenvolvimento local, criando uma identidade regional econômica, política e cultural. Além disso, as instituições sediadas no município poderiam servir para integrar os atores-chave – firmas, associações de negócios, sindicatos, bancos – e todos os grupos que participassem dos esforços de desenvolvimento regional.

O novo modelo de desenvolvimento regional tem como principal característica a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores

locais, colocando nas mãos destes o destino da economia local ou regional. Este modelo caracteriza-se por ser realizado de “baixo para cima”, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um desenvolvimento estruturado de “cima para baixo”, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional. (AMARAL FILHO, 1996 *apud*, FEITOSA, 2009).

O surgimento da teoria do desenvolvimento endógeno acontece a partir da ruptura com a teoria tradicional do crescimento, de Solow. Segundo esta última, o crescimento baseava-se na idéia de que o volume de Produção (Y) era função de três fatores, Recursos Naturais (N), Capital (K) e Trabalho (L): $Y = f(N, K, L)$. Assim, para obter uma variação da produção (dY) era necessário que houvesse uma soma de pequenas variações dos três fatores, que podiam ser medidos por coeficientes chamados de produtividades marginais dos fatores.

O ponto central da ruptura da velha teoria e da nova teoria está no fato de substituir a sentença dos rendimentos constantes em favor dos rendimentos crescentes de escala. A partir disso, fatores antes considerados exógenos ao processo, como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento etc., passam a dividir o mesmo espaço com os tradicionais capital e trabalho, na composição da função de produção agregada.

E, ainda, o reconhecimento dos neoclássicos acerca desta sentença foi imprescindível para firmar o caráter endógeno desses (novos) fatores de produção e suas influências sobre os rendimentos crescentes e o crescimento sustentado. Assim, as regiões que estiverem melhor abastecidas com esses fatores poderão aumentar, com maior facilidade, o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição da renda. (AMARAL FILHO, 1996 *apud*, FEITOSA, 2009).

Barquero (1995, *apud*, Feitosa, 2009) distingue duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. Uma primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. Uma segunda sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região. Nas palavras do autor:

“Dado o caráter não substituível da capacidade empresarial e das inovações no crescimento econômico, o processo de desenvolvimento somente pode ser possível em um entorno sociocultural que premie o espírito

empreendedor, confie nos valores e nas energias locais, valorize positivamente a mudança, estimule a concorrência e aceite o risco. De qualquer forma, o desenvolvimento necessita criar seu próprio ambiente cultural, seja de forma espontânea, seja induzida, a partir da atuação dos agentes públicos e/ou privados" (BARQUERO, 199, p. 234, *apud*, FEITOSA, 2009).

O caráter endógeno do desenvolvimento não quer dizer que este modelo é auto-centrado na própria região ou no local, com tendências ao isolamento e ao fechamento. Ao contrário, o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas da região.

Além disso, os fatores propulsores do modelo podem ser considerado tanto pelo lado da endogenização da poupança ou do excedente externo como pelo lado do conhecimento e das inovações e competências tecnológicas, com repercussões sobre o crescimento da produtividade dos fatores. Tudo isso com o objetivo de criar condições favoráveis para atrair e consolidar o desenvolvimento originalmente local, sob a perspectiva de uma economia globalizada e sustentável. (AMARAL FILHO, 1996 *apud*, FEITOSA, 2009).

Assim, o papel do Estado dentro dos novos paradigmas de desenvolvimento local/regional deve estar voltado para as instâncias locais, visto que estas possuem maiores vantagens sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que elas estão mais próximas dos utilizadores finais dos bens e serviços, podendo captar melhor as informações e manter uma interação em tempo real com produtores e consumidores.

Em várias regiões do mundo, o desenvolvimento regional proveniente de ações locais tem acontecido sob diversas e variadas formas, porém as políticas de incentivos fiscais do passado não estão mais em sintonia com as estratégias modernas de desenvolvimento regional. Ao invés de prover subsídios indiscriminados para indústrias ou empresas, os governos estão reconhecendo que a melhor política regional é a de criar um ambiente mais favorável nas regiões, para que estas possam enfrentar os desafios da competição e dos avanços tecnológicos. (Galvão, 1998, *apud*, FEITOSA, 2009).

Este tipo de estratégia, embora busque uma substituição parcial da política regional por uma política local, quando praticado isoladamente mostra-se insuficiente e insustentável na promoção do desenvolvimento endógeno da

economia local. Isso significa que tal instrumento, isoladamente, não tem força suficiente para criar um sistema produtivo local coerente e sustentável. Pelo contrário, a renúncia fiscal pode criar um amontoado de empresas sem ligações entre si e com o local, podendo desaparecer com o tempo, ou seja, as empresas usam os incentivos para abrir fábricas em períodos de prosperidade rápida e as fecham em tempos de recessão, criando, portanto, apenas surto de expansão precário e transitório (SENGEMBERGER E PIKE, 1999, *apud*, FEITOSA, 2009).

Verifica-se, também, que os investimentos em infra-estrutura, realizados pelo Estado em determinada região são fundamentais para a criação de aglomerações de atividades e externalidades positivas para o capital privado (redução dos custos de transação, transporte, produção, acesso a mercados), mas não são suficientes para desenvolver um espírito dinâmico de endogenização do excedente local e atrair excedentes de outras regiões. Dessa forma, faz-se necessário que o Estado promova a geração de poupança pública local e a recuperação da capacidade de investimento, a fim de melhorar e recuperar a infra-estrutura e de criar um efeito multiplicador sobre o emprego, produto, renda e investimento privados. Amaral Filho (1999, p. 7, *apud*, Feitosa, 2009) apresenta argumentos semelhantes ao afirmar que:

“Para que produza efeitos multiplicadores crescentes e virtuosos sobre o produto e a renda, a referida política deve estar contida numa estratégia global de desenvolvimento da região ou do estado cujos mecanismos estejam administrativa, econômico e politicamente fundamentados, com o objetivo de evitar a formação de ‘enclaves’ ou a aglomeração de indústrias sem coerência interna nas suas interconexões”.

Dentro da concepção de que o desenvolvimento endógeno necessita de uma articulação interna entre os agentes econômicos, a formação de aglomerações industriais apresenta-se como uma alternativa exitosa na promoção do crescimento econômico.

Garofoli (1992, *apud* Amaral Filho, 1996, *apud*, Feitosa, 2009) menciona que entre os modelos de desenvolvimento endógeno, os casos mais interessantes e paradigmáticos são aqueles constituídos pelos sistemas de pequenas empresas ou pequenos empreendimentos circunscritos sob um território (tipo território-sistema ou distrito industrial). Trata-se de sistemas que produzem verdadeiras intensificações localizadas de economias externas, que determinam intensas aglomerações de

empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção típica.

Neste sentido, os distritos industriais representam uma das formas bem sucedidas do desenvolvimento regional endógeno capaz de criar tecnologias adaptadas às necessidades da região e aumentar sua autonomia, através da mobilização dos recursos existentes e de uma organização local criada por ela mesma.

No entanto, a forma e a composição do desenvolvimento endógeno devem variar de região para região e irão depender das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevaletes nos respectivos espaços. Assim, embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões.

3. A EVOLUÇÃO DO SETOR PETROLIFERO DE ANGOLA

Segundo publicações do Ministério dos Petróleos (2007), atividade de prospecção e pesquisa de Hidrocarbonetos em Angola teve seu arranque em 1910, com as empresas Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair dos EUA. Mas foi a partir de 1915, que foi perfurado o primeiro poço de petróleo na Bacia do rio Kwanza, pela Companhia Canha & Formigal. Em 1976 a nacionalização da PETRANGOL e com o Decreto n°52/76² dá origem a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Unidade Econômica Estatal (Sonangol - U.E.E.), que passaria hoje a chamar-se de Sonangol Entidade Pública (Sonangol E.P.), companhia estatal que gere os recursos hidrocarbonetos de Angola. Posteriormente com a Lei n°15/78³, foi criado o Ministério dos Petróleos, com intuito principal de gerir e administrar as políticas no setor petrolífero, conforme a Lei n° 13/78, revogada pela lei n°10/04⁴, do Artigo 16°⁵ da nova constituição Angolana, aprovada em Janeiro de 2010.

Após a independência várias companhias que operavam localmente abandonaram o país, deixando para trás as suas infra-estruturais e funcionários. Por esta razão a Sonangol comprou as instalações da Texaco, Fina e da Shell e, fruto de um acordo, ficou com as da Exxo Mobil. No processo a Sonangol absorveu ainda os antigos trabalhadores de empresas petrolíferas que procuravam emprego. A escassez de recursos humanos qualificados na área de hidrocarbonetos levou com

² **Decreto n° 52/76, de 9 de Junho, (DR, I série n° 135):** da criação Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Unidade Econômica Estatal, Sonangol – UEE.

³ **Lei n° 15/78, de 1 de Novembro, (DR, I série n° 259),** do Conselho de Revolução: da criação do Ministério dos Petróleos.

⁴ **Lei n° 10/04, de 12 de Novembro (DR, I série n° 91)** do Ministério dos Petróleos: das atividades petrolíferas – sem prejuízo do disposto no artigo 92° fica revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei, nomeadamente a lei n° 13/78 de 26 de Agosto – Lei Geral das Atividades Petrolíferas.

A Lei n° 13/78, de 26 de Agosto, Lei Geral das Atividades Petrolíferas, constitui o grande marco da legislação petrolífera angolana, ao estabelecer os princípios fundamentais por que passou a reger a exploração do potencial petrolífero do País no período pós-independência, princípios esses que estiveram na base do sucesso que se verificou neste importante setor da economia nacional.

A presente Lei visa estabelecer as regras de acesso e de exercício das operações petrolíferas nas áreas disponíveis da superfície e submersa do território nacional, das águas interiores, do mar territorial, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental (MINPET, 2010).

⁵ Artigo 16° (Recursos Naturais) - Os recursos naturais, sólidos, líquidos ou gasosos existentes no solo, subsolo, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental sob jurisdição de Angola são propriedade do Estado, que determina as condições para a sua concessão, pesquisa e exploração, nos termos da Constituição, da lei e do Direito Internacional.

que o Governo Angolano adotasse políticas de incentivo de formação de Quadros nacionais, com base no Decreto executivo conjunto n° 152/82⁶, tendo o 1° grupo de bolsiros partido para a Itália, com o apoio da ENI - Grupo Italiano de Petróleos e o 2° para a Argélia. Estes estudantes, na sua maioria técnicos, regressaram ao país nos finais da década de 70, marcando a entrada da Sonangol numa nova era (SONANGOL, 2011).

Atenta a novas oportunidades de negócios, a Sonangol cedo desenvolveu e criou parcerias para a implantação de unidades empresariais que contribuíssem para o desenvolvimento de Angola e para a expansão da própria Sonangol, privilegiando os aspectos de gestão de recursos de hidrocarbonetos, preservação do meio ambiente e a segurança industrial conforme o Decreto n° 39/00⁷.

Segundo arquivos da Sonangol (2011), a empresa elaborou um sistema empresarial em volta do petróleo do qual fazem parte mais de 30 subsidiárias e empresas afiliadas, com características de uma companhia de economia mista. A Sonangol expandiu as suas áreas de atividade e atualmente é uma empresa multinacional por mérito próprio. Com sede na cidade de Luanda, e escritórios em outros países como Congo, China, Estados Unidos da América, Inglaterra e Singapura, tornando-se a empresa líder na distribuição de derivados no país e a maior promotora do desenvolvimento social e de recursos humanos nacionais.

A razão de todo seu sucesso, está no desempenho das suas atividades com eficiência. O prestígio da Sonangol no mercado interno e internacional é fruto do seu bom relacionamento com as companhias petrolíferas que operam em Angola ou com interesses e investimentos no país. Dentre as demais empresas que operam em Angola, com participação da Sonangol, podemos destacar a BP Petroleum, Total E.P, Alrosa, Exxo Mobil, Chevron, Petrobras, Cobalt, Eni, entre outras. Além de empresas parceiras como, Naftagas, Interoil, Galp, Falcon Oil, BrasPetro, Geminas, Daewoo, Shell, etc. Das empresas que participam e as parceiras, existem as

⁶ **Decreto executivo conjunto n° 152/82, de 31 de Dezembro (DR, I série n° 306)**, do Ministério dos Petróleos: Da forma definitiva ao regulamento provisórios no artigo 15° do Decreto n° 20/82, de 17 de Abril, que determina a obrigatoriedade de recrutamento de formação de quadros nacionais, pelas sociedades ou entidades estrangeiros do ramo petrolífero.

⁷ **Decreto n° 39/00, de 6 de Outubro (DR, I série n° 42)** do Conselho de Ministros: a regulação da proteção do ambiente no decurso das atividades petrolíferas para garantir a sua preservação, no que concerne a saúde, água, solo e subsolo, ar, flora e fauna, ecossistemas, paisagem, atmosfera e os valores culturais, arqueológicos estéticos e define o regime de proteção do ambiente a que ficam sujeitas as atividades petrolíferas, quer em terra quer em mar.

subsidiárias da Sonangol, como o Banco Africano de Investimentos, ESSA (empresa de treinamento), Kwanda (suporte logístico), MStelcom, Sonair, Sonagas, Sonadiets (infraestrutura corporativa), entre outras.

É importante ressaltar, que a exploração de petróleo em Angola é feita principalmente em alto-mar com profundidades superiores a 1,200 metros, com um sistema denominado FPSO – Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência, razão pela qual a maioria dos operadores no mercado angolano usa tecnologia de ponta para exploração de hidrocarbonetos. Pelos custos elevados – cada poço em águas profundas custa entre 20 a 50 milhões de dólares americanos – para se efetuar cada empreitada arriscada do gênero, requer da empresa contratada poder financeiro, experiência sobre prospecção, planejamento antecipado, cuidados e perícia no trabalho a ser desenvolvido a posterior (SONANGOL, 2011). Foi à combinação de fatores como a inovação na tecnologia e na engenharia e a perícia dos operadores que deu resultados, espetaculares a todos os níveis, na exploração de alguns blocos petrolíferos. A produção e exploração petrolífera angolana baseiam-se no sistema offshore (exploração em alto mar) e onshore (exploração em terra).

A Sonangol além de sua principal atividade de indústria a exploração e produção de petróleo tem-se envolvido em outros setores estratégicos da economia angolana, como no setor de aviação civil (para melhor servir as necessidades de freqüentes deslocamentos aéreos, principalmente dos seus trabalhadores), navegação marítima, como diversificação dos seus negócios e investimentos, a Sonangol tem participação de acionista em empresas que não estão diretamente ligadas ao setor petrolífero, como setor bancário, indústria alimentar e construção civil, tendo em conta a necessidade de reconstruir o país no pós-guerra civil, tendo em conta que é de objetivo principal, promover a sustentabilidade e o crescimento da indústria petrolífera nacional, de forma a garantir maior retorno para o Estado Angolano, assegurando a participação das empresas e dos quadros nacionais nas atividades da indústria e o benefício da Sociedade nos resultados gerados, tornar-se uma empresa integrada e competitiva, manter-se como catalisadora do desenvolvimento nacional e projetar-se no mercado internacional como entidade de prestígio (SONANGOL, 2011).

Com todos os esforços realizados, conjuntamente entre o Governo Central, Ministério dos Petróleos e a Sonangol E.P., com o objetivo principal de promover o

desenvolvimento do setor petrolífero angolano, expandindo suas fronteiras e sua produção para o mercado internacional, e com seus méritos foi admitida durante a 143ª conferência extraordinária da OPEP em 2006, como membro de pleno direito, segundo a publicação da revista Angola Press (2006) e conforme aprovação da Resolução nº 95/06⁸.

Outro marco importante para o setor petrolífero de Angola vem especificamente na produção de gás, já existente desde as explorações do petróleo, porém concedido pelo governo central a partir de 2009, com o Decreto-Lei nº 12/09⁹, fazendo com que a Sonangol, desenvolva mecanismos para maior produção, com interesse nacional, tornando-se também competitiva no cenário internacional.

⁸ **Resolução nº 95/06, de 13 de Dezembro, (DR, I série nº 150)**, Conselho Ministros: Aprova a adenda da República de Angola à Organização dos Exportadores de Petróleo – (OPEP), como membro de pleno direito.

⁹ **Decreto-Lei nº 12/09, de 8 de Junho, (DR, I série nº 104)**, Conselho de Ministros: Concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol – E.P.), os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de gás natural, condensados e líquidos extraídos do gás natural.

4. A INFLUÊNCIA DO RAMO INDUSTRIAL PETROLIFERO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA

O setor petrolífero tem um forte impacto dentro da economia angolana, principalmente pelo fato de impulsionar o superávit nas contas correntes, relacionado ao elevado nível de exportação, além de compor de uma forma majoritária as receitas publicas do país, através do sistema de tributação e participações. Desta forma as empresas petrolíferas proporcionam um crescimento econômico alto e sustentável, por meio de novas oportunidades empresariais, abertura de empregos diretos e indiretos, crescimento do mercado consumidor local e aumento de arrecadação por parte do governo central, pois estas pagam compensações financeiras “royalties” sobre o valor da produção de petróleo e gás natural.

Por ser uma área estratégica economicamente para o governo angolano, foram implementadas o Decreto n° 43/81¹⁰ e posteriormente a Lei n° 13/04¹¹, determinando arrecadação imposta nas empresas, que exploraram o petróleo e seus derivados em Angola. Visto que o setor petrolífero é o mais dinâmico em Angola, é ele que impulsiona outras atividades indústrias no país, funcionando como uma indústria motriz.

Sendo o principal pólo industrial, correspondendo por 58,3% do PIB a preços correntes em 2008, conforme publicação do Ministério das Finanças (2009), isso ocorre principalmente devido ao cenário internacional favorável, com altas de preços do petróleo, além do crescimento da produção nacional, com novas descobertas e o aumento da produção do gás natural e de derivados de petróleo, além das variações nas taxas cambiais, que proporcionam ao país um aumento das receitas, uma vez que o pagamento dos *royalties* é feito em dólar.

¹⁰ Decreto n° 43/81, de 2 de Maio, (DR, I n° 102), do Conselho de Ministros: Da uniformização dos métodos e prazos do pagamento dos impostos do regime tributário especial das empresas petrolíferas. – Revoga disposições em contrário.

¹¹ Lei n° 13/04, de 24 de Dezembro (DR, I série n° 103), da Assembléia Nacional: sobre a Tributação das atividades Petrolíferas.

Conforme a Resolução n° 13/93¹², o governo é responsável pelas repartições do total arrecadado, sendo este cogitado para as despesas correntes do país, que por sua vez estão relacionadas com o objetivo de solidificar a reconciliação e reconstrução do território nacional, além do pagamento da dívida interna e externa, como também do pagamento de pessoal. Com o objetivo de incentivar a entrada de novos investimentos e aumentar a concorrência no cenário nacional, diminuindo o monopólio pela empresa estatal Sonangol E.P., ampliando de certa forma a oferta de derivados de petróleo e gás, o governo aprovou a Resolução n° 105/09¹³ e o Despacho Conjunto n° 313/08¹⁴, possibilitando que empresas operadoras e prestadoras de serviços, sejam elas nacionais ou estrangeiras, possam competir com a empresa estatal em todos os segmentos (exploração, produção, refino, transporte de petróleo, derivados e gás natural) da atividade petrolífera, aumentando principalmente ao que compete no dinamismo da economia e no desenvolvimento sócio econômico, em maior oferta de emprego, por parte do aumento de empresas no setor privado, diminuindo assim a taxa de desemprego, que em 2007, segundo o Ministério do Planeamento (2009) foi de 27,3%, um dos principais objetivos do governo central, aumenta a propensão a consumir pela população.

É assim que, favorecido pelo crescimento econômico mundial, se pode estabelecer parcerias proativas necessárias para se aumentar o investimento na reconstrução de infraestruturas e a conseqüente reintegração do território com outros países. Desta forma o governo vem aumentando o fluxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), o que foi observado principalmente no período de 2004-2009, com uma diminuição no último período, devido as crises do cenário internacional, conforme o a figura a seguir:

¹² **Resolução n° 19/93, de 23 de Novembro (DR, I série n° 46)**, do Ministério das Finanças: Concede ao Governo autorização Legislativa sobre Contratos de Partilha de Produção Petrolífera.

¹³ **Resolução n° 105/09, de 19 de Novembro, (DR, I série n° 219)**, Conselho de Ministros: Aprova a estratégia de liberalização do sector dos combustíveis em Angola e o cronograma de ações sobre a sua implementação.

¹⁴ **Despacho conjunto n° 313/08, de 15 de Agosto, (DR, I série n° 153)**, Ministérios dos Petróleos e das Finanças: Concede incentivos aos cidadãos angolanos que participam no capital social das empresas privadas angolanas

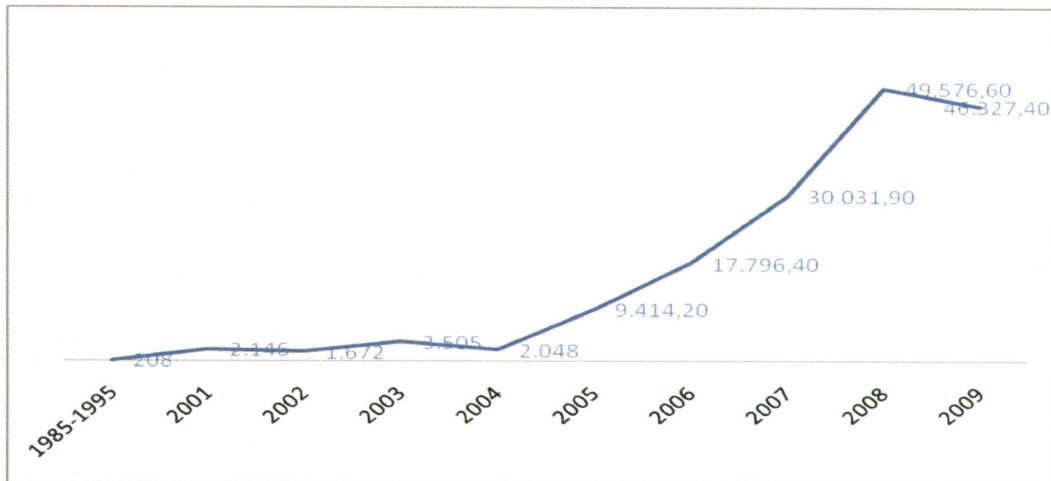


FIGURA 2 – INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO EM MILHÕES US\$
 FONTE: BNA e IEEI

Porém o aumento do IDE à economia angolana, deve-se principalmente a diversos fatores macro e microeconômicos, do desenvolvimento de políticas tanto para pequenos investidores, como conglomerados multinacionais, da estabilização econômica interna, da confiança dos investidores estrangeiros, ocasionado pelo fim dos conflitos armados, e também do cenário internacional favorável, especificamente dos avanços dos tigres asiáticos e da forte expansão da China.

4.1 OS ROYALTIES DA INDÚSTRIA PETROLIFERA ANGOLANA

Os *royalties do petróleo* são compensações financeiras que referem-se ao fluxo de pagamentos, ao proprietário de um ativo não renovável, neste caso o Estado Angolano, que o cede para os concessionários, o poder de exploração, uso ou comercialização por terceiros, ou o pagamento de todas as compensações financeiras de todas as empresas que trabalhem no setor, para uma única instituição estatal de interesse nacional (Sonangol E.P.), que por sua vez repassa para o governo central, conforme o Decreto n°51/91¹⁵.

Vale exemplificar que o atual cenário econômico internacional, de elevados preços, vem produzindo efeitos positivos em termos de arrecadação fiscal,

¹⁵ Decreto n° 51/91, de 16 de Agosto (DR, I série n°34), do Conselho de Ministros: Autoriza a Sonangol E.P., a ceder a terceiros a participação associativa que detém a Sonangol E.P. é titular.

favorecendo os montantes de *royalties* recebidos pelo Governo de Angola, do qual no ultimo trimestre de 2010 que foram comercializados internacionalmente, o aproximado de 142 milhões de barris de petróleo bruto, que foram valorizados cerca de 12 bilhões de dólares americanos, no preço médio de 85,41 USD/BBL (MINPET, 2011). E é desta forma que o setor petrolífero contribui significativamente para as receitas do Orçamento Geral do Estado (OGE), no que o aumento dos *royalties* não é gerado somente pelo o aumento dos preços, mas sim, também é ocasionado pelo aumento do volume da produção interna e da produção de Gás no território angolano, com base nos Decretos-Lei n° 12/09¹⁶ e Decreto executivo n° 186/08¹⁷. Conforme o gráfico a seguir é possível analisar o valor dos impostos pagos pelas companhias:

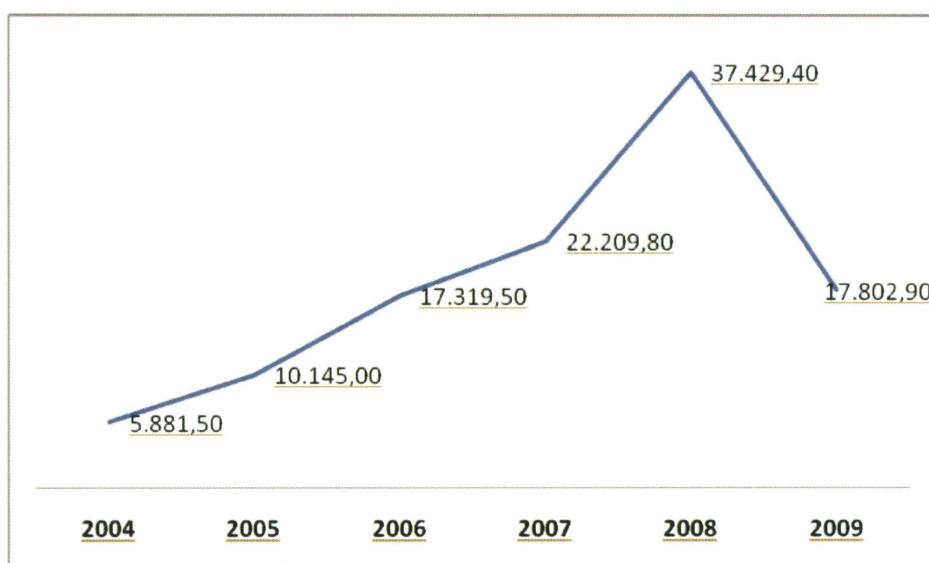


FIGURA 3 – IMPOSTOS PAGOS EM BILHÕES US\$
 FONTE: RELATORIO DE ATIVIDADES DO ANO 2007/2009 – MINPET, 2010.

É visível que no ano de 2009, houve um decréscimo dos impostos pagos pelas companhias exploratórias de petróleo, devido a baixa produção em alguns blocos petrolíferos, por razões operacionais e pelos cortes orientados pela

¹⁶ **Decreto-Lei n° 12/09, de 8 de Junho, (DR, I série n° 104)**, Conselho de Ministros: Concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol – E.P.), os direitos mineiros de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de gás natural, condensados e líquidos extraídos do gás natural.

¹⁷ **Decreto Executivo n° 186/08, de 9 de Setembro, (DR, I série n° 186)**, Ministério dos Petróleos: Aprova o regulamento sobre a instalação, funcionamento, reparação e alteração de reservatórios de gás de petróleo liquefeito (GPL).

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), tendo em vista a estabilização dos preços no mercado internacional.

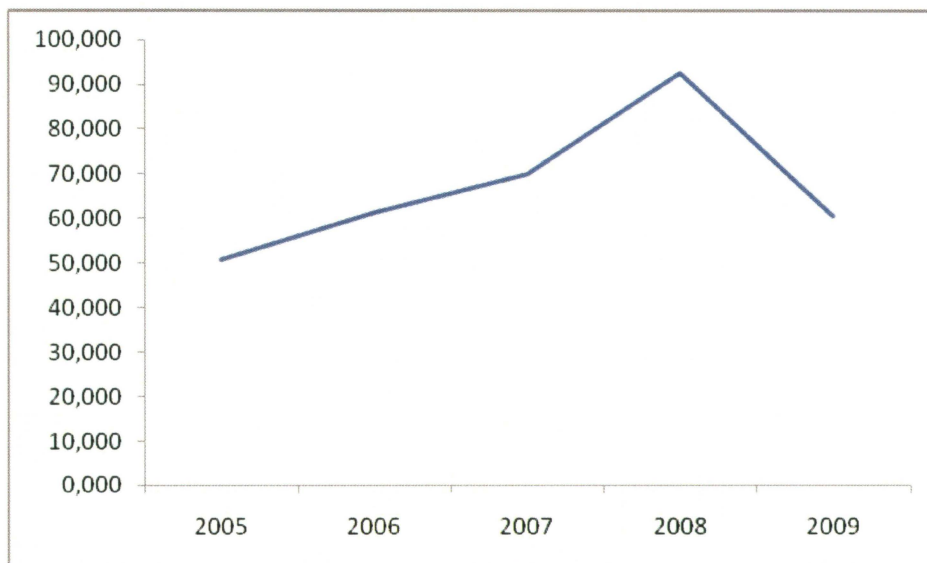


FIGURA 4 - E EVOLUÇÃO QUINQUENAL DOS PREÇOS MÉDIOS DE EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO /2009.

FONTE: RELATORIO DE ATIVIDADES DO ANO 2009 – MINPET, 2010.

No entanto, segundo pesquisas, no que concerne de referência aos decretos e leis de regulamentação do Ministério dos Petróleos, não existe uma lei específica ou algo do gênero que especifique em que setores da economia, os *royalties* ou ganhos de participação proveniente da exploração do petróleo, sejam investidos. Porém, existe a hipótese de que o aumento das receitas promovido pelos *royalties* resulta em aumento das despesas sociais e na melhora dos indicadores de saúde e educação principalmente. Visto que no caso de Angola, conforme o Programa Geral do Governo 2005 - 2008 houve investimentos oriundas das receitas petrolíferas, principalmente nas infra-estruturas básicas, destruídas durante a guerra civil, principalmente nos setores da agricultura, energia e água, obras públicas e construção, conforme o quadro a seguir:

SETORES	2007		2008	
	Investimento Público	Investimento Privado	Investimento Público	Investimento Privado
Agricultura	163,17	161,0	85,88	272,6
Pescas e Derivados	420,03	-	-	-
Petróleo	-	13.144,3	-	15.773,2
Diamantes e outras extrativas	2,91	264,4	2,89	238,0
Industria Transformadora	22,15	315,7	4,92	408,6
Energia e Água	715,39	-	274,89	-
Obras Públicas e Construção	2.501,15	460,9	1.065,98	386,0
Serviços Mercantis	466,61	173,4	733,53	176,3
Serviços Não Mercantis	2.226,52	-	796,82	-
TOTAL	6.517,93	14.519,70	2.964,91	17.254,10

QUADRO 1 - INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO 2007 – 2008 EM MILHÕES DE US\$
 FONTE: PROGRAMA GERAL DO GOVERNO 2007 – 2008. MINPLAN, 2007.

No que diz respeito aos setores sociais da economia, segundo o Ministério do Planeamento, com base no Programa Geral do Governo 2005 – 2008, estes habitação e serviços comunitários, saúde e educação, tiveram investimentos públicos no período de 2006 cerca de 29% das despesas correntes do PIB. Em 2007 e 2008 das despesas correntes do OGE, foram efetivados valores entre 40,8 % e 36,5 % do PIB, respectivamente.

Conforme o Decreto n° 385/06¹⁸, compete ao Ministério dos Petróleos administrarem as políticas adotadas pelo governo central. Porém muitas das vezes as receitas ou royalties provenientes do setor petrolífero, que compõe a receita total do estado, não são corretamente fiscalizadas e implementadas, surgindo assim à necessidade de uma efetiva fiscalização tributária, ou a criação de um órgão fiscalizador, aproveitando o significativo aumento da arrecadação que vem ocorrendo conforme o quadro acima e o momento de grande procura do petróleo Angolano, principalmente pelo mercado Asiático, China e Índia (MINPET, 2010).

Dessa forma, com uma maior fiscalização, aumentara as receitas que fomentem políticas e programas visando principalmente aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), investindo parte desse recurso em setores sociais

¹⁸ **Despacho n° 385/06, de 23 de Agosto, (DR, I série n° 102)**, Ministério dos Petróleos: Determina que cabe ao Ministério dos Petróleos, como órgão da administração central do Estado responsável pela execução das políticas definidas pelo Governo relativamente ao desenvolvimento do Sector Petrolífero Angolano fornecer toda a informação relativa à referida atividade a quaisquer entidades que dela necessitarem no âmbito da sua ação legal e social.

de grande carência na economia angolana, como educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura, além do aumento do coeficiente de Gini, minimizando o abismo entre a riqueza e a pobreza em Angola.

4.2 POLITICAS GOVERNAMENTAIS PARA INDEPENDENCIA DA ECONOMIA

O ramo industrial petrolífero é o setor mais dinâmico da economia angolana, seja pela sua contribuição em relação aos tributos “*royalties*”, seja pela sua capacidade de fomentar o desenvolvimento regional, especificamente no combate a diminuição do desemprego local, fazendo com que este setor beneficie a todos da sociedade. Este é um dos pontos cruciais da economia angolana, devido à insegurança, ocasionada pelos conflitos armados, gerando numa excessiva concentração populacional em Luanda de aproximadamente 29,38% da população total de Angola em 2004, conforme publicação do Ministério do Planeamento – MINPLAN (2009), deixando com que a capital do país caracteriza-se por uma série de dificuldades e problemas ligados à insuficiência, saturação e deterioração da infraestrutura produtiva e social existente para atender um efetivo populacional.

Durante muito tempo, o setor econômico mais produtivo no cenário nacional e de forte investimento público e privado foi o ramo industrial petrolífero, responsável por grandes arrecadações tributárias, tornando o vulnerável a qualquer crise no cenário internacional. Visto que a exploração deste recurso “petróleo” é finita, é de obrigação dos governos de hoje, incentivar e aprovar políticas e medidas, diminuindo a dependência deste recurso, diversificando a economia, no sentido da produção e bem estar da sociedade, e independência no sentido da vulnerabilidade pelo ramo industrial. Favorecendo assim que as gerações futuras usufruam deste recurso por mais tempo, sem que sua economia seja prejudicada pelos desequilíbrios mundiais.

É com base nesta análise que o governo central de Angola, através da revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), da implantação do Programa Geral do Governo no quadriênio 2005-2008, e de políticas com base nas orientações citadas pelo Banco Mundial, através do Relatório de Análise do Clima de Investimento (2007), que o governo central tem adotado medidas para diversificação

da economia, reestruturando os setores que foram totalmente destruídos, com investimentos maciços do setor público, ajudando a criar um ambiente propício ao investimento privado.

O governo central com o objetivo de cumprir as metas idealizadas no Programa Geral do Governo (PPG) 2005-2006, dando continuidade no PPG 2007-2008, adotou as seguintes políticas, conforme o MINPLAN (2007):

- Continuação da reintegração social e produtiva dos desmobilizados e pessoas deslocadas durante a guerra;
- Melhoria da prestação dos serviços sociais básicos e promoção da harmonia social;
- Consolidação do processo de estabilização macroeconômica, garantindo-se a estabilidade monetária e cambial e a redução da inflação;
- Reabilitação das infraestruturas;
- Diversificação e aumento da produção interna de bens e serviços;
- Revitalização da economia rural e restabelecimento dos circuitos econômicos e comerciais em todo o território nacional;
- Erradicação ou redução significativa da fome e da miséria;
- Apoio ao desenvolvimento do sector privado;
- Aumento do nível geral de emprego e melhoria progressiva da remuneração do trabalho;
- Aprofundamento da reforma da Administração Pública, do Sistema Financeiro e do Sistema de Justiça;
- Execução célere da reforma do Sistema de Educação e Ensino;
- Distribuição equilibrada do rendimento nacional e eliminação das assimetrias regionais;
- Prosseguimento da reforma da Comunicação Social;
- Reforço da capacidade institucional e técnico material dos meios de comunicação social;
- Continuação dos esforços de criação das condições materiais e técnicas para a realização das eleições gerais.

No entanto, o governo na intenção de implantar estas políticas com relação ao PIB, fará um equilíbrio entres os setores, aumentando a sua porcentagem nos

mais necessitados, diminuindo os que detêm maior dependência conforme a figura a seguir:

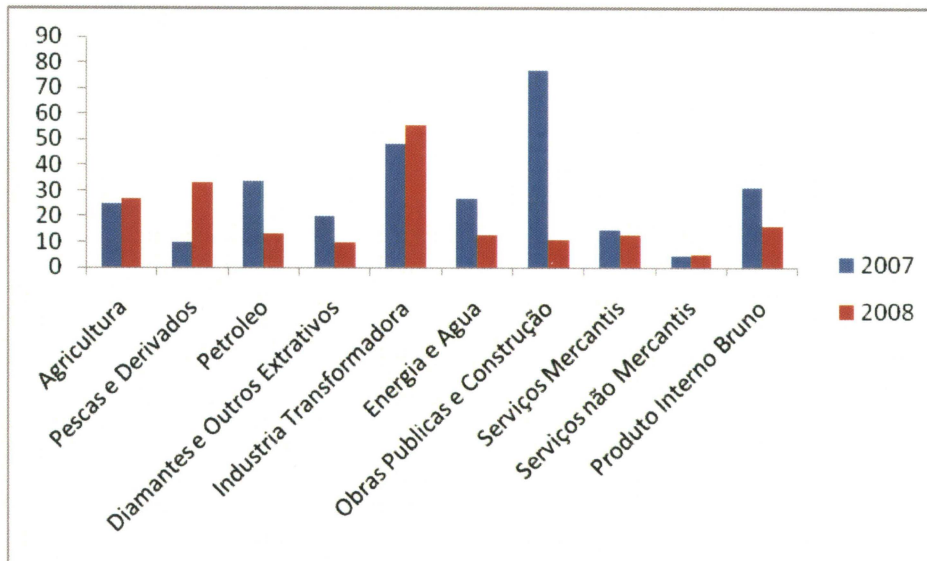


FIGURA 5 – TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO DOS SETORES EM %
 FONTE: PROGRAMA GERAL DO GOVERNO 2007/2008, MINPLAN, 2007.

No que diz respeito principalmente às metas sociais, o governo continuara na garantia dos setores sociais dentro da economia, ampliando o acesso geral da população aos serviços sociais essenciais e, desta forma, tornar os cidadãos menos vulneráveis, conforme o PGG 2007 – 2008, aumentando a taxa líquida de escolarização para 77,2%, segundo o Ministério da Educação (2011), reduzindo a taxa de mortalidade, desnutrição para 15% e 10%, respectivamente. No que diz respeito a cultura local, o governo quer aumentar o número de utilizadores das instituições culturais em 5%.

Para incluir no cenário de desenvolvimento nacional, segundo PGG 2007 - 2008, o governo no setor de construção e obras pública tem como interesse público melhor a circulação de pessoas e bens reforçar a capacidade nacional de produção e definir o quadro legal para a implementação de parcerias público-privadas no domínio das infraestruturas, reabilitação e construção de novas estradas e pontes.

Para os setores de energia elétrica e água potável, o governo prevê um crescimento de 42% na produção de eletricidade, duplicar a capacidade disponível e aumentar em 31% o número de ligações elétricas. E com relação a água tratada um aumento de 70% em relação ao realizado em 2005 e 19% em relação ao previsto em 2006.

Na área dos correios e telecomunicações, foi pautado pelos objetivos de relançar a atividade postal em todo o território nacional e modernizar os serviços de meteorologia para apoio, à navegação aérea e à atividade agrária. Mas com isso o governo para o biênio 2007 – 2008 pretende construir e reabilitar estações postais, multiplicar a taxa de tele-densidade fixa, subir para 17% a taxa de tele-densidade móvel e atingir um número maior de assinantes, aumentando o acesso a internet.

As metas fixadas para o setor agropecuário estão associadas aos objetivos específicos do setor e que passam por contribuir para a satisfação das necessidades alimentares do país através do aumento da produção alimentar, com base na reabilitação das capacidades produtivas do setor camponês e do setor empresarial privado, por reativar a economia rural e restabelecer os circuitos comerciais do setor. Além concretizar as metas supracitadas, a implementação do Programa de extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), que prevê a produção de produtos que sejam mais competitivos no cenário internacional. Na indústria extrativa não petrolífera, especificamente na áreas diamantífera, foi previsto duplicar em 2008 a produção de 2005.

A evolução prevista da Indústria transformadora para o biênio 2007-2008 será marcada pelo processo de reindustrialização do País, mediante o aprofundamento da reposição da oferta interna de bens essenciais. Mas também se espera o desenvolvimento de outras atividades industriais de natureza transversal (metalomecânica, pequenos equipamentos, fundição ou atividades de manutenção e reparação).

No setor de comércio, o principal articulador de outros setores, existe a preocupação de consolidar o exercício do comércio baseado na iniciação privada e a integração das economias rural e urbana, bem como a expansão da rede logística e de distribuição. E por fim, nos setores de transporte será prosseguida e intensificada a melhoria da transportação, com a renovação dos meios de transporte de passageiros e cargas em todos os modos (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo) e a revisão da legislação em especial referente à segurança do transporte de pessoas e cargas, com destaque para a carga perigosa, assim como a melhoria da manutenção, das frotas.

Além das metas adotadas pelo governo central, existem ainda as novas medidas de políticas no PGG 2007 – 2008 que foram adotadas posteriormente ao

PGG 2005 – 2006, como o “Programa Integrado de Relançamento da Atividade Econômica”, com as seguintes prioridades:

- Reabilitação, Expansão e Modernização das Infraestruturas;
- Lançamento das Indústrias de Apoio à Reconstrução;
- Expansão das Cadeias Produtivas, sobretudo, daquelas que concorrem para a produção de bens essenciais;
- Reorganização da Rede de Distribuição.

Além destas prioridades o governo adotou para este período, varias medidas nos demais setores, que estarão expostas no anexo deste trabalho no Programa Geral do Governo 2005 - 2006.

Segundo o PPG 2007-2008 do Ministério do Planejamento (2007), o Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Educação realça o rápido alargamento da oferta de ensino, expresso no número adicional de salas de aulas e pessoal docente, o que permitiu que as taxas de escolarização, em todos os graus de ensino, tenham registrado um aumento satisfatório. Já no que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Saúde, a reabilitação e construção de Postos de Saúde, a construção de novos hospitais e o reequipamento de hospitais tem evoluído a bom ritmo, tendo ultrapassado em 2005 os valores previstos. Esta evolução, ao nível dos recursos, possibilitou a concretização de resultados (já obtidos ou a obter em 2006) nos domínios da cobertura vacinal, na taxa de mortalidade das crianças menores de 5 anos e na erradicação da lepra. Todavia, mantêm-se muito elevados os níveis de prevalência e morbidade de malária, doenças respiratórias e diarréicas agudas.

Por fim, é importante ressaltar que o governo para realização de políticas e cumprimento das metas, teve de contar com um equilíbrio no cenário econômico interno como mostra a figura a seguir:

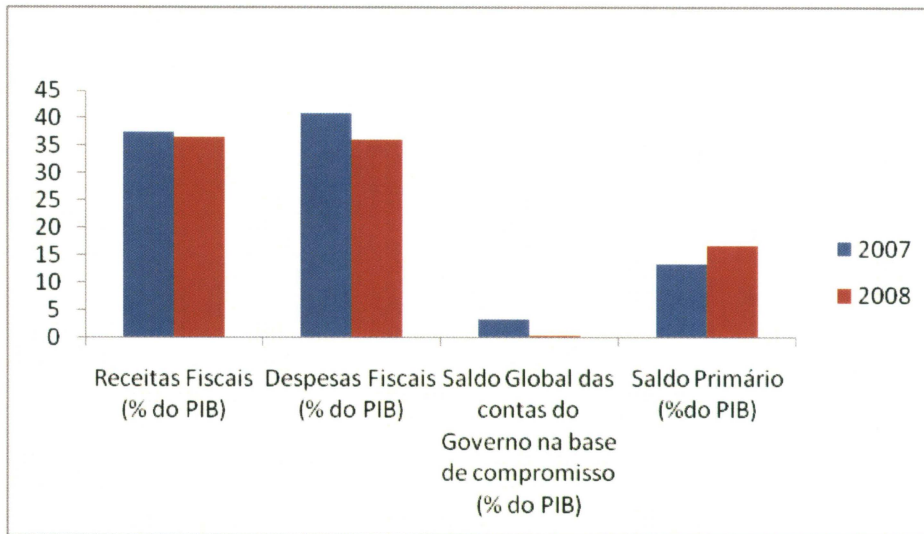


FIGURA 6 – ANÁLISE DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM PRAZO DAS RECEITAS, DESPESAS E SALDO GLOBAL EM % DO PIB

FONTE: PROGRAMA GERAL DO GOVERNO 2007 – 2008. MINPLAN, 2007

Apesar de todos os êxitos alcançados durante o quadriênio 2005-2008, proposta pelos Programas Gerais do Governo, ainda assim é notável o quanto dependente a economia está para o ramo industrial petrolífero. Visto que a maioria destas políticas são de implementação e resultado de médio e longo prazo, o que fará, a economia reagir num certo período. É de preocupação do governo, em diminuir a taxa de desemprego, constringindo o emprego informal, investindo uma boa parte de suas receitas, em infraestruturas em todo território, criando mecanismos de atração aos investidores e investimento privado, que por sua vez fomentará o comércio interno.

4.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONOMICOS NO PERÍODO DE 1975-2010

O petróleo é o um dos recursos mais abundantes de Angola, trazendo fortes benefícios para a economia, principalmente pelo pagamento de taxas, impostos e compensações, além do desenvolvimento regional que o ramo industrial petrolífero traz para a comunidade, como o aumento de renda *per capita* local, diminuição da taxa de desemprego, tanto na empresa ou indústria motriz, quanto para as demais empresas que serão criadas, em função da principal, além de aumentar os

indicadores sociais, tais eles como educação, saúde, desigualdade, população, IDH, PIB, *PIB per capita* e o melhoramento nas contas publicas do país, devido a sua elevada procura internacionalmente, no que diz respeito ao aumento continuo das exportações e o aumento das receitas fiscais, associadas ao petróleo.

Para que entendamos, faremos uma análise evolutiva através de gráficos e tabelas, dos principais indicadores econômicos de Angola, iniciando principalmente com análises econômicas, tais como a evolução do PIB correlacionada com o PIB per capita, comparação entre o total de receitas e despesas em percentagem do PIB Angolano, comparação entre a taxa de crescimento real do setor petrolífero e não petrolífero da economia e por ultimo comparação entre o preço médio do petróleo bruto angolano e o preço do mercado internacional. No contexto social, farei a análise evolutiva dos indicadores sociais, como IDH, taxa bruta de escolaridade, expectativa de vida, entre outras relacionadas ao bem estar da população.

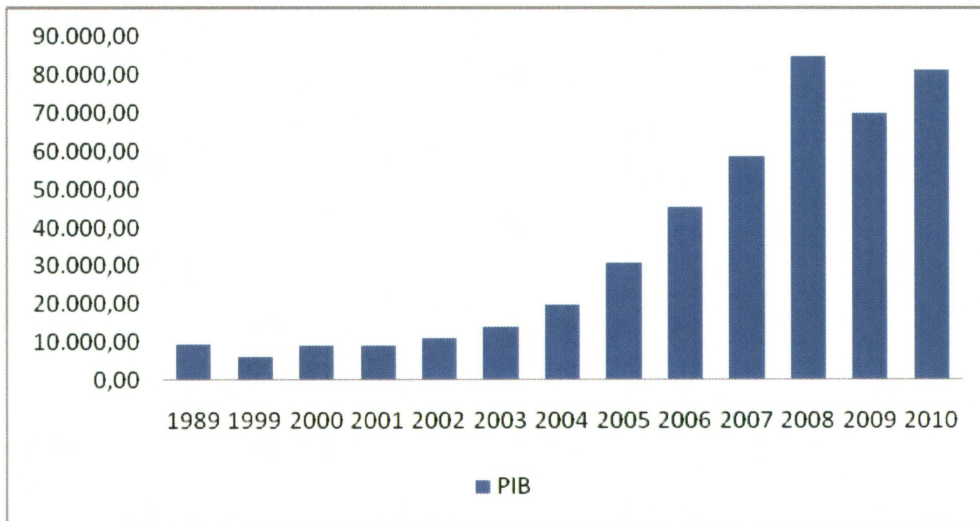


FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO PIB ANGOLANO
 FONTE: MINFIN, BNA E BANCO MUNDIAL

É possível analisar neste gráfico que a partir de 2003, houve um crescimento econômico elevado. Isso se observa principalmente com o fim dos conflitos armados dentro do país, a expansão da produção angolana nos demais setores, especificamente o setor petrolífero que muito contribui pra economia angolana, sendo esta a majoritária das receitas do país.

O gráfico a seguir mostra o quão da evolução do setor petrolífero em comparação ao setor não petrolífero, e sua influencia dentro da economia.

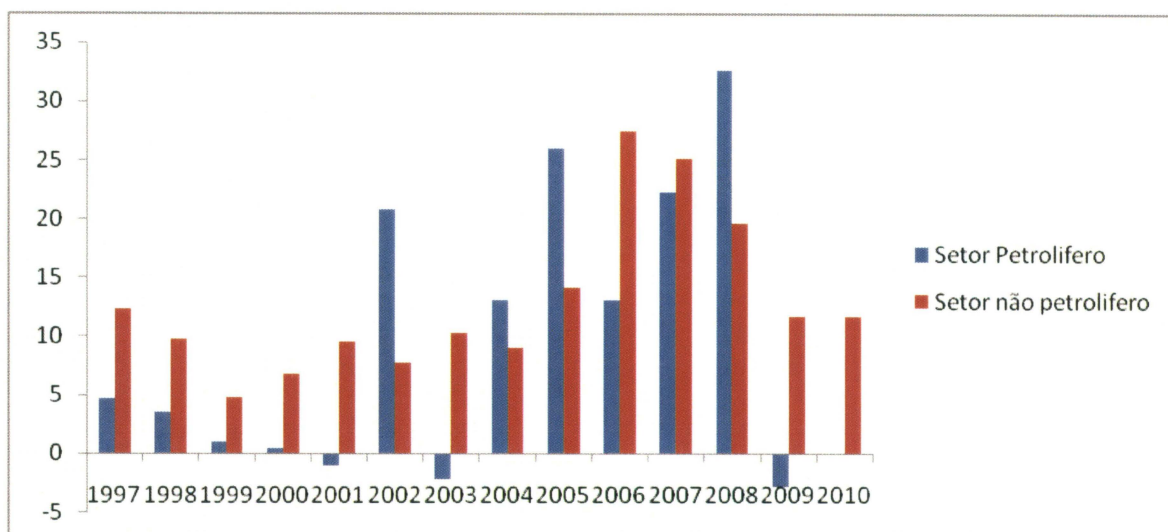


FIGURA 8 – COMPARAÇÃO ENTRE A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO SETOR PETROLÍFERO E NÃO PETROLÍFERO DA ECONOMIA ANGOLANA.
 FONTE: BNA, MINPLAN E FMI

No gráfico é visível que o setor petrolífero na economia angolana, tem tido uma influencia muito grande, além de que nem sempre foi este setor que manteve a economia. Durante os finais da década de 90 e inicio dos anos 2000 e 2001, o que manteve a economia, foi o setor não petrolífero, sendo superado apenas em 2002, quando começaram então as reabilitações da infraestrutura interna do país, principalmente aquelas ligadas a logística do país, construção de refinarias e outros mecanismos que ajudam na produção bruta do país. Visto que o auge do setor petrolífero na economia foi principalmente no ano de 2008 tendo um crescimento de 32,7% em comparação ao setor não petrolífero que teve um crescimento de 19,6%.

Este “boom” do crescimento no setor petrolífero ocorre devido ao cenário internacional favorável, impulsionada pela conjugação de fatores de ordem econômico-financeiro, principalmente pelo preço do barril do petróleo bruto “*Brent*”, que atingiu 144,22 US\$/Bbl, registrado a 3 de Julho, conforme publicação do Ministério do Petróleo (2009). Além do contexto geopolítico, com os conflitos entre os Estados Unidos da América e o Irã, com a reativação da estação nuclear e da diminuição da oferta do petróleo proveniente da Nigéria, devido aos conflitos internos, favorecendo a procura do petróleo Angolano, que teve de aumentar a sua produção, a fim de manter o equilíbrio de oferta do petróleo no cenário mundial.

Em 2009, houve uma queda drástica, por algumas razões: a persistente instabilidade econômica e política entre alguns países, já iniciada em 2008; a diminuição do preço do petróleo, no ultimo trimestre de 2008, ao patamar dos 55,47

US\$ /Bbl; apesar dos cortes de produção da OPEP, houve alguma melhoria, porém o enfraquecimento do dólar americano, influenciado pelas crescentes notícias do cenário econômico dos EUA, não foram muito favorecidas, para os fornecedores e compradores de petróleo, além da forte recessão existente nos EUA, principal comprador do petróleo angolano (MINPET, 2009).

Para o caso angolano, estas oscilações da oferta e procura do petróleo no cenário mundial tem abalado a economia de uma forma extrema, visto que o país é altamente dependente deste setor. No entanto faremos uma análise do preço do petróleo nacional em comparação ao preço no cenário internacional e posteriormente das receitas fiscais, originadas principalmente do ramo industrial petrolífero, com relação as despesas totais (despesas correntes e despesas de capital) do governo.

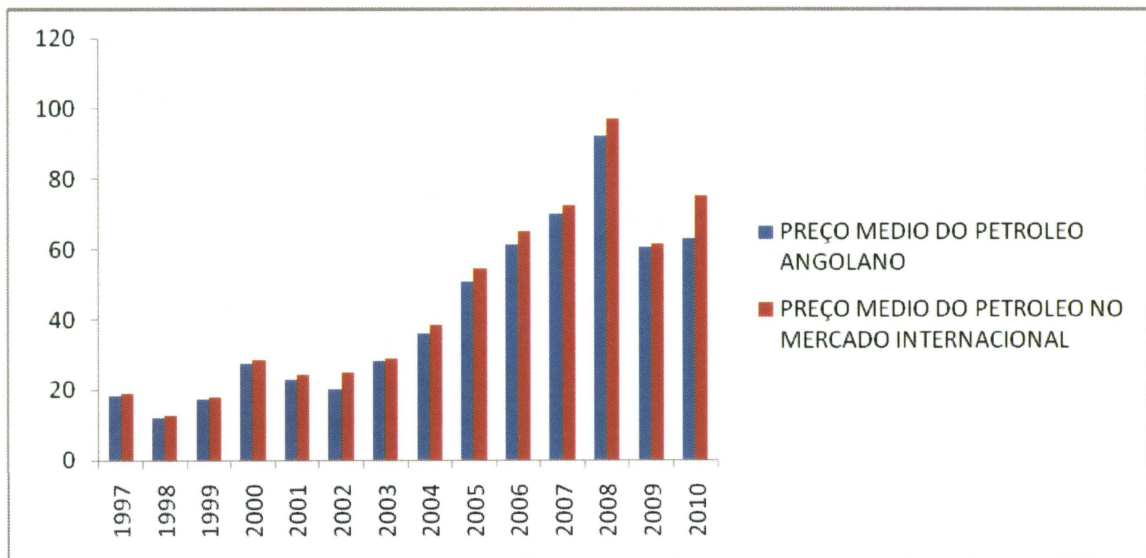


FIGURA 9 – COMPARAÇÃO ENTRE O PREÇO MEDIO DO PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO E O PREÇO DO MERCADO INTERNACIONAL
 FONTE: BNA, MINFIN, FMI E IBPGB

O preço do petróleo bruto angolano mantém-se muito próximo ao preço comercializado no mercado internacional, isso devido à valorização das ramas angolanas, que de certa forma veio beneficiadas pela desvalorização do dólar norte-americano e pela crescente procura do petróleo no mercado internacional, em especial na Ásia e Oriente Médio. Dessa forma, com o aumento dos preços do petróleo, principalmente em 2008, houve também um aumento das receitas petrolíferas que será analisada no gráfico a seguir.

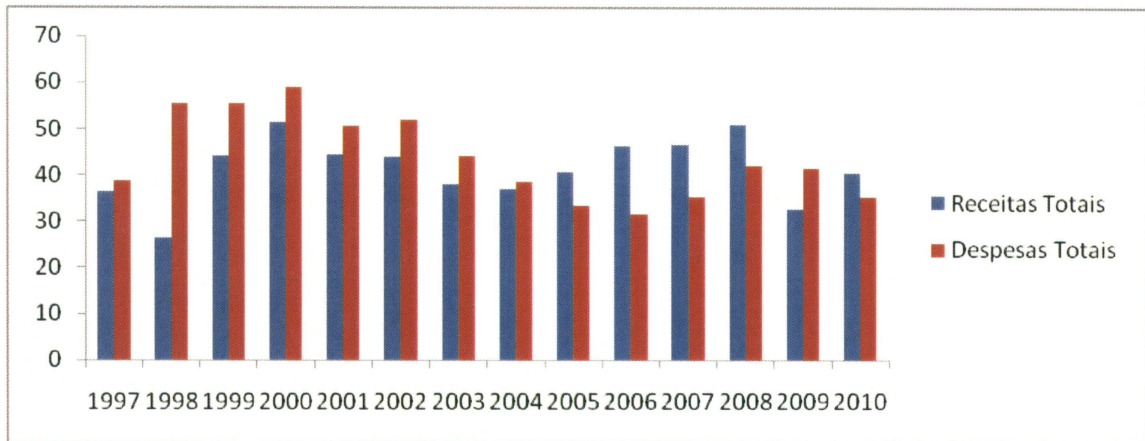


FIGURA 10 - COMPARAÇÃO ENTRE O TOTAL DE RECEITAS E DESPESAS EM % DO PIB ANGOLANO
 FONTE: MINFIN E FMI (COM BASE EM ESTIMATIVAS).

Durante os finais da década de 90 e início dos anos 2001 até 2004, o governo vivia apenas de déficit orçamental, mesmo com um superávit na balança comercial originada do ramo industrial petrolífero. O governo direcionava a maior parte de suas receitas para gastos, com segurança pública, devido à instabilidade política dentro do país, além das infraestruturas básicas para o desenvolvimento industrial, aprovadas por políticas mencionadas no sub-capítulo anterior e adotadas a partir de 2005, com o Programa Geral do Governo. Houve um avanço na diversificação da economia, apesar dos fortes investimentos públicos no setor petrolífero, para aumento da produção para comercialização interna e externa, e a necessidade de uma distribuição diversificada das receitas, além da contenção dos gastos excessivos do governo, favoreceram de certa forma o cenário interno, obtendo a partir de 2005, um superávit orçamental, aumentando as suas reservas internacionais. É importante verificar qual a reação do PIB *per capita* da economia e se está tem alcançado a distribuição total dentro da população, e se realmente as elevadas despesas do governo, têm ocasionado num desenvolvimento social contínuo da sociedade.

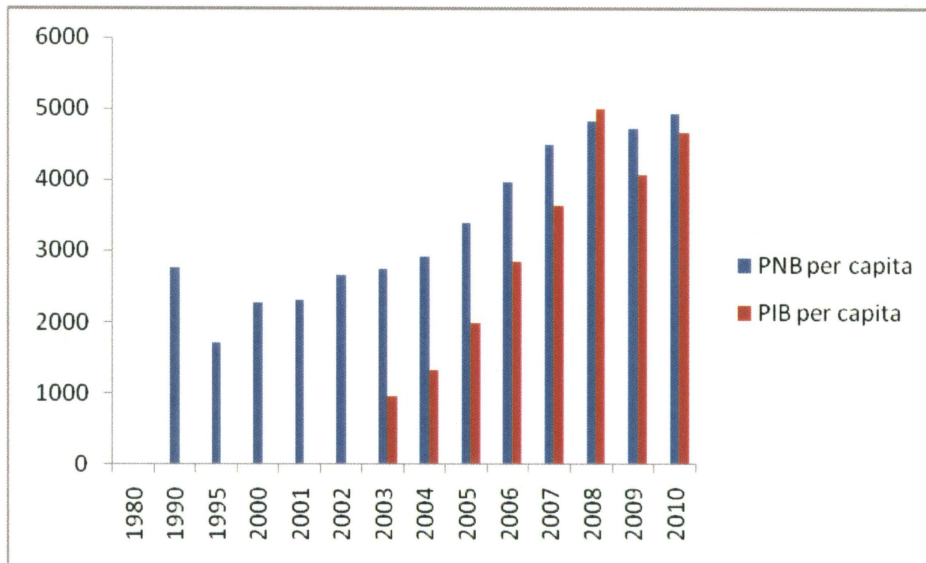


FIGURA 11 - COMPARAÇÃO EVOLUTIVA DO PNB PER CAPITA E DO PIB PER CAPITA
 FONTE: MINFIN E FMI (COM BASE EM ESTIMATIVAS NOS ULTIMOS ANOS)

Como era de se esperar, com a evolução do PIB teoricamente, há uma evolução do PIB per capita, variável correlacionada positivamente uma da outra. Porém é necessário analisar com a ajuda de indicadores de desigualdade com o coeficiente de Gini se realmente existe uma distribuição eficiente das rendas, ou se a uma extrema concentração da renda total.

Anos	1990	1995	2000	2010
PNB <i>per capita</i>	2.765	1.701	2.270	4.941
PIB <i>per capita</i>				4.674
Índice de Gini		0,54	0,62	0,58

QUADRO 2 – ANÁLISE DO PNB PER CAPITA, PIB PER CAPITA E ÍNDICE DE GINI
 FONTE: PNUD 2010, MINFIN E FMI.

O índice de Gini por sua vez relata a desigualdade social e de renda em Angola. Existe uma concentração excessiva relacionada a anos de idade, quanto maior os anos de estudo, maior a renda do cidadão, onde na sua maioria está localizada nos centros urbanos do país, especificamente na capital. Também a uma relação que influencia a concentração de renda em algum aspecto, relacionado ao índice de percepção de corrupção que o país apresenta, segundo publicação do Instituto Universitário de Lisboa “Cooperação Internacional – Cooperação Sino-Angolana”, Angola esteve posicionada em 2007, na 147ª posição, num total de 180 países, com 2,2% do índice. Dessa forma é visível, que quanto mais próximo da

capital a população esteja, maior é a sua renda, porem não é diversificado dignamente, devido à má distribuição e ao índice elevado de corrupção.

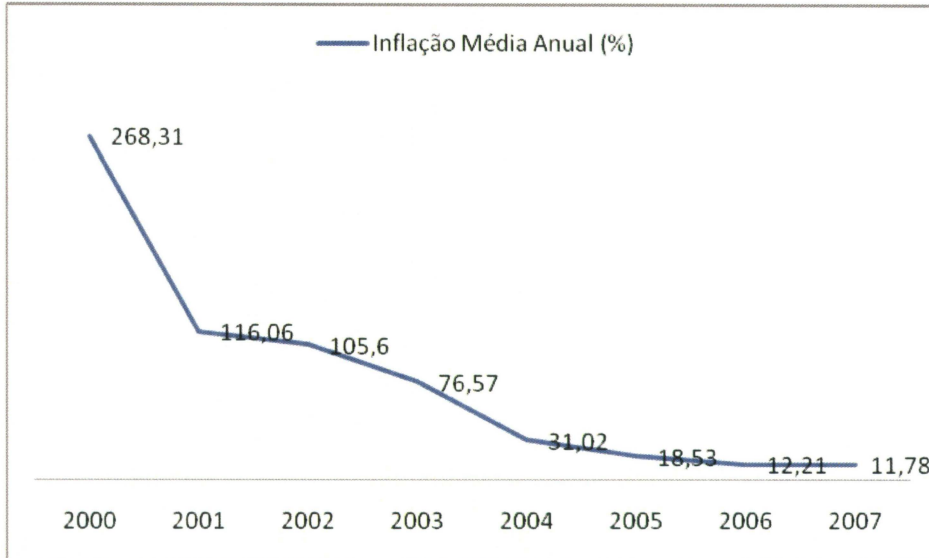


FIGURA 12 - EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO EM ANGOLA
FONTE: BNA

E necessário também, analisar se os investimentos de desenvolvimento planejados para o Milênio, com base em relatório das Nações Unidas, implementados principalmente pelos planos de ação Programa Geral do Governo 2005-2006 e posteriormente 2007-2008, tiveram êxitos esperados, no que diz respeito ao desenvolvimento social.

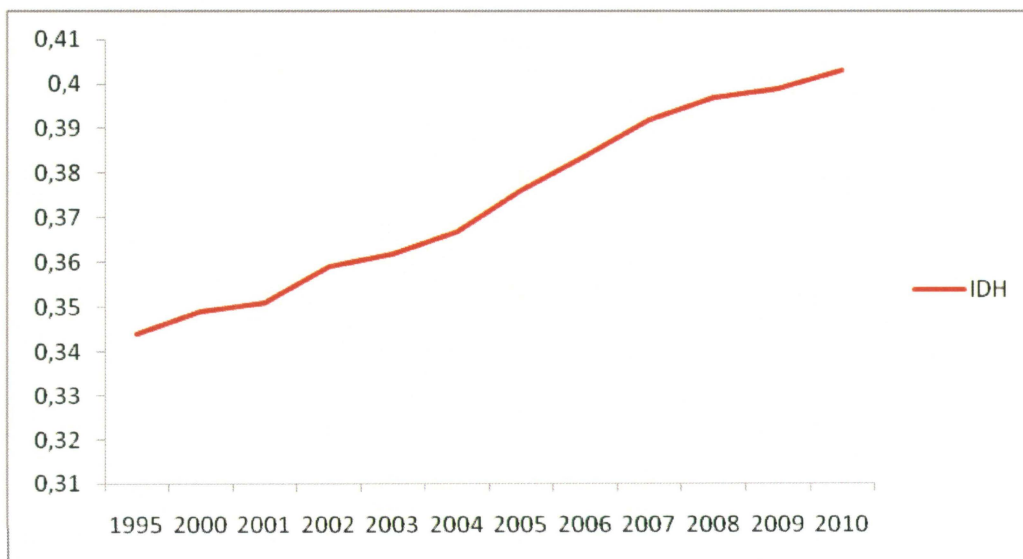


FIGURA 13 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
FONTE: PNUD 2010, PNUD 2005.

Como o gráfico do IDH apresenta e com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano, Angola é considerado um país com coeficiente de desenvolvimento baixo. Isto dá-se principalmente ao baixo investimento necessário que o país precisa, relacionado a saneamento básico, a baixa taxa bruta de escolaridade, que teve de haver uma intervenção forte do Governo Central, com a aprovação da Lei n° 13/01¹⁹, havendo em 2010 um total de 53.592 salas em comparação as 27.276 salas no ano de 2003, tendo um aumento no contingente de 50,89% no período. Com relação ao numero de alunos matriculados houve um avanço de 60,42% no período de 2003 a 2010, sendo que no primeiro ano a considerar foram de 3.727.098 e no ultimo ano, foi de 6.168.454, aproximadamente segundo estimativa do Ministério do Planeamento de 2008, o equivalente a 32,81% da população angolana. No contexto relacionado a saúde, a expectativa de vida ao nascer para o cidadão angolano é de 48,08 anos, segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2010. A taxa de mortalidade materna é de 1.700 por 100.000 nados vivos, e a taxa de mortalidade infantil é de 14% para 1000 crianças, aumentando para o infante-juvenil que passa para 25%, e a taxa bruta de natalidade ronda os 51,3% de 1000 nascidos. No entanto o país apresenta uma população muito jovem, com pouca população envelhecida, que ronda aproximadamente 3,6% de pessoas com 60 ou mais anos, e 73,3% da população é jovem, com menos de 29 anos (MINPLAN, 2009; MED 2011). Os problemas que a população apresenta também esta relacionada com a alta dos preços, especificamente a evolução da Inflação, que por sua vez encarece os produtos, dificultando o acesso da população, acarretando em uma má alimentação ou desnutrição moderada, que associada às debilidades das infraestruturas básicas públicas, piora a situação da população.

¹⁹ Lei n° 13/01 de 31 de Dezembro de 2001, do Decreto n° 2/05 de 14 de Janeiro "Plano de implementação progressiva do Novo Sistema de Educação" (MED , 2011).

5. A DEPENDENCIA DA ECONOMIA DE ANGOLA A INDÚSTRIA PETROLIFERA

Assim como os países consumidores podem ser vulneráveis ao fornecimento de petróleo, os grandes produtores e exportadores de petróleo também podem se tornar vulneráveis por sua dependência socioeconômica ao petróleo e que poderão restringir seus respectivos graus de liberdade para tomada de decisão produtiva, inclusive de investimento, e de elaboração de estratégias de atendimento do mercado internacional, visando à apropriação de parcelas maiores de renda econômica do petróleo.

No entanto, todos os países produtores, entre eles os da OPEP, possuem restrições de produção de caráter físico, relacionadas às reservas provadas²⁰ que possuem, às suas produções médias diárias e ao tempo de exploração que, por sua vez, é o tempo ainda existente, passível de produção com as atuais tecnologias de exploração de petróleo.

Dessa forma o país como total dependente do petróleo, principalmente das receitas petrolíferas para reduzir a sua dívida externa, valendo que quanto maior a participação relativa das exportações de petróleo em relação às exportações totais, maior é a dependência do país em relação à atividade petrolífera, e menos diversificada é a economia desse país. Como o caso da indústria petrolífera de Angola, como o único setor dinâmico da economia que tem um impacto enorme e significativo no crescimento e desenvolvimento econômico dentro do país. No entanto, é necessário analisar os frutos dessa dependência no campo socioeconômico, principalmente aos indicadores sociais, que quanto piores os indicadores sociais, maiores serão as pressões sobre os governos desses países, que acaba refletindo no crescimento econômico do país. Além disso, reflete também as falhas desses governos na utilização das receitas do petróleo na melhoria dos indicadores sociais, e, conseqüentemente, nas condições de vida e de trabalho da população (PIMENTEL, 2006).

²⁰ Reservas provadas de petróleo é uma quantidade estimada de todos os hidrocarbonetos estatisticamente definidos como petróleo, em que estudos geológicos e de engenharia demonstrem, com razoável certeza, que esta pode ser explorada em anos futuros, desde que sejam reservas já conhecidas sob condições econômicas e operacionais existentes.

No entanto, a falta de ligações entre o setor petrolífero, intensivo em capital e tecnologia, e o resto da economia impediu que outros setores tivessem um crescimento idêntico. Para, além disso, a forte dependência de Angola relativamente ao setor petrolífero, que contribui em mais de 91,92% para as exportações em 2004 e em mais de 80% para o orçamento do Estado, assim como a subida dramática da taxa de câmbio real efetiva²¹, dificultaram o desenvolvimento do setor manufatureiro angolano. Apesar do panorama favorável em termos de recursos minerais, a economia angolana não entrará num caminho de crescimento sustentável e partilhado sem algumas reformas estruturais, que foram indicadas no capítulo anterior. Devido à prolongada guerra civil e aos efeitos de uma forte dependência em relação às receitas do petróleo e dos diamantes, o setor privado não cresceu fora dos setores de minérios, e a qualidade das instituições nacionais continua limitada. A combinação destes fatores cria constrangimentos ao desenvolvimento do setor privado e à diversificação da economia, segundo relatório do Banco Mundial Análise do Clima de Investimento (2007).

Walter (2007) afirma que nas duas últimas décadas o ramo petrolífero tornou-se no único ramo industrial dinâmico da economia angolana, ao mesmo tempo em que a estagnação ou a decadência do resto da economia foram ampliando a dependência do país em relação ao petróleo, criando um impacto negativo no desenvolvimento de outros ramos ou setores da economia. Pelo que se defende uma maior intervenção do Estado consubstanciando-se na atribuição de mais verbas provenientes do ramo petrolífero, a serem canalizadas em outros ramos da economia, além da redução da dívida, como também para promoção do crescimento de emprego e da infra-estrutura e reconstrução nacional, incentivando o investimento por parte do setor privado em outras áreas de carência, diversificando a economia e ampliando o acesso de empresas e empresas, quer sejam nacionais ou internacionais para o mercado nacional, com base em políticas e medidas adotadas pelo governo através do programa de diversificação da economia, ampliando as suas relações no mercado internacional com instituições como o FMI e o Banco Mundial, pois só o dinheiro do petróleo não é suficiente para a alavanca da economia e a pretensão da auto-suficiência econômica.

²¹ As estimativas do FMI apontam para um crescimento superior a 40% da taxa de câmbio real efetiva para os dois anos que terminam em 2005.

Neste capítulo, farei uma análise da influencia do setor industrial petrolífero ao pólo de crescimento, o que realmente a indústria motriz, no caso, as empresas do ramo industrial petrolífero, tem beneficiado na diversificação da economia. Farei também uma análise da dependência da economia ao ramo petrolífero e por ultimo se as receitas petrolíferas, provenientes da participação e dos royalties petrolíferos, têm promovido de certa forma o desenvolvimento econômico, se realmente durante o período, ocorre um aumento dos indicadores sociais e qual seu impacto na sociedade como um todo.

5.1 INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO AO POLO DE CRESCIMENTO

Segundo Walter (2007) a economia angolana tem vindo a crescer de forma satisfatória. De acordo com publicações do FMI, no ano de 2006 em Angola, teve um crescimento econômico na ordem dos 15% do PIB e entre 2007-2010 uma taxa de crescimento de 13%, em razão ao aumento da produção do petróleo na ordem de 1.4 milhões de barris diários para 2 milhões. Entre 2005 e 2007 registraram-se as maiores taxas de crescimento da economia angolana.

Os aumentos das receitas do Estado oriundos do petróleo e das empresas petrolíferas permitiram o desenvolvimento de outros setores da economia que se encontravam estagnados, mostrando a dependência econômica do país (WALTER; 2007). Por exemplo, uma das áreas de progresso e desenvolvimento é o setor bancário onde o dinamismo se expressa quer pela emergência de novos bancos, quer pelo papel acrescido em termos de intermediação financeira, consubstanciado no fato do crédito ao setor privado corresponder já cerca de 50% dos recursos captados sob a forma de depósitos. Segundo a revista Economia & Mercado (2009), é importante que a economia nacional tenham um ótimo rendimento, com aumentos significativos na sua taxa para que se torne competitiva na região da África Austral, incentivando principalmente que os bancos comerciais financiem as pequenas e medias empresas, através do credito, a fim do contribuírem para o desenvolvimento do país e bem-estar social.

Um dos fatores inerentes ao bom ritmo da economia de Angola tem sido o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Em 2005, Angola estava no quarto lugar do

ranking mundial da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para captação de IDE, não falando dos muitos projetos financiados pelo Banco Mundial e outras instituições internacionais (WALTER, 2007). Uma vez que o petróleo é uma fonte esgotável o país não deve só contar com este precioso recurso para alcançar os objetivos desejados. O problema que se coloca aqui incide na forma como o petróleo pode dinamizar os restantes setores da economia. Especializando-se nos ramos de transformação, serviços e principalmente na agricultura, tornando-se independente das externalidades externas ou crises internacionais, levando o país a crises profundas. Em sua tese, Walter (2007) ressalta o quão importante uma presença mais significativa por parte do Governo Angolano, no que diz respeito à burocracia e tributos, em relação as empresas angolanas e as que trabalham em Angola.

Com incentivos do governo, através de políticas e medidas, porque não há um crescimento sustentado do setor de serviços e industrial manufatureiro, para diversificação da economia?

Segundo Relatório Análise de Clima de Investimentos (2007), as pequenas e médias empresas, dentro e fora de Luanda, consideram o acesso ao crédito como um grande constrangimento. Rendimentos acumulados constituem por isso a principal fonte de capital, e de financiamento de longo prazo para as empresas, enquanto o setor bancário responde, para uma empresa típica, apenas 1% a 4% das suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, respectivamente. Fazendo com que as empresas em Angola recorram mais a fundos internos e menos a bancos do que empresas da África Sub-Sahariana.



FIGURA 14 – TAXA DE ABERTURA DA ECONOMIA EM %
 FONTE: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – COOPERAÇÃO SINO-ANGOLANA, 2009.

As taxas de juros e as garantias bancárias são atrativas em Angola comparadas com outros países. As garantias bancárias e as taxas de juros para empréstimos são mais favoráveis em Angola do que a África do Sul e Argélia, assim como nos países de comparação. No entanto, tendo em conta que em Angola 79% dos pedidos de empréstimo são rejeitados, o problema do acesso ao crédito está relacionado com a sua disponibilidade e não tanto com o seu custo. De curiosidade, com base no relatório do Banco Mundial, mais de 80% das empresas em Angola nunca pediram um empréstimo. Outro fator, está relacionado a infraestrutura, no que concerne a disponibilidade de eletricidade, no qual 84% de todas as empresas sofreram cortes de eletricidade, numa média de 8 vezes por mês, tendo que optar pelos geradores, no qual passa a ser uma alternativa onerosa e poluidora. Outro viés está na parte de trânsito e estradas, onde muitas empresas manufatureiras perdem 2,1% da sua produção. Por outro lado, num país que as importações representam 40% do setor manufatureiro, o desalfandegamento demora, em média, 28 dias, tendo custos indiretos elevadíssimos para empresas, dificultando a entrada de muitos empresários no mercado. Além de que a corrupção por parte de 40% das empresas é considerada um entrave significativo em Angola. Pois muitas das vezes são obrigados a recorrer aos pagamentos informais e presentes, no intuito de conseguir que as coisas sejam feitas e a burocracia seja encaminhada de uma forma mais rápida, conforme o relatório de Análise de Clima de Investimentos de 2007, realizado pelo Banco Central.

Estes constrangimentos têm um impacto direto nos custos e na produtividade das empresas em Angola, mesmo que exista uma tendência positiva desde 2000, apesar de que o ambiente regulatório em Angola continua a ser um problema. Sendo esta a principal causadora e inibidora de investimentos internos e externos. Porém a estabilidade da economia angolana não acontece apenas por meio das receitas oriundas da comercialização e tributação da indústria petrolífera, mas também do aumento investimento direto estrangeiro, principalmente dos investimentos e da linha de crédito dos Estados Unidos e da China, que tornou-se o nosso maior credor, com financiamento em torno de 4,5 Bilhões de US\$ para o Programa de Investimento Publico angolano, conforme publicação da revista Exame Angola (2010) e distribuído conforme o gráfico abaixo.

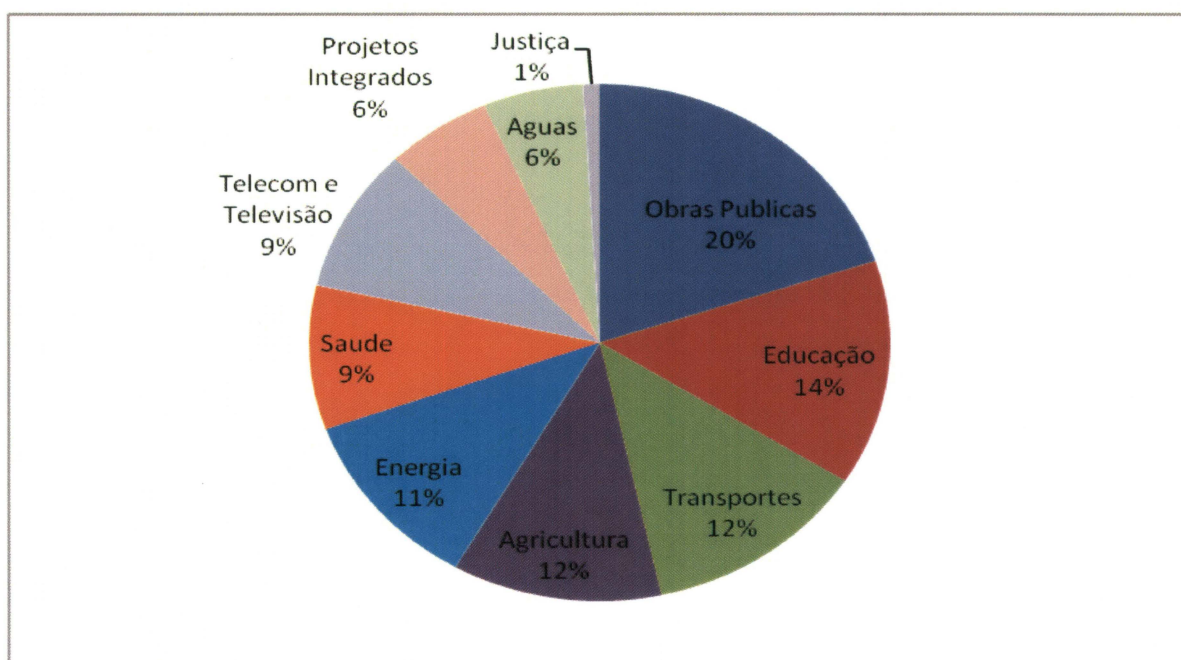


FIGURA 15 - TOTAL DO INVESTIMENTO CHINES POR SETOR EM ANGOLA
FONTE: REVISTA EXAME ANGOLA, N° 7. JULHO/AGOSTO 2010.

No entanto, é importante que o governo crie medidas que encorajem os empresários nacionais e estrangeiros no investimento em Angola, além das taxas de juros atrativas e os esforços de aumentar a confiança de retorno de capital, além do aumento da credibilidade do país para com os principais órgãos de financiamento como Banco Mundial, União Européia e FMI.

5.2 A DEPENDENCIA DA EXPORTAÇÃO DE ANGOLA AO RAMO INDUSTRIAL PETROLÍFERO

Segundo o MINPET (2010), a contribuição líquida do ramo para a balança de pagamentos tem correspondido a 97,5% do total das exportações do país. Isto corresponde a 63% das receitas totais que contribuem no Orçamento Geral do Estado e 40,9% do PIB real. No entanto, mesmo em termos puramente econômicos, o petróleo apresenta alguns inconvenientes ou riscos, tornando-o fortemente dependente dessa indústria. Com base no modelo da base econômica ou da base de exportação de Tiebout, o modelo faz depender o nível de produção e o nível de emprego da região das suas atividades exportadoras, que dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região – variáveis que o modelo considera como exógenas (isto é, que a região não pode influenciar). A ideia de abertura é levada a sua conclusão lógica: a região vive da procura externa e a ela deve adaptar-se para sobreviver. O modelo da base economia traça uma linha delimitadora entre as indústrias de base (atividades básicas) que permitem à região “ganhar a vida” (atividades não básicas) que derivam da presença das atividades de base (SILVA, 2004).

No entanto o modelo da base econômica também explica o porquê da total dependência de uma economia, referenciando dois elementos fundamentais: o capital financeiro que entra na região graças às atividades básicas de exportação, e os efeitos de distribuição, devido ao impacto multiplicador desse capital na região. Dessa forma faremos uma análise gráfica da evolução dos impostos pagos pelas empresas ao governo em comparação ao total de investimento feitos por elas no setor.

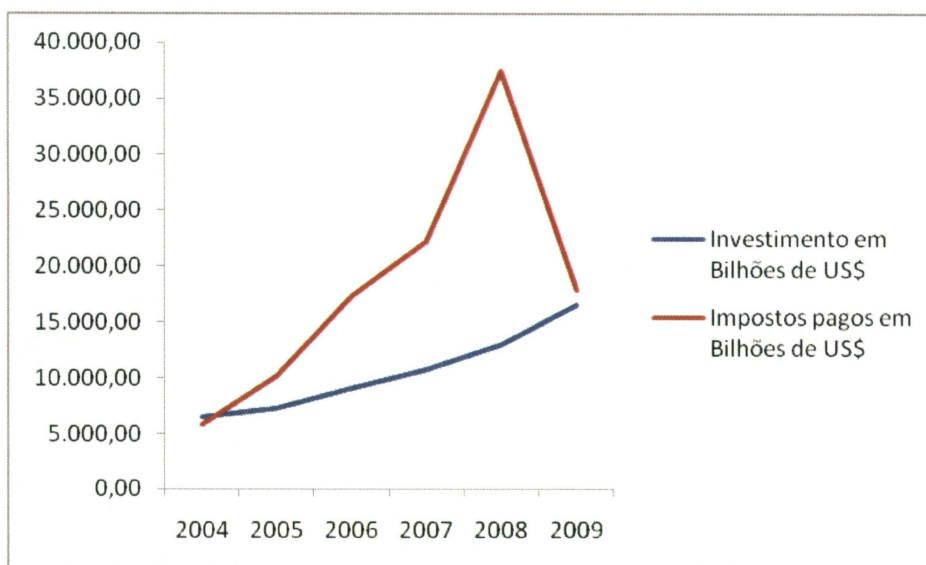


FIGURA 16 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR PETROLÍFERO EM COMPARAÇÃO AO TOTAL DE IMPOSTOS PAGOS PELAS EMPRESAS EM BILHÕES DE US\$
 FONTE: RELATORIO DE ATIVIDADES DO SETOR PETROLÍFERO, 2009.

No entanto, devido às fortes crises financeiras no cenário mundial, o petróleo teve fortes influências no preço, diminuindo seu preço e a capacidade de exportação dos países produtores de petróleo (MINPET, 2010). De forma geral, os preços médios de exportação de petróleo angolano mantiveram uma tendência de alta no decurso do ano de 2009, sendo o mês de Novembro o que registrou o preço médio mais elevado em torno de US\$ 76,151/bbl, justificado fundamentalmente pela desvalorização do dólar norte-americano e pela crescente procura do crude²² no mercado internacional, em especial na Ásia e Oriente Médio.

Com base nas publicações do Ministério dos Petróleos (2010), as exportações do petróleo bruto angolano cifraram-se em cerca de 647 milhões de barris valorizados em cerca de 39.219.541,00 US\$, visto que a taxa de crescimento médio anual situa-se na ordem dos 10%, nas exportações efetuadas durante os últimos cinco anos, embora as exportações de 2009 tivessem decrescido um 4,16% em relação ao ano anterior, devido à baixa produção em alguns blocos, por razões operacionais e pelos cortes orientados pela OPEP, tendo em vista a estabilização dos preços no mercado internacional. No entanto o nível de abertura, ou o grau de comercialização de uma região esta ligado ao seu tamanho, quanto menor for uma região maior será a sua dependência ao que ocorre no exterior. Mas também a abertura econômica traz vantagens para a região, ao possibilitar as trocas inter-regionais e através dos benefícios que a região pode obter da especialização. A

²² Crude – Petróleo Bruto.

base econômica de uma região, portanto, concentra-se duplamente ameaçada por eventuais choques provenientes da comercialização internacional.

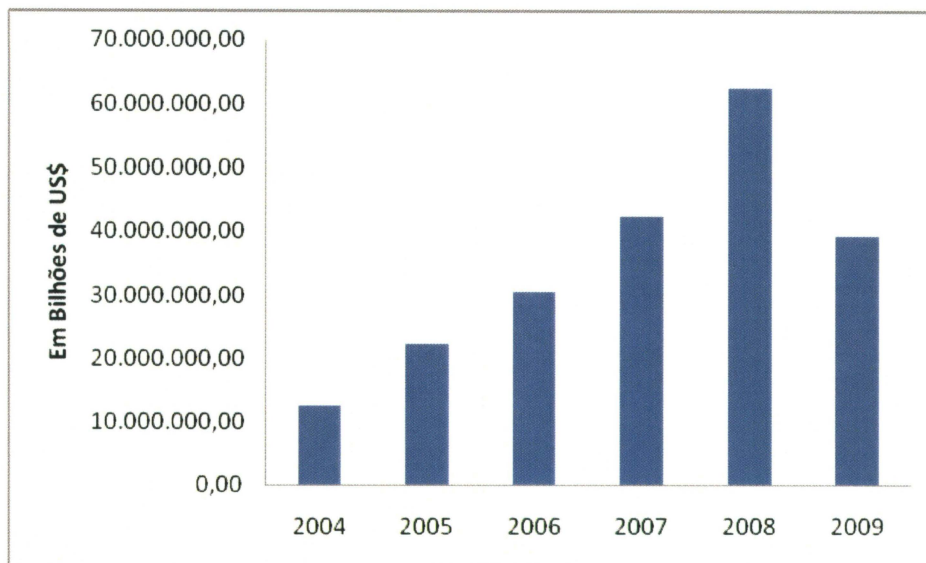
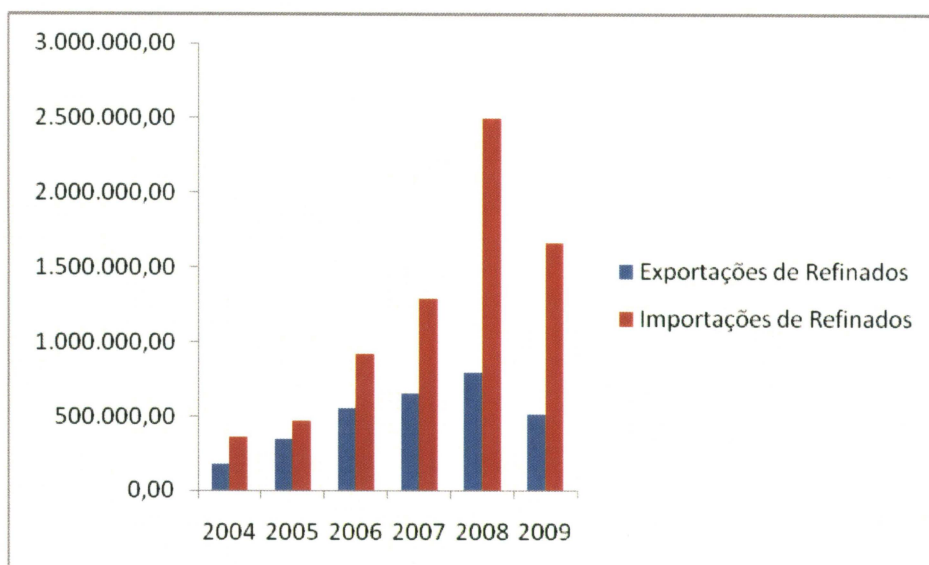


FIGURA 17 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO
FONTE: RELATORIO DE ATIVIDADES DO SETOR PETROLÍFERO 2007/2009

No entanto, Angola tem obtido elevadas receitas com um recuo em 2009 devido às crises financeiras. Porém como o ramo, depara-se com problemas como: a ausência de infra-estruturas básicas e capacidade econômica; a maioria dos equipamentos e serviços são importados; por não existir pessoal suficientemente capacitados e formados nas áreas necessárias à indústria a solicitarem emprego, ocasionando em que a indústria petrolífera invista em estudos e maquinarias provenientes do exterior. Além da falta de refinarias que se responsabilizem pelo consumo interno, tornando Angola auto-suficiente em produção de refinados para consumo e exportação, além do petróleo bruto. Para atender o excedente da demanda, é necessário que o país importe mais refinado, do que exporta, principalmente em 2009, de países como Tunísia, Holanda, Costa do Marfim e Índia, que produzem gasolina e diesel (gasóleo). Conforme o gráfico a seguir, farei uma análise evolutiva do total das exportações em comparação as importações no total de bilhões de US\$ obtidos, pelo governo.



FIGURAS 18 - COMPARAÇÃO DO TOTAL EM US\$ DAS EXPORTAÇÕES DE REFINADOS COM AS IMPORTAÇÕES DE REFINADOS
 FONTE: RELATORIO DE ATIVIDADES DO SETOR PETROLÍFERO 2007/2009

Com base nas análises feita pelos gráficos, é visível o quanto a economia Angolano, mesmo para produzir é dependente dos produtos exteriores, tendo que importar para abastecer o mercado interno, seja de aviação, transportes terrestres, marítimos e indústria. É preciso que o governo faça investimentos públicos para construção de refinarias, com a intenção de aumentar a produção de derivados, como também criar mecanismos de incentivo ao investimento privado, ou de diversificação de produção de derivados, retirando somente o poder majoritário da Sonangol E. P. Porém é de obrigatoriedade o governo incentivar e promover com intensidade o desenvolvimento e ampliação dos setores não petrolífero, pois podemos estar caindo na famosa Doença Holandesa, fenômeno que devemos a todo custo evitar para que o aumento das receitas do petróleo não conduza a desindustrialização da economia nacional através de políticas cambiais e outras desajustadas, que tornam o setor não petrolífero menos competitivo e os serviços públicos deslocados dos seus objetivos essenciais, tornando-se totalmente dependente do setor petrolífero.

5.3 O PETRÓLEO NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE ANGOLA

O petróleo tem desenvolvido um forte papel na economia angolana, não só para o desenvolvimento do setor, forte em capital e em tecnologia de ponta, como também no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico da economia como um todo, que apesar de lento, tem tido seus avanços com o passar do tempo. Este avanço tem ocorrido principalmente pelo ramo industrial mineral, especificamente petrolífero, pois tem beneficiado a economia com o crescimento da produção que vem ocorrendo a partir de 2000, em transferências de compensações financeiras, tributos e participações que formam o montante, que quase na sua maioria mais de 50% do total que o país arrecada, conjuntamente do setor petrolífero e não petrolífero na economia. As receitas orçamentárias, que é aprovado pelo poder legislativo através do OGE são compensadas pelas despesas orçamentárias, especificamente em investimentos públicos, ampliação de infraestruturas, que por sua vez geram empregos diretos e indiretos, além dos pagamentos de conta de pessoal e amortização da dívida pública e externa do país.

Com a crescente produção e aumento nas exportações, gerando em aumentos na arrecadação fiscal, especificamente receitas provenientes do setor que complementam o OGE, tem ocorrido com o passar do tempo, melhoras dos indicadores sociais?

Apesar do volume de receitas provenientes do setor petrolífero em aproximadamente de 41.3 Bilhões US\$ em 2008, e um saldo corrente de 18.7 bilhões US\$, além do forte crescimento econômico, com retração em 2009 e recuperação em 2010. Porém na prática não são notórias melhorias significativas no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico do país, segundo o boletim anual de estatísticas do orçamento geral do estado de 2008.

Segundo Chimpolo (2005), pode-se constatar que desde 1980, o êxodo rural forçado, devido aos conflitos internos, a diminuição da produção agrícola, o desemprego por recessão dos setores industrial e serviços, aumentaram os índices de pobreza, apesar de o país exportar cada vez mais petróleo e obter rendimentos externos crescentes. Angola apresenta indicadores de desenvolvimento humano (IDH) preocupantes: evolui de 0,291 em 1992 para 0,446 em 2005, valor abaixo da média Subsaariana, passando para 0,493 em 2009 (CONDE, 2009). Naqueles

anos a sua colocação no ranking dos países analisados era de respectivamente: 164º em 174 países; e 162º em 177. E em 1999 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) classificou Angola como “o pior lugar do mundo para se ser criança”. Cinco anos depois a situação não apresentava melhorias significativas. Segundo publicação do MINPLAN (2010), através do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-2009, a proporção de pessoas com renda inferior a 1 US\$ por dia, que era de 68% em 2001, passou para 36,6% em 2009. Embora o comportamento do indicador nacional seja uma boa notícia, ainda existe no país grandes assimetrias territoriais com respeito à pobreza. Segundo o IBEP, a proporção de pobres na zona urbana era de 18,7% e na zona rural de 58,3%.

A pobreza e a fome continuam a ser na maior parte do mundo, flagelos sociais, problemas de fundo ético e moral e fortes obstáculos ao progresso, por se constituírem em causa e efeito do subdesenvolvimento. Analfabetismo, saúde precária, baixa produtividade econômica, inadequado acesso a bens públicos, além de outros fatores, formam uma teia inter-relacionada de restrições, que forçam populações à condições precárias de vida e à perda das oportunidades oferecidas pelas sociedades contemporâneas. A ação articulada e planeada do Estado, em cooperação com outros sectores da sociedade, no combate a essas mazelas é, portanto, requerida por razões humanitárias e econômicas.

O crescimento econômico e a mudança na composição do PIB do país, em favor de atividades mais empregadoras, como a construção civil, os serviços e a própria agropecuária, levaram certamente a uma expansão do emprego no período de 2000 a 2008. Associados aos movimentos da economia formal têm sido também observados, e isso é visível na economia angolana, o crescimento paralelo das atividades do setor informal, compreendendo desde trabalhadores autônomos a micro empresas informais do comércio, pequenos serviços e vestuário. Embora a estatística oficial sobre a taxa de desemprego, ainda não esteja disponível, dados IBEP (2008-2009) indicam que os desempregados correspondem a 20% da população na faixa de idade de 15 a 64 anos, em 2009 (CONDE, 2009). Outro fenômeno relevante do mercado de trabalho em Angola, a importância das atividades por conta própria. De acordo com Conde (2009), que menciona os dados do IBEP 2008-2009, foi de 66% a proporção, no total da população empregada, dos trabalhadores por conta própria, e de trabalhadores familiares não remunerados. A incidência desse tipo de ocupação é expressivamente maior no meio rural, onde 87

em cada 100 empregados são por conta própria ou trabalhadores familiares não remunerados. Esta análise vem explicar que o setor petrolífero dentro da economia angolana não tem beneficiado com eficiência, no que diz respeito a criação de empregos. É compreensível, pois este setor exige um nível escolar alto, devido a sua complexidade tecnológica, diminuindo o número de trabalhadores locais no setor.

É visível que todos estes fatores vêm contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, principalmente pela presença do ramo industrial petrolífero, principal dinamizador da economia, com um forte potencial de contribuição indireta para a redução da pobreza pela via das receitas tributárias cobradas pelo estado, que por sua vez, são transferidas para a sociedade em formas de investimentos públicos e ampliação de políticas para erradicação da pobreza e outros malefícios que a sociedade apresenta. Portanto é necessário que o Governo continue com políticas de estabilidade social, aumentando os incentivos à educação, diminuindo o trabalho infantil e investir como muitos países, um dos exemplos o caso do Brasil, em escolas técnicas e tecnológicas tanto para o setor petrolífero, quanto para as outras áreas de dinamismo de curto prazo. Tendo em curto e médio prazo, o retorno de recursos humanos capacitados para desenvolver outros setores e não somente o de interesse pública que gera mais receita, visto que a população de Angola economicamente ativa é a maioria. Tomando em conta que a saúde tem uma correlação positiva com a educação que por sua vez tem com o nível de emprego, que o aumento destes beneficiaria a população, aumentando a renda familiar e principalmente melhorando as condições sociais, através da conciliação do investimento público em infra-estruturas, provenientes da tributação das rendas familiares que serão maiores, e o aumento do acesso das famílias aos serviços públicos de melhor qualidade.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu-nos aprofundar o conhecimento da desenvoltura em torno do ramo industrial petrolífero, desde as primeiras pesquisas e explorações, do surgimento da indústria, e das leis reguladoras para os órgãos de administração e fiscalização, além da criação da empresa Sonangol E.P. Através de medidas e políticas, o país durante a última década, especificamente desde 2000, teve entrado num mar de maior desenvolvimento tecnológico, bruta entrada de capital estrangeiro, além do equilíbrio do balanço de pagamentos, devido principalmente as elevadas receitas, provenientes das participações, tributações e royalties do petróleo, como também dos superávits contínuo na balança comercial, devido ao aumento das exportações de petróleo e gás.

Porém um exemplo claro de como os países subdesenvolvidos ricos em recursos naturais, tem pela característica de depender deles, como é o caso de Angola, que tem sua dependência total pelo ramo industrial petrolífero, no qual a partir de 1980 o petróleo passou a ser praticamente a única fonte de rendimentos externos da economia (crescimento econômico de enclave) devido ao atrofimento da outra economia que foi incapaz de resistir à insegurança e a substituição da produção nacional pelas importações.

No entanto os benefícios diretos para os angolanos da atividade petrolífera são, ainda, muito limitados. A importância econômica do petróleo, portanto, reside quase inteiramente na sua função enquanto gerador de receitas fiscais para o estado. Visto que este ramo dentro da economia é pouco absorvente de mão-de-obra local, devido à complexidade e tecnologia aplicada na sua extração, pesquisa e administração, exigindo quadros altamente qualificados, no que o cenário nacional mostra deficiência. Notório de que é de pouca incidência social, razão do elevado índice de pobreza da maioria da população.

Outro ponto analisado vem devidamente específico no rápido aumento da produção petrolífera e conseqüentemente no aumento das receitas do Governo, criando condições favoráveis para a reconstrução nacional e desenvolvimento socioeconômico. Porém o enclave vem da gestão destes recursos no qual a corrupção e a má gestão têm inibindo ou atrasando o avanço de programas, adotadas por medidas e políticas públicas de curto e médio prazo, como a

ampliação de infraestrutura e de serviços públicos que foram destruídos durante os duradouros anos de conflitos internos. No qual é o ponto crítico para a incapacidade de desenvolver os setores não minérios da economia e assim criar emprego e fontes de rendimento para as populações. Não se esquecendo que o problema da corrupção, má gestão e dificuldades de acesso a crédito e a difícil burocracia, tem diminuído o número de investidores nacionais e internacionais, além da criação de novas empresas, aumentando o grau de desemprego, direcionando toda a população economicamente ativa, para o setor público, como forma de subsistência, mesmo dos baixíssimos salários do setor. É deste ponto, que o setor informal tem evoluído, pois é visível o número de trabalhadores empregados no setor público, têm negócios por conta própria, para ao menos ter acesso aos serviços básicos que além de serem caros, muitas das vezes devido à inflação, são de péssima qualidade. Tudo isso, justificando o baixo IDH, as altas taxas de mortalidade e da evasão escolar.

É preciso, que os recursos naturais (em especial o petróleo) antes canalizados ou desviados para os esforços da guerra, sejam hoje canalizados para os planos sociais, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Sendo assim, o governo central, por decretos e leis, criar uma agência fiscalizadora dos recursos públicos, além das empresas prestadoras de serviços diretos, que por muitas das vezes desviam dinheiro público, com obras precárias de pouca duração, para que seja mencionado nos orçamentos constantemente, não criando infraestruturas de longo prazo, e sim de curto prazo, superfaturando, o que demonstra o avanço baixo da reconstrução nacional. É criar um espírito patriota nacional entre os governantes, para que não olhem somente nos interesses particulares e sim para toda a população angolana, diminuindo a concentração de renda, explicito pelo baixo índice de Gini, ocasionando na diminuição da taxa de pobreza, visto que o país é o segundo maior exportador de petróleo da África e sexto maior produtor de diamantes do mundo. Não justificando o baixo índice de IDH, além do setor público criar políticas de curto prazo maciças e com estabilidade para o desenvolvimento nacional.

REFERENCIAS

ANDRADE, D. S. **As políticas de “Conteúdo Local” e o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Bens e Serviços do Setor Exportador e Produção de Petróleo: 1998 a 2008.** UFRJ, Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.gee.ie.ufrj.br/arquivos/publicacoes/Conteudo_Local_Diogo_GEE.pdf>. Acesso: 05/06/2011.

Angola Press. **Angola admitida como membro da OPEP.** Luanda, 14 Dez 2006. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2006/11/50/Angola-admitida-como-membro-OPEP,5f407ee8-5e93-4890-b4dd-33f5a2a87deb.html>. Acesso em: 01/06/2011.

Assembleia Nacional. **Nova Constituição da Republica de Angola.** Luanda, 05 Fev 2010. Disponível em: <http://www.comissaoconstitucional.ao/noticia_view.php?id=22> . Acesso em: 01/06/2011.

Banco Mundial. **Analise do Clima de Investimento: Angola.** Programa Regional para o Desenvolvimento Empresarial (RPED). Out, 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTAFRSumAFTPS/Resources/Angola_ICA_portuguese_version.pdf>. Acesso em: 06/06/2011.

Banco Mundial. **PIB Angola 2009.** Fev, 2011. Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/AAG/ago_aag.pdf>. Acesso em: 01/06/2011.

CHIMPOLO, J. M. F. **O impacto do petróleo no crescimento econômico de Angola.** 73 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Técnicas). Luanda. Disponível em: <<http://www.scribd.com/Impacto-Do-Petroleo-No-Crcscimento-Economico-de-Angola/d/21110907>>. Acesso em: 18/9/2010.

CONDE, J. B. **Cooperação Internacional: A cooperação Sino-angolana e as repercussões econômicas e sociais geradas na zona envolvente do caminho-de-ferro de Benguela.** Tese (Mestrado em Estudos Africanos) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://repositorioiul.iscte.pt/bitstream/10071/1693/1/COOPERA%C3%87%C3%83O%20INTERNACIONAL%20-%20A%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20SINO-ANGOLANA.pdf>>. Acesso em: 07/05/2011.

FEITOSA, C. O. **Aglomerções industriais como fator de desenvolvimento Regional: Um estudo de caso no nordeste brasileiro.** Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2009a/521/521.zip>>. Acesso em: 01/06/2011.

FERREIRA, P. M; PAIS, R. **Tendências do Desenvolvimento em Angola e Moçambique: Investimento, Comercio e Cooperação.** Institutos de Estudos Estratégicos e Internacionais. Jul, 2007. Disponível em: <http://www.ieei.pt/files/PMF_RP_Tendencias_de_desenvolvimento.pdf>. Acesso 05/06/2011.

Fundo Monetário Internacional. **FMI**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 05/06/2011.

MED. **Balanço da Implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola**. Luanda, Fev 2011. Disponível em: <<http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=705>>. Acesso em: 20/05/2011.

MED. **Evolução da Educação e Ensino em Angola 2002-2008**. Luanda, Ago 2010. Disponível em: <<http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=587>>. Acesso em: 20/05/2011.

MED. **Reflexões sobre educação em Angola**. Luanda, Dez 2010. Disponível em: <<http://www.med.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=651>>. Acesso em: 20/05/2011.

MINFIN. **Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado Ano 1991 - 2005**. Luanda, 2006. Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/publications/OGE2006boletim.swf>>. Acesso em: 05/06/2011.

MINFIN. **Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado Ano 2007**. Luanda, 2007. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/Boletim_de_Estatisticas_OGE_2007.pdf>. Acesso em: 05/06/2011.

MINFIN. **Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado Ano 2008**. Luanda, 2010. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/Boletim_de_Estatisticas_do_OGE_2008_Dez_2009.pdf>. Acesso em: 05/06/2011.

MINFIN. **Boletim Anual de Estatísticas do Orçamento Geral do Estado Ano 2009**. Luanda, 2009. Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspSinteseGeralOGE2009.htm>>. Acesso em: 05/06/2011.

MINFIN. **Evolução recente, situação atual e perspectivas da economia mundial**. Luanda, Jul 2007. Disponível em: <<http://www.minfin.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=265>>. Acesso em: 20/05/2011.

MINFIN. **Programa Geral do Governo 2007-2008. Luanda, Jun 2007**. Disponível em: <http://www.minfin.gv.ao/fsys/Programa_Geral_do_Governo_2007-2008.pdf>. Acesso em: 20/05/2011.

MINFIN. **Síntese do Sistema Tributário**. Luanda, Ago 2008. Disponível em: <<http://www.minfin.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=473>>. Acesso em: 20/05/2011.

MINPET. **Ministério dos Petróleos de Angola: História do Petróleo e Criação do Ministério dos Petróleos**. Luanda, 2007. Publicações 308. Disponível em: <<http://www.minpet.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=308>>. Acesso em: 01/06/2011.

MINPET. Ministério dos Petróleos de Angola: Legislação do sector Petrolífero – I Parte (1976 a 1984). Luanda, 2010. Publicações 555. Disponível em: <<http://www.minpet.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=555>>. Acesso em: 01/06/2011.

MINPET. Ministério dos Petróleos de Angola: Legislação do sector Petrolífero – IV Parte (1998 a 2004). Luanda, 2010. Publicações 560. Disponível em: <<http://www.minpet.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=560>>. Acesso em: 01/06/2011.

MINPET. Ministério dos Petróleos de Angola: Legislação do sector Petrolífero – VI Parte (2006 a 2010). Luanda, 2010. Publicações 559. Disponível em: <<http://www.minpet.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=559>>. Acesso em: 01/06/2011.

MINPLAN. Relatório sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio. Luanda, 2010. Disponível em: <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/ANGOLA_2010_MDG_REPORT.pdf>. Acesso em: 05/06/2011.

MINPLAN. Programa Geral do Governo 2005-2006. Luanda, Ago 2007. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=272>> Acesso em: 20/05/2011.

MINPLAN. Indicadores Estatísticos. Luanda, Jul 2009. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=514>>. Acesso em: 20/05/2011.

PNUD. Capítulo 2: Tendências de Desenvolvimento Humano em Angola 1990 – 2001. Disponível em: <http://mirror.undp.org/angola/LinkRtf/nhdr2004_cap2.pdf>. Acesso: 06/06/2011.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Set, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Summary_rev.pdf>. Acesso: 06/06/2011.

SILVA, J. A. S. Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma análise urbano-regional baseada em cluster. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-02122005-231931/pt-br.php>>. Acesso em: 01/06/2011.

SONANGOL. Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola: História da Sonangol. Luanda. Disponível em: <[https://www.sonangol.co.ao/wps/portal!/ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDS39DAwjQDwfPAKrAARwNoPJoJph4wk3AKu8SBJf388jPTdUvyM4OsnBUVAQApDrgCw!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMDgzQ0wxMzBEQTBPSEs1MTc4MjAwMDAwMDA!/>](https://www.sonangol.co.ao/wps/portal!/ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3gDC2NnH0NjAxdHA38Pb1NDS39DAwjQDwfPAKrAARwNoPJoJph4wk3AKu8SBJf388jPTdUvyM4OsnBUVAQApDrgCw!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMDgzQ0wxMzBEQTBPSEs1MTc4MjAwMDAwMDA!/)>. Acesso em: 01/06/2011.

SZKLO, A. S.; MAGRINI, A. Textos em discussão em: Geopolítica e gestão ambiental de petróleo. Rio de Janeiro: Interciencia, 2008. p.22.

WALTER, L. F. C. de. **O papel e contributo do sector dos petróleos de Angola no desenvolvimento socioeconómico do país. Desafio e expectativas (1975 – 2005)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/656>>. Acesso em: 18/9/2010.

ANEXO



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério do Planeamento

PROGRAMA GERAL DO GOVERNO 2005-2006

**BALANÇO DE EXECUÇÃO
ANO 2006**

(RESUMO)

Luanda, Abril de 2007



REPÚBLICA DE ANGOLA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 - BREVE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA EM 2006	4
1.1 - Nível de implementação do Programa Geral do Governo em 2006	4
1.2 - Os grandes agregados económicos	5
1.3 - A execução orçamental	7
1.4 - A execução monetária e a taxa de inflação	8
1.5 - A Balança de Pagamentos	9
2 - OS SECTORES ECONÓMICOS	12
2.1 - Agricultura, silvicultura e pecuária	12
2.2 - Pescas	13
2.3 - Petróleo	14
2.4 - Diamantes	15
2.5 - Indústria Transformadora	16
2.6 - Construção	17
2.7 - Energia e Água	17
2.8 - Serviços Mercantis	19
3 - OS SECTORES SOCIAIS	23
3.1 - Educação	23
3.2 - Saúde	24
3.3 - Formação Profissional	26
3.4 - Assistência e Reinserção Social	28
3.5 - Desminagem	29
3.6 - Emprego na Administração Pública	29
3.7 - Género	30
3.8 - Urbanismo e Ambiente	30
3.9 - Cultura	31
3.10 - Comunicação Social	31
4 - REFORMAS INSTITUCIONAIS E JURÍDICAS	32
4.1 - Administração do Estado e capacitação institucional	32
4.2 - Desconcentração e descentralização administrativas e reposição da Administração em todo o País	32
4.3 - Reforma e capacitação institucional da Justiça	33
4.4 - Reforma do Sistema Estatístico Nacional	34
4.5 - Reforma do Sector Empresarial do Estado	35
5 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS	35
5.1 - Avaliação Global	35
5.2 - Investimento de Subordinação Central	36
5.3 - Investimento de Subordinação Local	36



REPÚBLICA DE ANGOLA

INTRODUÇÃO

No ano de 2006 foi encerrado o ciclo do Programa Geral do Governo 2005-2006, o qual se centrou em áreas cruciais da reconstrução económica, da redução da pobreza e das reformas institucionais. Este Programa enumerou seis objectivos gerais: a consolidação da paz e da reconciliação nacional, a edificação das bases para a construção duma economia nacional integrada e auto sustentada, o restabelecimento da Administração Central do Estado em todo o território nacional, o desenvolvimento dos recursos humanos, o desenvolvimento harmonioso do território e a consolidação do processo democrático.

Este resumo do relatório de balanço do Programa Geral do Governo – ano 2006 analisa o desempenho económico e social registado, o crescimento económico, a criação de emprego, as aplicações de capital nos sectores directamente produtivos, as variações nos indicadores sociais e as reformas institucionais.

O primeiro capítulo apresenta uma visão geral do comportamento da economia nacional no ano 2006, reflectido em seis áreas-chave: os grandes agregados económicos - de onde se destacam o Produto Interno Bruto, o emprego e o investimento -, a execução orçamental, a execução monetária e a taxa de inflação, a balança de pagamentos e a dívida externa. O segundo capítulo procura desagregar por sectores económicos o comportamento dos grandes agregados, tentando determinar a dinâmica de crescimento de cada um deles e as razões que o podem justificar. O terceiro capítulo enfatiza a componente social da economia nacional procurando focalizar o seu comportamento no binómio investimento-emprego, com a particularidade de se estar a medir, concretamente, a forma e o grau de intervenção do Estado na economia. O quarto capítulo trata das reformas institucionais e jurídicas, centrado no que de mais relevante se passou nestes importantes domínios de estruturação do Estado e da Sociedade. Duas das áreas tratadas neste capítulo relacionam-se com a reforma do sector empresarial do Estado e a reforma fiscal.

A análise dos capítulos anteriores baseia-se em quatro itens principais: (i) Nível de Actividade; (ii) Investimento; (iii) Emprego; e (iv) Problemas e Constrangimentos.

O último capítulo contém informações relacionadas com a execução dos investimentos públicos, relevando os indicadores convencionais de execução e os projectos mais importantes de incidência central e provincial.



REPÚBLICA DE ANGOLA

1 - BREVE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA EM 2006

1.1 - Nível de implementação do Programa Geral do Governo em 2006

O crescimento económico tem sido intenso desde 2002, acentuando-se o ritmo de variação do PIB a partir de 2005. A variação real acumulada do PIB entre 2002 e 2006 foi de 89,6%, o que traduz uma taxa média anual de variação de 13,6%. Angola verificou em 2006 a mais elevada taxa de crescimento de África.

Ainda que o sector petrolífero seja o dominante, regista-se uma recuperação significativa do sector não petrolífero. A variação acumulada foi de 81,4%, a que corresponde uma variação percentual média anual de 12,7%. A extracção de diamantes registou uma variação acumulada de 79,3% (taxa média de crescimento anual de 12,4%), enquanto que os restantes sectores de actividade, a saber, agricultura, pescas, indústria transformadora, energia e água, construção e serviços, assinalaram um crescimento acumulado de 61,63%, ou seja, uma taxa média anual de variação de 10,1%. Estima-se que a taxa real de crescimento do PIB em 2006 tenha sido de 18,6% e 20,6% em 2005. Cresceram acima do programado os sectores da agricultura, indústria transformadora e serviços mercantis. Desagregando o PIB em sector petrolífero e não petrolífero, conclui-se que o comportamento registado em 2006 foi positivo. Com efeito, o PIB não petrolífero registou uma variação percentual durante o ano transacto de 25,7%. Foram responsáveis por este desempenho a indústria transformadora, os serviços mercantis, e a agricultura.

Em termos de emprego os dados apontam para uma taxa de desemprego em 2006 da ordem dos 25,2%, menos 4 pontos percentuais que o valor estimado para 2005.

O valor do PIB por habitante alcançou os 2.565,2 dólares em 2006 (a preços correntes), contra os 1.984,8 dólares em 2005, o que representa um incremento de 29,2%. Em 2005 o incremento no valor do PIB por habitante tinha sido de 57% face a 2004. O crescimento real do rendimento médio dos angolanos cifrou-se em 15,3% em 2006, e 17% em 2005 para uma taxa de crescimento demográfico de 2,9%. Conjugando os crescimentos reais, os investimentos públicos na área social, o efectivo controlo da inflação (31% em 2004, 18% em 2005 e 12,2% em 2006) e as políticas de inclusão social constantes do Programa Geral do Governo, é inquestionável que a taxa de pobreza em 2006 se tenha reduzido. Recorde-se que no Balanço de 2005 se tinha calculado um valor de 56% para esse ano, 12,2 pontos percentuais menos do que em 2000.

Os investimentos públicos – avaliados em cerca de 1,5 mil milhões de dólares, representando um crescimento de 76,5% face a 2005 – exerceram um efeito catalisador importante sobre a economia nacional, não só do ponto de vista da indução do investimento privado – que se estima ter atingido a cifra de 11,4 mil milhões de dólares – como da melhoria das condições gerais de vida da população. Com efeito, do montante global das despesas de investimento do Estado, os sectores sociais receberam 28,3%, os sectores económicos 8,3% e os sectores de infra-estruturas (rodoviárias, ferroviárias, energia, água) cerca de 36,9%.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Das políticas constantes do Programa Geral do Governo 2005-2006 deve ser dado destaque às de estabilização macroeconómica e de indução do crescimento económico nos domínios mais estruturantes da economia. Relativamente às primeiras, os efeitos positivos são expressos na estabilidade cambial, na reposição da confiança na moeda nacional – de que resultou um aumento significativo dos depósitos em Kwanzas – no controlo do défice orçamental, na diminuição da inflação, na maior transparência das contas públicas e na melhoria da imagem externa do País junto das mais importantes instituições financeiras e económicas internacionais. Quanto às políticas tendentes a reforçar a produção não petrolífera deve dar-se projecção às obras públicas, ao sector primário, à produção e distribuição de energia e água e à indústria transformadora.

1.2 - Os grandes agregados económicos

De acordo com as estimativas dos agregados das Contas Nacionais, a economia nacional estruturou-se do modo seguinte:

Agregados da Contabilidade Nacional

(milhares de dólares correntes)

SECTORES ECONÓMICOS	2004	2005	2006
Agricultura, silvicultura, pecuária e pescas	1.708.872,9	2.602.745,4	3.207.010,9
Petróleo e refinados	9.855.596,3	17.038.903,1	23.382.668,5
Diamantes e outros	716.615,5	884.694,8	950.666,3
Indústria transformadora	792.086,3	1.240.843,7	2.014.551,9
Energia eléctrica e água	7.793,8	30.264,5	38.456,3
Obras públicas e construção	745.083,9	1.240.843,7	1.809.849,8
Comércio, Bancos, Seguros e Serviços	3.154.316,5	4.509.407,8	6.227.492,2
Outros	1.534.652,3	2.723.803,3	3.307.686,1
PIB	18.515.017,5	30.264.481,5	40.938.381,9
PIB mil milhões de kwanzas	1.544,9	2.445,3	3.289,2
PIB não petrolífero	8.659.421,2	13.225.578,4	17.555.713,4
PIB por habitante (dólares)	1.264,6	1.984,8	2.565,6

O excelente comportamento da procura internacional e dos preços do petróleo e dos diamantes contribuiu para o aumento da importância relativa destes sectores de actividade, que em conjunto representaram em 2006, 59,4% do total do Valor Acrescentado Interno, contra os 59,2% de 2005.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Estrutura da Economia Nacional

SECTORES ECONÓMICOS	2006 (%)		
	2004	2005	2006
Agricultura, silvicultura, pecuária e pescas	9,1	8,6	7,8
Petróleo e refinados	52,6	56,3	57,1
Diamantes e outros	5,0	2,9	2,3
Indústria transformadora	4,2	4,1	4,9
Energia eléctrica e água	0,0	0,1	0,1
Obras públicas e construção	4,0	4,1	4,4
Comércio, Bancos, Seguros e Serviços	16,8	14,9	15,2
Outros	8,2	9,0	8,1
PIB	100,0	100,0	100,0
PIB não petrolífero	47,4	43,7	42,9

Em termos reais, o comportamento sectorial da economia nacional em 2006 está expresso no quadro seguinte.

Comportamento da Economia em 2006

(taxas reais de crescimento em %)

	PIB	Petróleo	Diamantes	Agricultura	Transfor.	Construção	Energia	Serv.Merca.
Programado	19,5	21,2	41,7	-12,3	30,7	66,2	28,3	15,8
Realizado	18,6	13,1	30,9	9,8	44,7	30,0	13,2	38,1

FONTE: Informações fornecidas pelos respectivos Ministérios.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Em matéria de Investimento e Emprego - com as reservas inerentes à qualidade da informação - os dados mais relevantes constam do quadro seguinte.

Investimento e Emprego em 2006

(estimativas sujeitas a ajustamentos)

SECTORES	INVESTIMENTO (milhões de usd)		EMPREGO		
	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	INSTITUCIONAL	TOTAL
AGRICULTURA	22,0	83,8	4.781.352		4.781.352
PESCAS	7,7	37,3	46.444		46.444
PETRÓLEO	10.001,5	-	13.689		13.689
DIAMANTES	-	-	15.654		15.654
OUT.EXTRACTIVAS	85,3	1,4	26.135		26.135
ENERGIA/ÁGUAS	-	242,1	-		-
TRANSFORMADORAS	172,8	2,0	37.261		37.261
CONSTRUÇÃO	238,6	311,2	206.521	204	206.725
SERV.MERCANTIS	842,5	181,5	134.990		134.990
SECT.SOCIAIS	-	424,1	16.657	197.636	214.293
SECT.INSTITUCIONAL	-	200,5	-	-	-
OUTROS	15,1	15,2	65.699 (*)	63.704	129.403
TOTAL	11.385,5	1.499,2	5.344.402	261.544	5.605.946

FONTE: Informações dos Ministérios complementadas com as provenientes da Agência Nacional de Investimento Privado¹.

Os dados anteriores, embora incompletos, constituem uma aproximação ao clima de negócios, de investimento e de criação de emprego observado. A taxa global de investimento situou-se nos 31,4%, mais 8,9 pontos percentuais que em 2005. A taxa de investimento privado rondou os 27,7%. O investimento público representou 3,7% do PIB contra os 2,8% de 2005.

1.3 - A execução orçamental

Uma parte significativa do bom desempenho económico de 2006 fica ligada à gestão da política orçamental que se saldou por um excedente orçamental global de 16,7%, contra 8,5% em 2005, enquanto que o saldo de caixa foi de 11,5% do PIB. As receitas fiscais provenientes da actividade petrolífera continuaram a dominar a estrutura do sistema fiscal, representando mais de 80% do valor total das receitas públicas. As receitas fiscais cresceram em 2006 mais de 38% (50% em 2005), devido ao contínuo aumento do preço do petróleo que compensou a retracção na produção petrolífera verificada em 2006.

¹ NOTAS: O valor dos investimentos privados sectoriais enviados pelos Ministérios respeita, apenas, ao primeiro semestre do ano passado. (*) Hotelaria, restauração, prestação de serviços às petrolíferas, etc.



REPÚBLICA DE ANGOLA

As despesas correntes do Estado representaram em 2006, 71,6% do total das despesas fiscais totais, enquanto que as despesas de capital foram substancialmente incrementadas (28,4% contra 16% em 2005), correspondendo ao esforço do Governo na reabilitação, reconstrução e construção de infra-estruturas económicas e sociais.

A função social do Orçamento observou um grau de realização semelhante ao de 2005. O conjunto dos sectores sociais representou cerca de 29% das despesas públicas totais em ambos os anos. Os sectores sociais absorveram investimentos públicos na ordem dos 28,3% do total do PIP (44% do total em 2005), com uma clara predominância para a Habitação e Serviços Comunitários, Saúde e Educação.

Em 2006 é clara a aposta no domínio das infra-estruturas (rodoviárias, ferroviárias, energia e água), as quais representaram 37% do Programa de Investimentos Públicos. Estas despesas de investimento criaram externalidades positivas nos sectores não minerais. Do ponto de vista dos investimentos públicos verifica-se que apenas 8,3% do total do PIP foi direccionado para os sectores económicos (agricultura com 5,6%, pescas com 2,5% e indústria transformadora com 0,1%).

Em síntese:

- *a execução orçamental em 2006 foi um importante elemento de estabilização dos preços no País e de reposição da confiança na moeda nacional;*
- *a execução dos investimentos públicos permitiu que se criassem condições estruturantes da melhoria das condições de vida da população e da recuperação sustentada da produção não mineral.*

1.4 - A execução monetária e a taxa de inflação

A política monetária continua orientada pelo objectivo da estabilização dos preços, consolidando-se a tendência desinflationista da economia verificada em 2005 e nos anos anteriores, o que expressa a natureza restritiva da política monetária e a boa convergência entre si e a política fiscal. A taxa de inflação anual acumulada em Dezembro de 2006 foi de 12,12%, menos 6,4 pontos percentuais que em 2005, mas 2 pontos percentuais acima da meta do Governo, que tinha sido estabelecida em 10%. Para o bom desempenho da inflação contribuíram as reformas institucionais em curso, as virtualidade do mecanismo de esterilização “*ex-ante*” em aplicação, as melhorias registadas na gestão orçamental e o controlo dos agregados monetários em patamares compatíveis com o controlo do movimento de subida dos preços, mas que não restrinjam, excessivamente, o crescimento económico.

Graças ao comportamento do preço do petróleo no mercado internacional e ao modelo de esterilização em aplicação, aumentaram significativamente as reservas internacionais líquidas, cujo montante equivale a cerca de 9 meses de importações.



REPÚBLICA DE ANGOLA

O crédito do sistema bancário ao sector privado registou uma variação de 101,8% entre Dezembro de 2005 e de 2006, equivalente a uma taxa média mensal de crescimento de 6%. No final de 2006 o montante de crédito que o sistema bancário nacional tinha concedido ao sector privado ascendeu a 1,7 mil milhões de dólares, equivalente a uma média mensal em torno dos 142 milhões de dólares.

Quanto às taxas de juro o ano transacto caracterizou-se pela tendência de diminuição vinda de anos anteriores, o que parece estar consistente com o aumento do crédito à economia e ao sector privado. A taxa de juro nominal dos Títulos do Banco Central a 91 dias passou de 11,2% em Dezembro de 2005, para 6,3% no mês homólogo do ano de 2006. No sistema bancário as taxas de juro nominais de igual maturidade reduziram-se para 13%.

Continuou a estabilidade do kwanza face ao dólar, tendo-se estabelecido a respectiva taxa de câmbio média anual em 80,345.

1.5 - A Balança de Pagamentos

A Balança de Pagamentos de Angola tem apresentado registos muito positivos desde 2003. A Conta de Bens da Balança de Pagamentos mostra uma evolução favorável devido ao peso das exportações de petróleo na balança de mercadorias.

Balança de Bens

(milhões de dólares)

Variáveis	2004	2005	2006
Saldo	7.643,2	15.756,1	21.041,0
Exportações FOB	13.475,0	24.109,4	31.816,7
Petróleo	12.619,9	22.583,2	29.960,7
Outras	855,1	1.562,2	1.856,0
Importações FOB	5.831,8	8.353,3	10.775,7
Variação termos de troca	20,7	29,6	16,6

FONTE: BNA/DEE/BP. FMI – *Aide-Mémoire* de 6 de Junho de 2007 e Angola – *Selected Issues and Statistical Appendix*, 5 de Julho de 2006.

As exportações de petróleo mais do que quadruplicaram em 7 anos, contra uma variação de apenas 2,3 vezes das outras exportações, onde preponderam os diamantes e os refinados de petróleo. As importações também se intensificaram a um ritmo apreciável, correspondente a uma taxa média anual de crescimento de 23,5%.



REPÚBLICA DE ANGOLA

O resultado final saldou-se por um excedente superior a 21 mil milhões de dólares (51,4% do PIB).

Valor e Estrutura das Importações

(milhões de dólares)

Variáveis	2004		2005		2006	
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)
Importações FOB	5.831,8	100,0	8.353,3	100,0	10.775,7	100,0
Bens de consumo	3.305,0	56,7	5.101,0	61,1	6.496,9	60,3
Bens intermédios	856,3	14,7	866,8	10,4	1.180,2	11,0
Bens de capital	1.670,5	28,6	2.385,5	28,5	3.098,6	28,7

FONTE: BNA/DEE/BP.

Para a Balança de Serviços foi estimado um défice de 9.315,9 milhões de dólares em 2006 (22,8% do PIB), um agravamento de 40,8% em relação a 2005. Trata-se dum défice estrutural provocado, essencialmente, pelo peso dos serviços de negócios, da construção e dos serviços de transportes e viagens.

Balança de Serviços

(milhões de dólares)

Variáveis	2004	2005	2006
Saldo	4.479,9	6.614,2	9.315,9
Exportações de serviços	322,8	176,8	188,5
Importações de serviços	4.802,7	6.791,0	9.504,4

FONTE: BNA/DEE/BP.

A taxa média anual de agravamento do défice da Conta de Serviços foi de 25,1%. O País apresenta potencialidades para que em determinadas áreas desta Conta se possam substituir algumas importações, como seja o caso da construção, transporte internacional e viagens. No turismo e hotelaria e nos seguros e resseguros pode aumentar as suas exportações, reduzindo o "gap" nesta Balança.

A Balança de Rendimentos é tradicionalmente deficitária por influência marcante da actividade de extracção de petróleo. Duas razões explicam o agravamento de 29% no saldo desta Conta no ano 2006: (i) o crescimento dos lucros e dividendos transferidos pelo sector petrolífero, 31% relativamente a 2005; (ii) o aumento do montante dos juros da dívida externa.

Balança de Rendimentos

(milhões de dólares)

Variáveis	2004	2005	2006
Saldo	-2.484,4	-4.030,8	-5.199,8
Crédito de rendimentos	33,0	25,8	29,7
Débito de rendimentos	2.517,4	4.056,6	5.229,5
Juros	389,4	555,0	626,7
Juros de mora	168,6	123,0	194,7
Lucros e dividendos	1.949,3	3.404,0	4.454,3
Rendimentos de trabalho	178,9	97,7	148,5

FONTE: BNA/DEE/BP.



REPÚBLICA DE ANGOLA

O saldo da Conta Transferências Correntes ascendeu a 66,9 milhões de dólares, um crescimento de 150% relativamente a 2005, devido sobretudo ao aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

A contribuição da Conta de Capital continua a ser ínfima, devido ao peso pouco relevante do perdão da dívida futura e das doações de capital, para a ajuda pública ao desenvolvimento. Esta conta apresentou um saldo nulo, contra os 7,8 milhões de dólares de 2005.

Ao contrário da Conta de Capital, a Conta Financeira apresentou um défice de 4.248,9 milhões de dólares, contra um saldo negativo de 3.322,4 milhões de dólares em 2005. Este saldo foi influenciado por uma redução no investimento directo líquido da ordem dos 25,2% e uma deterioração do resultado nas Contas de Capital de médio e longo prazo de 126,4%.

Relativamente ao saldo das operações de capital de médio e longo prazo, verificou-se uma melhoria comparativamente ao ano anterior. Na rubrica de Outros Capitais verificou-se uma taxa de variação de 19,6%, tendo passado de -3.357,2 milhões de dólares em 2005, para 2.697,7 milhões de dólares em 2006.

O *superavit* da balança de pagamentos teve um reflexo integral na acumulação líquida das reservas brutas do Banco Central que passaram de 1.817,3 milhões de dólares em 2005, para 5.571,4 milhões de dólares em 2006, equivalendo a um crescimento relativo de 74,3%. As reservas brutas permitirão cobrir aproximadamente 3,3 meses de importação de bens e serviços não factoriais, contra apenas 2,5 meses em 2005.

Estimam-se erros e omissões para 2006 de -349 milhões de dólares.

Estima-se um *superavit* da Balança Global de 1.995 milhões de dólares, contra 1.445 milhões de dólares do ano anterior, ou seja cerca de 4,9% do PIB.

Dívida Externa

(milhões de dólares)

Variáveis	2004	2005	2006
Dívida externa	9.000,2	10.222,4	15.115,3
PIB	18.515,1	30.264,5	40.938,4
Dívida externa/PIB (%)	48,6	33,8	36,9

FONTE: BNA/DEE/BP.

O *stock* da dívida externa tem vindo a aumentar desde 2002, em consequência das necessidades crescentes de financiamento do crescimento económico. Por sua vez, o rácio que o compara com o PIB mostra uma clara tendência de decréscimo.



REPÚBLICA DE ANGOLA

2 - OS SECTORES ECONÓMICOS

2.1 - Agricultura, silvicultura e pecuária

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A área cultivável cresceu 2% graças ao processo de desminagem em curso e ao reassentamento e reintegração dos deslocados, ex-militares e refugiados. Os resultados obtidos foram prejudicados pela estiagem, particularmente nas províncias de Benguela, Kwanza Sul, Huila, Namibe e Cunene, cujos efeitos afectaram os níveis de produção de alguns cereais e leguminosas, nomeadamente o milho e o feijão. As raízes e tubérculos mantêm a tendência crescente iniciada em 2002/2001. O défice alimentar nacional é ainda significativo, sobretudo nas culturas do arroz e do trigo. A dieta alimentar da população tem vindo a melhorar consideravelmente em virtude, nomeadamente, dos indicadores da produção pecuária.

A produção florestal continua a estar condicionada por factores tais como a falta de recursos financeiros da parte dos empresários florestais, a obsolescência dos equipamentos de corte, transporte e transformação e o mau estado das vias de comunicação.

Produção Agrícola e Pecuária

Produtos/Ano Agrícola	2003/2004 (ton)	2004/2005 (ton)	%	2005/2006 (ton)	%
Milho	577.000	734.372	27.3	526.084	-28
Massango/Massambala	123.400	137.907	11.8	144.390	5
Arroz	13.000	8.650	-33.5	3.831	-56
Feijão	75.966	109.284	43.9	85.081	-22
Amendoim	49.976	66.003	32.1	64.340	-3
Mandioca	6.817.227	8.586.873	26.0	9.037.023	5
Batata Rena	241.945	308.876	27.7	350.814	14
Batata Doce	629.73	663.787	5.4	684.756	3
Produtos/Ano	2004	2005	2006	2005/2004 (%)	2006/2005 (%)
Carne Bovina (ton)	7.200	8.730	12.204	21.3	39.8
Carne Caprina e Ovina (ton)	940	5.427	9.153	477.3	68.7
Carne Suína (ton)	500	13.601	22.882	2.620.2	68.2
Carne de Frangos (ton)	650	630	1.058	-3.1	67.9
Leite (1.000 litros)	640.5	804	1.356		68.7
Ovos (1.000)	87.500	3.620	6.102	-95.9	68.6
Peles e Couros		536	915		70.7

Produção Florestal

Produtos/Ano	2004	2005	2006	2006/2005 (%)
Madeira em toro	37.420	45.000	59.872	33
Carvão Vegetal (ton)	60.578	50.000		
Lenha (estores)	26.557	25.000		
Repovoamento Florestal	650	650	759	17
Mel (ton)			3.5	

Fonte: MINADER.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INVESTIMENTOS

O volume de investimento privado no sector agrícola atingiu mais de 22 milhões de dólares, representando um crescimento na ordem dos 77%.

EMPREGO

O emprego do sector foi fundamentalmente absorvido pelos deslocados, refugiados e ex-militares, atingindo os 72.230 novos empregos

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural que contemplou 77% das 802.000 famílias camponesas. Acções de formação e informação dirigidas aos produtores foram priorizadas através da difusão de mecanismos de investigação-acção, no quadro do conceito "on farm trails", pelo Instituto de Investigação Veterinária e Instituto de Investigação Agrícola.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A estiagem e a ausência de infra-estruturas em qualidade e quantidade, de apoio à produção, transporte, distribuição e armazenagem.

2.2 – Pescas

NÍVEL DE ACTIVIDADE

O nível de crescimento do sector alcançou a cifra de 11,6%, resultante do bom desempenho da pesca industrial e artesanal que contribuíram com 30% e 15% de crescimento, respectivamente, enquanto que a pesca semi-industrial decresceu 16%.

A actividade industrial no sector registou um abrandamento em resultado do decréscimo do nível de capturas da pesca semi-industrial, afectando o nível de produção de peixe fresco e congelado em 43% e 72% respectivamente, exceptuando-se a produção de peixe seco e meia cura que cresceu 34%. No caso das farinhas de peixe e sal os decréscimos rondaram os 49 e 70%, respectivamente. A produção de conservas e de peixe seco e meia cura inverteram a tendência assumida em 2005.

Produção da Pesca Marítima Nacional 2004-2006, em toneladas

Frota/Ano	2004	2005	2006	2005/2004 (%)	2006/2005 (%)
Industrial	69.065	63.943	83.264,6	-7	30
Semi-Industrial	61.902	52.111	43.950,1	-16	-16
Artesanal	99.035	76.562	87.734,2	-23	15
Total	230.002	192.615	214.948,9	-16	12

Indústria Transformadora 2004-2006

Fresco	100.269,3	118.078	67.157,78	18	-43
Congelado	48.623,5	41.452,2	11.625,78	-15	-72
Seco m/cura	13.196	6.378,8	8.518,39	-52	34
Farinhas	5.366,5	2.867	1.467	-47	-49
Conservas	3,9	1	54,5	-74	5.350
Sal	35.310,8	29.005,4	8.721	-18	-70

Fonte: Ministério das Pescas.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INVESTIMENTOS

O sector contou com um aumento do volume de investimento privado em cerca de 24,1%, totalizando o montante de 7,7 milhões de dólares, contra os 6,2 milhões em 2005. O investimento público ascendeu a 37,7 milhões de dólares.

EMPREGO

Ao número de 41.500 pescadores em 2005 juntaram-se 4.944 novos empregos, devido à entrada em actividade de cinco embarcações cerqueiras.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

O Plano de Ordenamento para o horizonte 2006-2010 e a Estratégia de Longo Prazo de Sustentabilidade da Pescas e Aquicultura constituem os principais instrumentos para a gestão dos recursos no sector.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A inoperacionalidade das linhas de crédito e o tempo requerido para a observância dos requisitos inerentes ao recurso ao crédito, assim como as paralisações constantes das fábricas de produção de farinha de peixe por obsolescência técnica dos equipamentos, constituem as principais dificuldades.

2.3 – Petróleo

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A produção de petróleo alcançou os 515.030 mil barris, traduzindo-se em 1.407,1 mil barris/dia, representando uma taxa de crescimento de 13,2%.

Ano	2003	2004	2005	2006	Crescimento %		
					2004	2005	2006
Nº Barris	319,375	360,985	455,155	515,030	13.0	26.1	13.2

INVESTIMENTOS

Os investimentos no Sector elevaram-se a 10.001,5 mil milhões de dólares, correspondendo a um crescimento de 75,9%.

Descrição	2004	2005	2006
Pesquisa	416	410	1.251,1
Desenvolvimento	5.719	3.971	8.233,5
Adm. & Serv. Cap.	177	79	165,5
Refinação	9	8	6,4
Distribuição	34	35	88,9
Outros	145	1.181	256,1
TOTAL	6.501	5.684	10.002

Fonte: Ministério dos Petróleos.



REPÚBLICA DE ANGOLA

EMPREGO

O crescimento do emprego foi cerca de 5%, passando o número de 27.198 trabalhadores em 2005 para 28.700 em 2006.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

O sector foi contemplado por um pacote legislativo consubstanciado em vários diplomas, entre os quais a Lei-Quadro de Petróleo assume destaque. Esses instrumentos legais oferecem oportunidades aos parceiros nacionais para se integrarem na indústria, formando joint-venture com tradicionais grupos petrolíferos.

A protecção Ambiental foi objecto de atenção especial através da preparação e elaboração dos principais instrumentos de gestão ambiental, com destaque para os Planos de Prevenção e Resposta a Derrames, Planos de Gestão de desperdícios e Descargas Operacionais e planos de Abandono e Restauração dos Locais de Instalações. Relevam-se igualmente os programas para o Aproveitamento do Gás, evitando a sua queima.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A não operacionalização de alguns investimentos realizados em anos precedentes.

2.4 – Diamantes

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A produção alcançou a cifra de cerca de 37%, contra os 41% previstos, devido ao decréscimo verificado na produção artesanal em 0,04 % e na produção de rochas ornamentais em cerca de 36,3% e porque alguns projectos, cuja prospecção foi iniciada em 2005, não entraram em actividade.

Produção de Diamantes, em quilates

2004	2005	2006	2005/2004 %	2006/2005 %
6,265,773	6,770,767	9,269,919	8.06	36.91
Produção Granito Negro, em m²				
15,000	38,000	24,173	153	-36

Fonte: Mingeologia.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em 2005, quer na actividade de prospecção, quer na fase de implementação, prosseguem, antevendo-se que a produção do subsector deverá continuar a crescer uma vez estes projectos entrem em funcionamento.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

A Lei das actividades geológicas e minerais, a dos diamantes e do regime especial das zonas de reservas diamantíferas vieram disciplinar e regular de forma mais eficiente a actividade. O surgimento de empresas de capital misto, público e privado é um aspecto positivo, bem como a reabilitação do Centro de Documentação do IGEO que veio proporcionar informação actualizada da geologia do País.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A indisponibilidade de recursos em tempo útil para levar a cabo o conjunto de projectos de natureza pública visando a melhoria do ambiente institucional e infraestrutural propício a uma maior mobilização do empresariado.

2.5 - Indústria Transformadora

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Os 44,7% de crescimento do sector devem-se essencialmente ao dinamismo patenteado pelo subsector de bebidas, com 35,7%, enquanto os demais subsectores tiveram comportamentos modestos com crescimentos não superiores a 3%.

INVESTIMENTOS

Entraram em funcionamento 47 estabelecimentos industriais, representando investimentos no montante de 34.4 milhões de dólares. Em termos de pedidos para a instalação de novas indústrias o montante ronda os 491.5 milhões de dólares.

EMPREGO

Foram criados 1.827 novos postos de trabalhos elevando para 34.360 o número de pessoal ao serviço no sector.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Para além dos pólos de Viana, Catumbela e Fútila, a preparação do pacote legislativo para a criação dos pólos de desenvolvimento da Caála e Matala, e para a criação de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais criam boas expectativas de oportunidades de negócio.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A insuficiente capacidade financeira das empresas e dos industriais, a escassez de recursos humanos qualificados, a obsolescência dos equipamentos, bem como a deterioração das infra-estruturas básicas, são os mais importantes.



REPÚBLICA DE ANGOLA

2.6 – Construção

NÍVEL DE ACTIVIDADE

O crescimento do sector atingiu a cifra de 30%, resultado das intervenções em estradas, pontes, bem como a reconstrução de infra-estruturas aeroportuárias.

No domínio habitacional teve início a 2ª fase do projecto Nova Vida, a par de intervenções de natureza privada orientadas para o aumento da oferta de imobiliário, tanto para fins habitacionais, como para escritórios e serviços.

INVESTIMENTOS

Os investimentos no domínio da construção são na sua maioria de natureza pública, embora exista um considerável número de iniciativas de natureza privada, em particular no subsector imobiliário, cujo montante atingiu 41,9 milhões de dólares, representando um crescimento na ordem dos 46%. O desempenho do sector privado no domínio da construção revela-se pelo número de empresas licenciadas em 2006 em número de 752, das quais 44% foram licenciadas pela primeira.

EMPREGO

Foram criados 30.521 postos de trabalho, o que representa um crescimento de 17% relativamente ao ano anterior, perfazendo o número de 206.521 de pessoas ao serviço.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

A revisão do decreto nº 9/91, de 23 de Março que aprova o regulamento da actividade de empreiteiros de obras públicas, indústrias de construção civil e projectistas e fornecedores de obras constituiu o grande impulsionador da regulação da actividade, a par da aprovação do estatuto orgânico do Laboratório de Engenharia e de outros decretos-executivos.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A escassez de empresas nacionais de construção continua a constituir o principal problema, a par da falta de materiais de construção de origem nacional e quantidade e qualidade de recursos humanos com competências nas áreas das engenharias.

2.7 - Energia e Água

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A produção de energia eléctrica tem crescido permanentemente desde o ano de 2000, tendo atingido um crescimento de 17,4 %, em 2005, e de 13,3 %, em 2006.

PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA (em GWh)

Produção	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Hídrica	914,3	1.016,6	1.143,2	1.240,5	1.754,2	2.221,9	2.544,2
Termica	511,7	617,6	624,3	756,9	489,2	411,9	438,6
Total	1.426,0	1.634,2	1.767,6	1.997,4	2.243,4	2.633,8	2.982,8
Varição	6,8%	14,6%	8,2%	13,0%	12,3%	17,4%	13,3%
Meta para o Biénio 2005/2006, relativamente a 2004 (1)							23,6%
Varição alcançada no Biénio 2005/2006, relativamente a 2004							33,0%

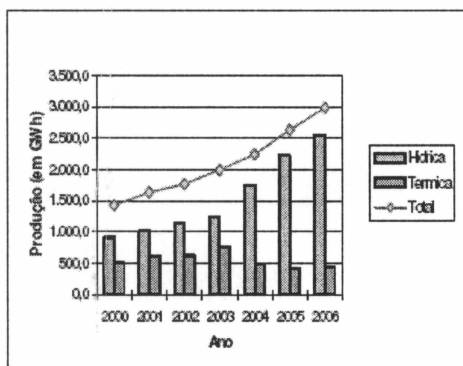
Fonte: MINEA

(1) - Meta corrigida, tomando como base o valor real da produção em 2004



REPÚBLICA DE ANGOLA

Produção Anual de Energia Eléctrica



O crescimento verificado deveu-se ao aumento da oferta, após entrada em operação da Central Hidroeléctrica de Capanda, contribuindo para a significativa redução da produção de origem térmica, na região atendida pelo sistema eléctrico Norte. A participação desta fonte na produção passou de uma taxa de cerca de 40%, verificada em 2003, para menos de 15%, em 2006, embora se verifique um pequeno acréscimo neste ano, em relação ao anterior, decorrente de uma maior participação desta fonte, em particular, nos sistemas isolados.

A distribuição tem reflectido um crescimento equiparado ao da produção. A quantidade de energia eléctrica distribuída a partir de 2000 tem crescido permanentemente, a uma taxa média de 12,8 %,

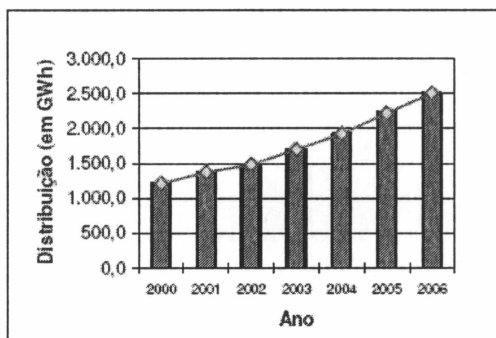
tendo atingido um crescimento de 15,3% em 2005, e de 13,0% em 2006.

Com o esforço de investimento realizado neste período já resultaram benefícios na quantidade e

Distribuição Anual de Energia eléctrica

Ano	Distribuição	
	Total	Varição
2000	1.218,8	5,9%
2001	1.374,6	12,8%
2002	1.485,8	8,1%
2003	1.700,6	14,5%
2004	1.926,5	13,3%
2005	2.221,9	15,3%
2006	2.510,3	13,0%

Fonte: MINEA



qualidade da água produzida e distribuída, embora um maior impacto em relação ao acesso deste serviço pela população alvo venha a ser mais significativo na medida em que se concluem os empreendimentos em curso, permitindo um índice crescente de cobertura, com a execução das ligações domiciliárias e da implantação de chafarizes, tal como programado até ao final de 2008.

Com o aumento da capacidade nominal de alguns dos sistemas e a reabilitação de outros, a

capacidade disponível dos sistemas cresceu

nos 2 últimos anos 27%, em relação a 2004.

O aumento da capacidade disponível de

produção de água potável ainda não se

reflecte, na mesma proporção, na

quantidade de água efectivamente

distribuída à população, por limitações na

capacidade de armazenamento de água e

nas redes de distribuição, em alguns dos

sistemas de abastecimento, assim como

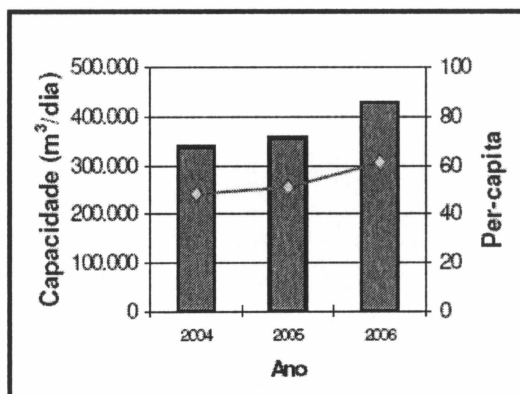
pelo seu funcionamento intermitente ou

condicionado, devido às restrições no

fornecimento de energia eléctrica que ainda

se verificam na maior parte das localidades

servidas.





REPÚBLICA DE ANGOLA

Foi estimado que, em relação a 2005, o aumento da água fornecida em 2006 cresceu 9,2%, a uma taxa inferior à taxa de crescimento da capacidade dos sistemas, no mesmo período. Estão a ser executadas várias intervenções, que tiveram desenvolvimento decisivo em 2006 e que, além de passarem a contribuir, brevemente, para o aumento da capacidade existente, irão permitir ampliar significativamente a utilização dessas capacidades.

Por falta de ordenamento urbano nas zonas periféricas das localidades tem sido feito recurso crescente ao abastecimento de água através de chafarizes que totalizam o número de 2.174, beneficiando 1.521.800 pessoas e de furos que totalizam 4.503, beneficiando 1.125.750 pessoas.

INVESTIMENTOS

Os investimentos no sector da energia e águas foram assegurados quase na sua totalidade pelo Estado, estando em preparação um conjunto de reformas propiciadoras da participação do sector privado.

EMPREGO

Em resultado dos investimentos realizados durante o período foram criados 4.690 novos empregos.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Elaboração do Plano Director da Reforma do Sector Eléctrico e instalação do órgão regulador do sector. No sector das águas foram elaborados os regulamentos sobre a utilização geral dos recursos hídricos e sobre o abastecimento público de água potável, saneamento de águas residuais e drenagem pluvial urbana. Prosseguem os esforços na criação e fomento das entidades empresariais locais para a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água, ao nível das localidades sede das províncias.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

Dificuldade em reforçar as capacidades ao nível técnico e limitação da capacidade de financiamento.

2.8 - Serviços Mercantis

COMÉRCIO

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A rede comercial caracterizou-se pela expansão, pela melhor articulação com a economia rural, aprovisionamento dos produtos manufacturados e maior oferta de produtos agrícolas aos grandes centros de consumo. Foram licenciados 34.770 estabelecimentos comerciais, correspondendo as 4.518 grandes superfícies a 12,9% do total, as 20.634 pequenas e médias superfícies a cerca de 59,3%, os 3.150 estabelecimentos de prestação de serviços mercantis a 9,6% e os 6.468 estabelecimentos de comércio precário a 18,6%.

INVESTIMENTOS

Foram autorizados investimentos no montante de 35,4 milhões de dólares, contra os 49,3 milhões de dólares autorizados em 2005.



REPÚBLICA DE ANGOLA

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Existe disponibilidade de serviços de telefonia fixa e móvel em todas as capitais de província e em muitos dos seus municípios, embora Luanda, Cabinda, Huambo e Huíla concentrem cerca de 85% do total dos serviços. O crescimento dos serviços de telefonia atingiu a cifra de 38%, tendo a telefonia móvel crescido 40,5% e a fixa 0,4%. Os resultados alcançados em 2006 permitiram manter o comportamento do indicador teledensidade que se aproxima dos 11%.

	1975	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fixos	49.000	52.740	64.900	76.800	80.200	85.043	94.280	97.760	98.165
Móveis	0	1.994	22.000	75.000	100.000	400.000	740.000	1.611.118	2.264.215
TOTAL	49.000	54.734	86.900	151.800	180.200	485.043	834.280	1.708.878	2.362.380

Fonte: Ministério dos Correios e das Telecomunicações.

INVESTIMENTOS

O sector das telecomunicações beneficiou de investimentos no montante de 64,4 milhões de dólares, um decréscimo relativamente ao volume dos investimentos realizados em 2005, cujo montante ascendeu a 90 milhões de dólares.

EMPREGO

O sector criou 3.257 novos empregos.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

A expansão da rede de telecomunicações em 97% do projecto, digitalização e modernização da rede telefónica do kwanza Sul, implementação do projecto Intelnet, informatização dos processos de atendimento e gestão dos balcões dos correios e transformação do Instituto de Telecomunicações em Instituto Superior Tecnológico, bem como a implementação do sistema de acesso de telefonia e internet sem fio (WLL-FWA), CDRs de chamadas não completadas nas centrais CTNI-2 e SSP e reconversão do comutador SSP em CTNI-1.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

O período longo necessário para a contratação de serviços para melhoria da capacidade das infra-estruturas do sector.



REPÚBLICA DE ANGOLA

HOTELARIA E TURISMO

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A actividade expressou-se através do fluxo de turistas que visitaram o país, assim como pela dinâmica no concernente às agências de viagens.

INVESTIMENTOS APROVADOS NO SECTOR HOTELEIRO

Os investimentos autorizados proporcionarão um aumento do número de quartos. O volume dos investimentos autorizados em 2006 suplantou o volume autorizado em 2005.

Designação	Nº de quartos	Emprego Previsto	Valor do Investimento (mil usd)
Skina Vip Inn	236	190	40.000
Hotel Mutu	148	174	21.205
Hotel Kikuxi	52	39	3.000
Muila Hotel	260	300	30.000
Sismotel	240	170	11.091
Hotel Horizonte	154	130	25.000
Hotel Urbango	144	100	22.000
Gondawna Hotel	443	1.004	565.284
Sana Cabinda	110	170	25.696
Total	1.787	2.277	743.276

Fonte: Ministério do Turismo e Hotelaria.

EMPREGO

O volume de investimentos autorizados proporciona 2.277 novos empregos.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

As insuficiências a nível de infra-estruturas básicas, tais como os meios de comunicação, energia e água, continuam a assumir lugar de destaque na medida em que afectam a competitividade do sector. A qualidade dos recursos humanos constitui também um constrangimento a ultrapassar.

TRANSPORTES

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A via aérea registou um aumento de passageiros de 146%.

Em 2006 ressurgiu o transporte marítimo.

A carga transportada demonstrou uma preferência pelo modo de transporte rodoviário, seguido pelo aéreo, correspondendo a crescimentos de 145 e 146% respectivamente. A actividade de transporte de carga cresceu 103%. A carga manipulada aumentou 36% em termos globais.

As obras de reabilitação dos aeroportos de Cabinda, Huambo e Bié prosseguiram.

Foram elaborados os projectos para a construção das aerogares do Soyo e do Saurimo.

Foram reabilitadas as estruturas do porto de Cabinda, e concluídos os projectos para a ampliação da Ponte Cais do Porto Amboim e do Plano de Ordenamento portuário e protecção costeira.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Passageiros Transportados por modo de Transporte

Designação	Ano			2006/2005 (%)	Total
	2004	2005	2006		
Rodoviário	96.217.450	308.819.603	756.860.647	145	1.161.897.700
Ferroviário	3.325.792	2.592.710	1.046.435	-59	6.964.937
Marítimo			64.158		64.158
Aérea	1.273.487	899.845	2.217.764	146	4.391.096
Total	100.816.729	312.312.158	760.189.004	143	1.173.317.891

Carga Transportada por Modo de Transporte, em toneladas

Designação	Ano			2006/2005 (%)	Total
	2004	2005	2006		
Rodoviário	701.919	3.330.163	10.770.350	223	14.802.432
Ferroviário	24.708	139.830	152.434	9	5.393.458
Marítimo	5.834.781	5.588.617	7.605.135	36	17.529.434
Aérea	185.397	12.2910	123.161	0,2	431.467
Total	6.969.178	9.181.520	18.651.080	103	33.302.678

Carga Manipulada por Portos

Designação	Ano			2006/2005 (%)	Total
	2004	2005	2006		
Cabinda	81.700	116.412	225.890	94	424.002
Soyo	1.424.916	82.041	156.008	90	1.662.965
Luanda	3.194.756	4.047.167	5.469.103	35	12.711.026
Lobito	872.349	1.025.176	1.337.753	30	3.235.278
Namibe	261.060	317.821	414.375	30	993.256
Total	5.836.785	5.590.622	7.605.135	36	19.032.542

Fonte: Ministério dos Transportes

INVESTIMENTOS

As infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias continuam a constituir prioridade do governo. Embora o maior volume de investimento seja ainda público, a participação do sector privado tem aumentado.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A qualidade das estradas tem dificultado a utilização do modo rodoviário de transporte de passageiros, sendo muitas vezes preferida a via aérea pela comodidade que oferece. A via rodoviária continua a ser a modalidade primeira no transporte de carga.



REPÚBLICA DE ANGOLA

SEGUROS E FUNDO DE PENSÕES

NÍVEL DE ACTIVIDADE

A actividade seguradora conhece um dinamismo próprio que se traduz em:

- Aumento do número de seguradoras de uma para quatro, estando em fase de licenciamento mais dois processos.
- Aumento do número de sociedades mediadoras/correctoras de seguros e resseguros de uma para seis.
- Aumento do volume de prémios de 271,9 milhões de dólares, em 2003, para 367,6 milhões de dólares, em 2005.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

É de assinalar: (i) aprovação e publicação do diploma sobre o Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, como seguro obrigatório no âmbito da recente legislação sobre a protecção social obrigatória; e (ii) criação da Comissão Técnica para a elaboração dos diplomas reguladores do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil-Automóvel e da Aviação Civil e Infra-estruturas Aeronáuticas.

3 - OS SECTORES SOCIAIS

3.1 – Educação

NÍVEL DE ACTIVIDADE

O sistema de ensino conta com 4.659.948 alunos, sendo 807.243 alunos da Iniciação, 3.370.079 alunos do Ensino Primário, 427.197 alunos do Ensino Secundário (I e II ciclos), 12.677 alunos do Ensino Especial e 55.429 alunos do Ensino Superior. O ensino primário conheceu um crescimento na ordem de 8%, devido principalmente ao crescimento de 35% ocorrido nas províncias do interior, enquanto que nas do litoral o crescimento situou-se nos 6.6%.

A taxa bruta de escolaridade na iniciação passou de 192,5% em 2005 para 164 em 2006 e no ensino primário de 182,1% para 129. No ensino secundário a taxa bruta cresceu cerca de 2 pontos percentuais, situando-se em 45%, enquanto que no ensino superior a taxa bruta passou de 3,4 para 3,9%. A educação especial tem crescido de forma positiva traduzida no enquadramento de um total de 12.677 alunos.

Níveis de Ensino/Ano Lectivo	2003	2004	2005	2006	2004/2003 %	2005/2004 %	2006/2005 %
Iniciação	537.378	678.780	895.145	807.243	26	32	-10
Ensino Primário	2.172.772	2.601.778	3.119.184	3.370.079	20	20	8
Ensino secundário	282.507	357.076	405.580	427.197	26	14	5
Sec. 1º Ciclo	164.654	197.735	233.698	270.662	20	18	16
Sec. 2º Ciclo	117.853	159.341	171.882	156.535	35	8	-9
Ensino Superior	20.366	37.547	45.546	55.429	84	21	22
Ensino Especial	10.352	10.948	11.721	12.667	6	7	8

Taxa Bruta de Escolaridade

Níveis de Ensino/Ano Lectivo	2003	2004	2005		2006	
			Real	Previsto	Real	Previsto
Iniciação	122.4	158.5	192.5	118.1	164.0	115.7
Ensino Primário	144.7	156.7	182.1	135.5	129.0	130.9
Ensino Secundário	30.4	38.1	43.4	32.1	45.0	34.0
Ensino Superior	1.5	2.7	3.4	2.0	3.9	2.5

Fonte: Ministério da Educação.



REPÚBLICA DE ANGOLA

INVESTIMENTOS

A iniciativa privada na oferta de serviços de educação continua a constituir um complemento ao esforço que o governo vem desenvolvendo. Assim, em 2006, o montante investido pelo sector privado ascendeu a 2,5 milhões de dólares, investimento este materializado sobretudo em novos estabelecimentos de ensino superior.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

As escolas de ensino primário construídas têm permitido que o sistema absorva um maior número de alunos.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A qualidade e quantidade dos recursos humanos e a insuficiência de escolas secundárias são os maiores problemas.

3.2 – Saúde

NÍVEL DE ACTIVIDADE

O perfil epidemiológico do país mostra que a malária continua a ser a principal causa de doença e de morte, representando mais de 96.8% da morbi-mortalidade, 78% da procura em cuidados de saúde, 45% de internamentos hospitalares e cerca de 35% da mortalidade materna.

As primeiras cinco causas de doença e morte continuam a experimentar uma tendência crescente.

As altas taxas de mortalidade demonstram a fraca capacidade técnica de resposta ao tratamento dos doentes em províncias como o Bié 18%, a Lunda-Norte 13% e o Kwanza-Sul 12%. Contudo, importa realçar que o aumento dos serviços comunitários, saneamento, fornecimento de água, constitui factor positivo na diminuição das doenças parasitárias e infecciosas.

A ONUSIDA estimou para Angola cerca de 450.000 pessoas vivendo com o VIH, e destas mais de 76.000 casos correspondem a crianças inferiores a 15 anos de idade. As taxas de prevalência mantêm-se na ordem dos 2,7-2.8. Em 2006 foi notificado o dobro de novos casos em relação a 2005, cerca de 6.978.

A tripanossomiase conheceu o aumento de 12 equipas móveis novas e o uso de novas tecnologias na área de entomologia que permitiram o rasteio de mais 235 novos casos num universo de 301.380 indivíduos observados nas seis províncias endémicas, incluindo Luanda. Apesar do aumento de equipas móveis a tendência da sua propagação é crescente.

O aumento da circulação de pessoas tornou mais fácil a expansão da epidemia da Cólera que causou cerca de 2.715 mortes. As taxas de cobertura da vacinação continuam baixas. Não ultrapassam os 50% de cobertura.

Tendência da Morbilidade de Doenças Transmissíveis 2003-2006

DOENÇAS	2003	2004	2005	2006
Malaria	3.027.514	2.080.348	2.125.718	2.329.316*
DRA	273.240	180.130	560.551	721.512
DDA	304.999	222.653	299.356	396.987
Conjuntivite	24.342	19.400	-	-
Febre Tifoide	23.163	20.616	75.171	89.019
Bilharziose	17.480	9.663	-	-
Tuberculose	12.303	9.539	36.480	48.103
Sida			3.618	
Marburg			252	
Cólera				66.943

Dados da malária até Junho de 2006.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Tendência da Mortalidade de Doenças Transmissíveis em 2004-2006

DOENÇAS	2004	2005	2006
Malária	6.512	11.646	13.768
DRA	1.427	1.543	1.839
DDA	995	1.199	1.366
Conjuntivite	0	-	-
Febre Tifoide	24	99	153
Bilharziose	0	0	0
Tuberculose	294	471	602
Sida	374	320	-
Marburg	0	227	-
Cólera	-	-	2.715

Fonte: G.E.P.E., MINSA.

INVESTIMENTOS

Estão em fase de construção 13 hospitais municipais com capacidade para 90 camas cada, 9 Centros de saúde com a capacidade de 30 camas e em reabilitação 4 hospitais regionais, 2 hospitais sanatórios e 2 hospitais psiquiátricos. Iniciou-se a implementação de importantes projectos de compras agrupadas de equipamento hospitalar.

O surgimento de novas estruturas e serviços de saúde privados indica um crescente investimento no sector.

EMPREGO

Verificou-se um aumento de 14.071 novos trabalhadores no sector.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Iniciou-se assistência técnica a todos os sistemas provinciais na programação e orçamentação - elaboração dos planos de acção que permitam identificar os problemas e propor soluções no quadro das estratégias.

O programa da malária deu início a um reforço de luta anti-vectorial com novas medidas incluído o uso de biolarvicidas. A introdução de novas drogas sensíveis ao plasmódio foi acompanhada pela realização de cursos de formação acelerada para médicos, enfermeiros e técnicos de laboratório em todo o território nacional.

Em termos de vacinação, a introdução da pentavalente permitiu acelerar o processo apesar das coberturas não atingirem os 50%. A expansão e melhoria da rede da cadeia de frio está a ser apoiada por sistemas solares, como energia eléctrica alternativa.

No que se refere ao SIDA foram duplicados os serviços de tratamento dos doentes, bem como os serviços de prevenção da transmissão vertical e triplicados os centros de aconselhamento e testagem voluntária em todas as províncias.

Foram introduzidas novas tecnologias nas acções de Saúde Pública de controle das grandes endemias que permitiram o ensaio do controle do vector da malária com a fumigação domiciliar e extra domiciliar, formação dos médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico no manuseamento dos casos da malária.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

As acções para conter a epidemia de cólera não foram muito eficientes o que causou a expansão da epidemia a províncias que anteriormente nunca haviam notificado a doença.

A capacidade de combate da epidemia do VIH/SIDA tem-se confrontado com a insuficiência de serviços em todas as áreas com elevada procura de aconselhamento, testagem voluntária, prevenção da transmissão vertical e tratamento com antiretrovirais.



REPÚBLICA DE ANGOLA

3.3 - Formação Profissional

NÍVEL DE ACTIVIDADE

No final de 2006 registavam-se 304 centros de formação profissional entre públicos e privados. Observou-se um crescimento de 12,2% em 2004, 5,6% em 2005 e em 2006 na ordem dos 8%.

Os centros privados são em maioria numérica e desenvolvem acções vocacionadas para o sector dos serviços, exercendo a generalidade dos centros públicos a formação vocacionada para os restantes sectores.

Os números indicam que a procura de profissionais nas províncias aumentou consideravelmente daí que a procura de formação tenha igualmente aumentado nas províncias, deixando Luanda de ser o principal centro formador.

A evolução da capacidade Formativa Nacional representada pelo número de formandos, nos anos 2004/2003 e 2005/2004 cresceu em 1,2 e 32,2%, respectivamente, tendo em 2006 atingido a cifra de cerca de 7%, possibilitando um maior recurso às ofertas do Sistema Nacional de Formação Profissional e ao desenvolvimento de Acções de Formação Inicial, de Formação Contínua e de Ajustamento de perfis ocupacionais ao mercado de trabalho.

A repartição da formação por ofícios mostra que a especialidade de construção civil, seguida da electricidade e informática alcançaram um peso específico acima de 60%.

Evolução do número de participantes em acções de formação nos centros públicos e privados

ANOS	INSCRITOS	DESISTENTES	APTOS	N/ APTOS	EM FORMAÇÃO
2003	22.239	1.028	13.996	935	6.280
2004	19.180	1.538	15.338	1.369	835
2005	20.246	878	14.146	811	4.409
2006	31481		18.317		
TOTAL	93.146	3.444	61.797	3.115	11.524

Evolução do número de Centros de Formação Profissional

Anos	Tutelados pelo INEFOP	Crescimento dos Centros do INEFOP (%)	Total de Centros	Crescimento do nº total de Centros (%)
2003	27		227	
2004	30	11.1	267	17.6
2005	32	6.7	282	5.6
2006	36	12.5	304	7.8

Fonte: MAPESS.



REPÚBLICA DE ANGOLA

EMPREGO

O mercado de emprego absorveu cerca de 44% dos formados. Os restantes optaram por soluções de auto-emprego.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

- A promoção de competências profissionais para o acesso ao mercado de emprego.
- O aumento da diversificação geográfica da capacidade formativa.
- Aprovação da lei de bases do primeiro emprego e da sua estratégia de implementação.
- Início da execução de projectos de centros integrados de formação tecnológica "CINFOTEC", para atender essencialmente os sectores com tecnologia mais avançada, designadamente, o mineiro, metalo-mecânico e de telecomunicações.
- Construção e apetrechamento de (2) Centros de Formação Profissional: Luanda e Bié.
- Reabilitação e apetrechamento de (3) CFP: Huíla, Uíge e Moxico.
- Apetrechamento de (3) CFP: Cabinda (2) e Bom Jesus (1).
- Aquisição de 14 Centros Móveis de Formação.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

- Incipiente cobertura geográfica das fontes institucionais de recolha de informação sobre o mercado de emprego.
- Não cumprimento das normas instituídas quanto ao envio de informação ao MAPESS.
- Falta de pessoal qualificado.
- Dificuldade de comunicação para a recepção de informação da parte das fontes primários da informação estatística.



3.4 - Assistência e Reinserção Social

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Foram apoiadas as populações afectadas pelas calamidades naturais que assolaram o país, quer por via das chuvas (Bengo, Kuanza-Norte e Bié) e as populações afectadas pela estiagem/seca.

Foram apoiadas 742.929 famílias no âmbito da assistência às famílias em situação de pobreza.

Foram integradas em projectos comunitários 666.336 famílias.

Foram implementados 51 projectos de reintegração socio-económica (Huambo e Kuando-kubango) beneficiando 14.333 famílias; 23 projectos no Moxico que beneficiaram 370.619 famílias, 7 projectos no Uíge e Zaire, beneficiando 8.570 famílias.

Para atender as pessoas idosas procedeu-se ao registo de 15 instituições/lares, albergando um universo de 1.283 pessoas e equipados dois lares: Huíla e Bié.

Desde o início do Programa de Repatriamento dos Refugiados Angolanos até Novembro de 2006 regressaram ao País 426.952 cidadãos.

No âmbito do apoio à criança e ao adolescente atingiu-se a cifra de 84.913 crianças enquadradas em instituições de assistência e protecção. No quadro do Programa de Expansão e Desenvolvimento da 1.ª Infância e Educação Pré-Escolar, foram desenvolvidas as actividades:

- Construção de 153 PIC's em todo o País, dos quais 107 em 2006, para beneficiar cerca de 35.000 crianças.
- Apetrechamento de 51 PIC's: Luanda, Bengo, Bié, Huambo, Huíla e Kuanza-Sul.
- Distribuição de 130 kits para educadoras e vigilantes de infância.

No âmbito do Programa de Localização e Reunificação Familiar foram reunificadas 54.261 crianças, foram colocadas em novas famílias 17.529 crianças, incluindo 2.000 dos 0 aos 2 anos em novas mães. Simultaneamente foram atendidas pelo Projecto Leite e Papas, 6.887 crianças.

No âmbito do apoio à Pessoa Portadora de Deficiência deu-se continuidade à implementação do Programa de Reabilitação Baseada na Comunidade e aos Programas de Promoção de Igualdade de Oportunidades e de Participação Comunitária, tendo sido atendidas 20.877 pessoas portadoras de deficiência.

A protecção Social Obrigatória (II Patamar, sob gestão do Instituto Nacional de Segurança Social) abrangeu em 2006, 499.344 segurados inscritos e 65.469 pensionistas, o que significa uma cobertura de protecção social obrigatória a uma população de 2.824.065 pessoas, isto é, cerca de 18,7 % da população angolana. A pensão média passou para cerca de 19,7 mil kwanzas.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Para o atendimento especializado às crianças foram formadas:

- 173 Vigilantes de infância.
- 420 Activistas capacitados em matérias ligadas à Convenção dos Direitos das Crianças e da Lei 9/96 do Julgado de Menores.
- 60 Técnicos formados em Sistemas de Gestão de Base de Dados sobre a primeira infância.
- 50 Técnicos em prevenção e redução do Impacto do HIV/SIDA, em crianças e famílias vulneráveis.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

Continua a registar-se a necessidade de recursos humanos em quantidade e qualidade requeridas.



3.5 – Desminagem

NÍVEL DE ACTIVIDADE

As acções operativas desenvolvidas no domínio da desminagem, durante o biénio 2005-2006, produziram os seguintes resultados:

- 900 Minas anti-pessoal desactivadas e destruídas.
- 153 Minas anti-tanque desactivadas e destruídas.
- 9.437 Engenhos explosivos não detonados.
- 42.96 pessoas sensibilizadas contra o perigo de minas.
- 8.389.619 m² de Área limpa.

Em resultado das acções operativas no domínio da desminagem foi possível proceder a um conjunto de intervenções como:

- A reabilitação do Aeroporto Joaquim Capango na cidade do Kuito (Bié).
- A reconstrução da barragem e fornecimento de energia a Saurimo e Catoca.
- A reabilitação das instalações da Sonangol no Huambo, Huíla, Kuanza Norte e Malanje.
- A reabilitação de várias pontes que permitiu a circulação de pessoas e bens em vias nacionais, secundárias e terciárias e a produção agrícola.
- A desminagem do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB).

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Formação contínua dos sapadores integrantes das brigadas operativas.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

O nível das infra-estruturas rodoviárias tem dificultado a movimentação dos equipamentos de apoio com maior celeridade.

3.6 - Emprego na Administração Pública

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Os recursos humanos cresceram cerca de 2%, sendo que os de nível local cresceram mais do que a nível central. A razão reside no facto de os órgãos locais terem uma maior necessidade porque o processo de extensão da Administração Central do Estado ainda não está totalmente concluído.

Emprego na Administração Pública, por nível e sector

Nível	2005	2006	2006/2005 (%)
Local	226.141	230.882	2,1
Central	30.472	30.662	0,6
- Educação	141.872	144.884	2,1
- Saúde	50.384	52.752	4,7
- Justiça	3.244	3.142	-3,1
- Outros	61.113	60.766	-0,6
Total	256.613	261.544	1,9

Fonte: MAPESS.



REPÚBLICA DE ANGOLA

3.7 - Género

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Regista-se um aumento de mulheres nos órgãos de governação central e local. De realçar que pela primeira vez em Angola as mulheres começaram a ser nomeadas para o cargo de vice-governador, até então ocupados só por homens, o que está acontecendo igualmente em relação aos cargos de administradores municipal e comunal. No domínio da diplomacia também se constata uma participação com tendência de crescimento, enquanto a nível da magistratura denota-se uma significativa representação de mulheres em 2005 embora decresça em 2006. Em termos de representação parlamentar ainda não foi alcançada a meta de 30%.

Distribuição de alguns cargos e profissões, por género

Ano	(%)		Variação (%)	
	M	F	M	F
Representação Parlamentar				
2004	83,6	16,4	-	-
2005	88,0	12,0	5,3	-26,8
2006	87,3	12,7	-0,8	5,8
Governação Central				
2004	87,0	13,0	-	-
2005	85,0	15,0	-13,8	15,4
2006	84,1	15,9	-1,1	6,0
Governação Local				
2004	98,9	1,1	-	-
2005	96,6	3,4	-2,3	209,1
2006	96,6	3,4	-	-
Diplomacia				
2004	78,7	21,3	-	-
2005	78,1	21,9	-0,8	2,8
2006	77,4	22,6	-0,9	3,2
Magistratura pública e judicial				
2004	85,7	14,3	-	-
2005	83,1	16,9	-3,0	18,2
2006	88,8	11,2	6,9	-33,7

Fonte: Ministério da Família e da Promoção da Mulher.

3.8 - Urbanismo e Ambiente

NÍVEL DE ACTIVIDADE

As actividades foram orientadas para as questões do ordenamento do território e urbanismo, geodesia e cadastro, habitação e ambiente. Está em processo de finalização a elaboração de instrumentos de intervenção de gestão no domínio do ambiente, nomeadamente: Plano Nacional de Gestão Ambiental, Relatório do Plano Geral do Estado Ambiental em Angola, Estratégia e Plano Nacional para a Conservação da Biodiversidade e o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação. Ainda neste domínio foram desenvolvidas acções concernentes ao aumento da sensibilização, consciencialização e educação ambiental. Em relação ao Ordenamento do Território foram envidados esforços na regulamentação das Leis já aprovadas.



REPÚBLICA DE ANGOLA

3.9 – Cultura

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Foram realizados o 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, o Programa de Desenvolvimento Cultural e o Festival Nacional de Música “Variante 2006”. No domínio da valorização das línguas nacionais foi definido o alfabeto da língua Nyaneka-Humbi num seminário realizado no Lubango. Teve lugar um seminário regional de activismo cultural, teatro, dança e música com a participação de cento e vinte encenadores e coreógrafos dos grupos de teatro e dança das províncias de Moxico, Lunda Norte e Sul e outro de capacitação de gestores municipais do Património cultural em Cabinda. Em Malange, 51 funcionários das províncias de Malange, Kuanza Norte e Bengo participaram no seminário de gestão e organização de arquivos. No domínio das bibliotecas foram formados promotores de leitura provenientes das bibliotecas públicas, de projectos sociais sedeados em Luanda e da Biblioteca Nacional. Foram admitidos novos professores através de um concurso público de forma a dar continuidade à formação em matéria de teatro, música, dança e artes plásticas.

Alunos matriculados

	Instituição	Ano				
		2004	2005	2006	05/04	06/05
1	Escola Nacional de Teatro	76	103	73	35,5%	-29%
2	Escola Nacional de Música	93	124	85	33,3%	- 31%
3	Escola Nacional de Dança	36	50	26	38,8%	-48%
4	Escola Nac. de Artes Plásticas	217	217	206	-	- 5%

Fonte: Ministério da Cultura.

3.10 - Comunicação Social

NÍVEL DE ACTIVIDADE

Registou-se uma melhoria das condições em termos de infra-estruturas com destaque para a extensão dos sinais da RNA e da TPA a todo o território nacional, bem como o aumento da tiragem do Jornal de Angola. Foram instalados emissores repetidores e centros de produção radiofónica da RNA, nas seguintes localidades: Cazombo e Luau (Moxico), Maquela do Zombo, Kitexe, Negage, Negage e Sanza Pombo (Uíge), Chinguar (Bié), Bailundo (Huambo), Ganda, Balombo e Chongorói (Benguela), Wako Kungo (Kwanza Sul) e foram iniciadas as obras para a construção do Centro de Produção da TPA em Camama e terminada a primeira fase do novo Centro Emissor da TPA/RNA no Município de Viana.



4 - REFORMAS INSTITUCIONAIS E JURÍDICAS

4.1 - Administração do Estado e capacitação institucional

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

- A criação do serviço integrado de atendimento ao Cidadão “SIAC”, que visa entre outros, agilizar a emissão de documentos como: cédula de registo de nascimento, emissão de registo de nascimento, bilhete de identidade.
- A colocação de funcionários públicos e agentes administrativos, em particular nos sectores da educação e saúde e nas províncias mais carenciadas.
- A promoção de uma gestão mais criteriosa dos recursos humanos e a introdução paulatina das tecnologias de informação e comunicação.
- A criação de condições para o funcionamento de uma Escola Nacional de Administração.
- A modernização dos serviços de gestão do II patamar da protecção social obrigatória.

No âmbito do Programa de formação da Administração Local (IFAL), sob superintendência do MAT foram realizados 8 cursos de capacitação a Administradores Municipais e Comunsais e respectivos Adjuntos

No que respeita a reconversão de carreiras o número de funcionários seleccionados atingiu a cifra de cerca de 19.990, dos quais 55% foram desvinculados.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

O sistema de gestão dos recursos humanos encontra-se só parcialmente em exploração nos organismos que dispõem de ligação à Internet de qualidade.

4.2 - Desconcentração e descentralização administrativas e reposição da Administração em todo o País

INDICADORES BÁSICOS

A Administração do Estado expandiu-se em 2003 a 38 Municípios e 185 Comunas, entrando em 2004 e 2005 na fase da normalização. A prioridade é a melhoria das condições de assentamento das populações que voluntária e organizadamente regressaram às respectivas áreas de origem, nomeadamente a reposição dos serviços sociais, administrativos e de comunicação social, a colocação de quadros, a desminagem, a reparação das vias de comunicação, a construção e reconstrução de infra-estruturas administrativas e residenciais, no quadro do Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Sociais Básicos às Populações.

No âmbito da implementação das tarefas contidas no Plano Estratégico sobre a Desconcentração e Descentralização Administrativas e das recomendações do Estado sobre a Macro-Estrutura da Administração Local, aprovados pelo Conselho de Ministros, foi elaborado o projecto de descentralização e governação local com o apoio do PNUD. O projecto tem sido implementado com acções que visam o reforço da capacidade institucional em 4 Municípios: Camacupa (Bié), Calandula (Malange), Kilamba Kiaxi (Luanda) e Sanza Pombo (Uíge).

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Na implementação dos processos de descentralização referira-se a aprovação do Decreto-lei nº 2/07 de 3 de Janeiro sobre a Orgânica dos Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunsais que prepara a estrutura organizacional de transição para as autarquias locais. Foi igualmente aprovado o Estatuto Especial da Província de Cabinda. Foram ainda preparados os seguintes projectos de diplomas:

- Lei sobre a criação de Autarquias Locais.
- Lei-quadro das Autarquias Locais.
- Lei da transferência de poderes da Administração Local do Estado para as Autarquias Locais.
- Lei das Finanças Locais.



REPÚBLICA DE ANGOLA

No domínio da formação de quadros a nível local foi realizado um concurso público Internacional para a realização de um curso de Planeamento e Gestão do Desenvolvimento Local com a duração de 1 ano, no quadro da implementação do Projecto de Descentralização e Governação Local, no qual participam 30 técnicos médios.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

A falta de pontes e de infra-estruturas administrativas bem como a presença de minas e de engenhos explosivos não detonados, a par com a indisponibilidade de quadros tecnicamente capazes e motivados para o exercício da administração local são os maiores problemas que enfrenta a conclusão efectiva do processo de reposição da administração central do estado em algumas localidades.

4.3 - Reforma e capacitação institucional da Justiça

INDICADORES BÁSICOS

A revisão de diplomas legais foi privilegiada. A generalidade das melhorias a nível das infra-estruturas atingirá gradualmente todos os Municípios e Comunas. Outra vertente é a da Revisão da Lei do Sistema Unificado da Justiça e demais legislação.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Está em processo de elaboração um conjunto de diplomas legais a saber:

- Anteprojecto de Lei orgânica dos Tribunais.
- Anteprojecto de Lei orgânica do Ministério Público e do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.
- Anteprojecto de Lei de Alteração da Lei da Prisão Preventiva.
- Anteprojecto de Alteração da Lei das Revistas, Buscas e Apreensões.
- Anteprojecto de Lei Orgânica do Estatuto dos Magistrados Judiciais.
- Anteprojecto de Lei de Alteração da Justiça Penal Militar.
- Anteprojecto de Lei sobre a Mediação e Conciliação.
- Anteprojecto de Lei de Alteração sobre a Assistência Judiciária.
- Anteprojecto de Lei sobre o Centro de Apoio Judiciário.
- Anteprojecto de Lei das Sociedades de Advogados.
- Anteprojecto de Decreto de Alteração sobre a Organização das Secretarias Judiciais.
- Revisão da Lei da Procuradoria-geral da República.
- Revisão dos Códigos Penal e Civil e dos Códigos de Processo Civil e Processo Penal.
- Revisão dos Códigos de Registo Civil e do Notariado.
- Elaboração do Código de Processo de Trabalho.
- Regularização da Situação dos bens Confiscados e Confiscáveis.
- Revisão da Lei nº 14/91 – Lei das Associações e da Legislação sobre as ONGs.
- Elaboração de uma Lei sobre as ONGs.
- Elaborar Legislação sobre o Sistema Penitenciário.
- Regulamentação da Lei sobre o Culto e Religiões.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

São principalmente de ordem financeira e de carência de Recursos Humanos.



REPÚBLICA DE ANGOLA

4.4 - Reforma do Sistema Estatístico Nacional

INDICADORES BÁSICOS

Foi desenvolvido um conjunto de actividades das quais se destacam as que seguem:

- Inquérito de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB), incluindo um módulo sobre o Emprego e Desemprego.
- Inquérito Anual à Produção Industrial (2002 – 2004).
- Inquérito Trimestral à Produção Industrial (2002 – 2005).
- Implementação dos Projectos de Desenvolvimento das Contas Nacionais, Comércio Externo e Índice de Preços no Consumidor.
- Organização e realização de Seminários de divulgação da Classificação de Actividades Económicas (CAE) e da Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS).
- Publicação de Classificações e Nomenclaturas, designadamente: Classificação do Consumo Individual por Objectivos e das Construções de Angola.
- Actualização da Nomenclatura Territorial (Divisão Política Administrativa).

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

O processo conducente à instalação dos Serviços Provinciais do INE conheceu em 2006 progressos no que concerne o reforço dos Núcleos do INE constituídos nas oito províncias do país onde se desenvolvem actividades relativas à elaboração do Índice de Preços no Consumidor Agregado e do Projecto de Comparações Internacionais. A indicação de três Correspondentes Estatísticos (Bié, Malange e Kuando Kubango), perfazendo um total de 14.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

As actividades orientadas no sentido do reforço da capacidade estatística nacional têm sido confrontadas com problemas relacionados com a escassez de quadros e a débil articulação e cruzamento da informação entre os diferentes intervenientes no processo de planeamento.



4.5 - Reforma do Sector Empresarial do Estado

INDICADORES BÁSICOS

Implementação de medidas pelas empresas do sector de Energia e Águas no sentido de diminuir a sua dependência do OGE; melhorados os mecanismos de acompanhamento das empresas da Comunicação Social pela tutela e pelo Ministério das Finanças.

Está em curso a discussão do relatório que contém as propostas de projectos de Lei do Sector Público Empresarial, do Estatuto do Gestor Público e do Estatuto Remuneratório dos Membros dos Conselhos de Administração e dos Órgãos de Fiscalização das Empresas do Sector Empresarial Público.

REFORMAS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

- Levantamento e diagnóstico das empresas estatais com o objectivo de definir que empresas devem passar para o sector privado e as que continuarão sob tutela do Estado.
- Protocolo de Cooperação para Assistência Técnica ao GARE pelo Millennium BCP Investimento.
- Elaboração de um pacote legislativo de liquidação dos processos de privatização por troca da dívida pública.
- Preparação da proposta do quadro legal referente à criação de uma Agência de Privatizações.
- Aprovação de processos de redimensionamento e privatização de empresas.

PROBLEMAS E CONSTRANGIMENTOS

No que concerne a privatização as dificuldades prendem-se essencialmente com: (i) a não regularização jurídica das empresas (não existência "de jure" das mesmas e o não registo dos patrimónios confiscados em nome do Estado); (ii) morosidade na entrega de informações referente aos registos contabilísticos dos elementos patrimoniais e financeiros da empresa; e (iii) dificuldade no controle patrimonial por parte das empresas. Deverão ainda encontrar solução as seguintes questões: quadro para a regularização da consolidação do património das empresas, a compensação dos créditos e débitos e o fundo de compensação dos trabalhadores.

5 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

5.1 - Avaliação Global

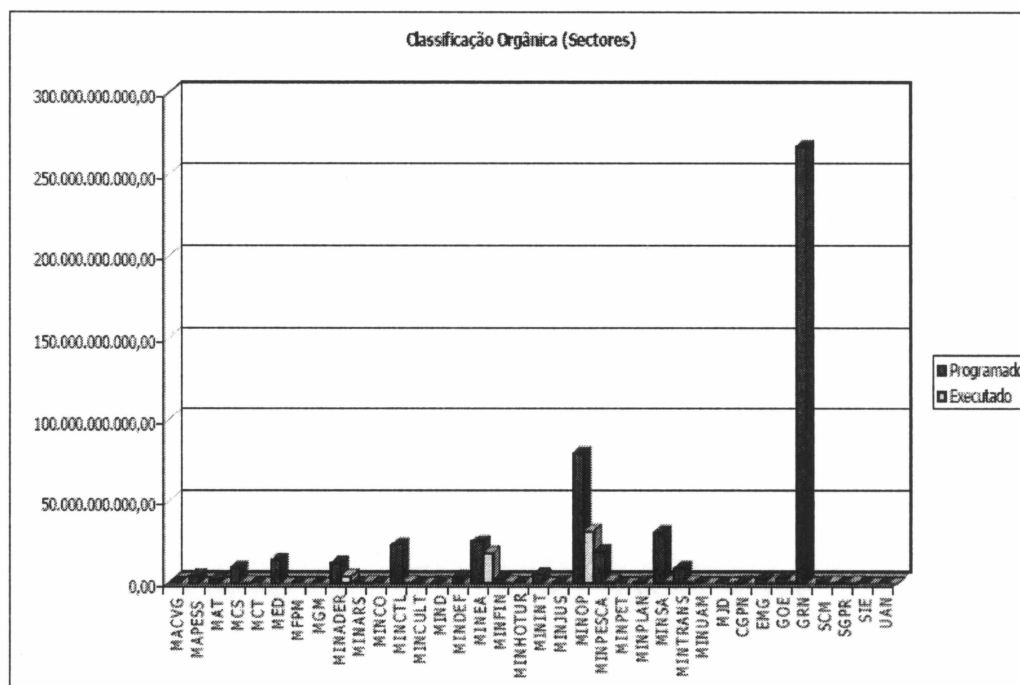
A previsão orçamental do Programa de Investimento Público para 2006 foi de Kz: 559.181.259.885, dos quais cerca de 13.6% foram consignados a investimentos em curso e os restantes 86.4% a novos investimentos.

A afectação dos recursos programados para projectos de subordinação central foi cerca de 92.3%, e para os de subordinação local cerca de 7.7%.

A execução financeira do PIP-2006, em relação ao programado, foi de Kz: 121.080.480.595,21 o que corresponde a cerca de 21.65% do programado.



REPÚBLICA DE ANGOLA



5.2 - Investimento de Subordinação Central

No que concerne os projectos de subordinação central há a destacar que o seu grau de execução financeira ficou ainda aquém do programado, o que condicionou o alcance de algumas metas. Uma das causas que concorreu para o nível de execução financeira constatado está intimamente ligada com a informação proveniente do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), que ainda não disponibilizou a realização física e financeira dos projectos.

A abordagem segundo a classificação funcional evidencia as actividades de natureza social que mais recursos absorveram, destacando-se os sectores que constituíram prioridade: Transportes e Comunicações (30.5%), Habitação e Serviços Comunitários (10.5%), Agricultura (8.1%), Saúde (8.8%) e Educação (5,5 %).

5.3 - Investimento de Subordinação Local

O nível de execução do programa de investimento público dos projectos de subordinação local pode ser considerado como satisfatório face ao nível de execução financeira verificado (60,98%). Os efeitos derivados da execução do Programa de Investimento Público de âmbito local podem ser constatados a título de exemplo, pelo número de alunos que foram absorvidos pelo sistema de ensino durante o ano lectivo de 2006 (cerca de 41.457 alunos) e precedentes (207.606 nos anos de 2004 e 2005).



REPÚBLICA DE ANGOLA

